Universidade
Estadual de Londrina

NICOLE CERCI MOSTAGI

ESPAÇO URBANO E MEIO AMBIENTE:

CONSTRUÇÃO DE UM IDEAL DE CIDADE VERDE

Londrina
2017

NICOLE CERCI MOSTAGI

ESPAÇO URBANO E MEIO AMBIENTE:
CONSTRUÇÃO DE UM IDEAL DE CIDADE VERDE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração (Mestrado em Administração - Linha de Pesquisa: Política e Gestão Socioambiental) da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Administração.

Orientadora: Profa. Dra. Sonia Regina Vargas Mansano.

Londrina
2017

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

CERCI MOSTAGI , NICOLE.
ESPAÇO URBANO E MEIO AMBIENTE: construção de um ideal de cidade verde / NICOLE CERCI MOSTAGI . - Londrina, 2017.
130 f. : il.

Orientador: SONIA REGINA VARGAS MANSANO.
Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Programa de Pós-Graduação em Administração, 2017.
Inclui bibliografia.

1. Espaço urbano. Gestão urbana. Governamentalidade. Território vivido. Subjetividade. - Tese. I. VARGAS MANSANO, SONIA REGINA. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Estudos Sociais Aplicados. Programa de Pós-Graduação em Administração. III. Título.

NICOLE CERCI MOSTAGI

ESPAÇO URBANO E MEIO AMBIENTE:
CONSTRUÇÃO DE UM IDEAL DE CIDADE VERDE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração (Mestrado em Administração - Linha de Pesquisa: Política e Gestão Socioambiental) da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Administração.

BANCA EXAMINADORA

_____
Orientadora: Profa. Dra. Sonia Regina Vargas Mansano
Universidade Estadual de Londrina – UEL

_____
Prof. Dr. Rafael Borim de Souza
Universidade Estadual de Londrina – UEL

_____
Prof. Dr. Eduardo Augusto Tomanik
Universidade Estadual de Maringá – UEM

Londrina, 10 de Março de 2017.

AGRADECIMENTOS

À minha família, minha mãe Silvia, meu pai Claudio, meu irmão Duda e minha querida irmã Danielle, por estarem sempre ao meu lado me apoiando, demonstrando compreensão e amor, pelos incentivos oferecidos ao longo de toda minha vida. À minha sobrinha Helena, pela alegria de viver e ao James, pela companhia silenciosa e constante.

Aos demais familiares, em especial ao meu tio Vladimir, que acreditou, incentivou e me ajudou para que eu pudesse ingressar no mestrado. Aos meus amigos de longa data, com destaque à Bia, Mari e Vivi, pela amizade, companhia e cumplicidade, por propiciarem momentos agradáveis e por entenderem, nesses últimos dois anos, o sumiço da vida social devido às horas de estudos. Eles é que suportaram comigo os momentos de angústia, de cansaço, os desabafos, tornando tudo mais leve. Também a alguém, em especial, que se empenhou a me ajudar e me apoiar com carinho, dedicação e apreço pelo meu trabalho e pela minha jornada, tornando as coisas ainda melhores e mais coloridas.

E o que seria da vida acadêmica sem o auxílio dos amigos que percorrem essa mesma jornada? Aos colegas do mestrado e da Universidade Estadual de Londrina, pelas discussões calorosas, pelas risadas e solidariedade; esses foram meus companheiros diários das dificuldades, mas também das conquistas. Ao grupo CAPES, de forma especial, e ao Rafael Macedo, Renata Storti e Amanda Frois, que por incontáveis vezes contribuíram muito apenas em me ouvir falar e desabafar. Sinto-me privilegiada pela convivência com essa turma, pois tive a lisonjeira oportunidade de começar minha caminhada de pesquisadora e docente com esses grandes seres humanos, que me apoiaram, ajudaram e incentivaram.

À minha orientadora, Profª. Drª. Sonia Regina Vargas Mansano, pela orientação e por me apresentar a uma literatura tão rica e importante para meu crescimento acadêmico; pela paciência diante todas as minhas inquietações e questionamentos, pelos affs e os e-mails com letras em caixa alta durante todo o processo de aprendizagem e iniciação como pesquisadora.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio financeiro concebido nesse último ano.

A todos os professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA), pelos ensinamentos, pelas disciplinas ministradas, pelas conversas, pelos materiais fornecidos e pela dedicação intensa durante todo o processo.

De forma também especial, aos professores Dr. Benilson Borinelli e Dr. Rafael Borim-de-Souza, verdadeiros mestres. Com paixão, dedicação e muito trabalho, eles dividem seu conhecimento, conquistado arduamente, de forma gratuita, para que os trabalhos se

multipliquem e a pesquisa seja a base para tempos melhores, o que me faz amar a academia e acreditar que, de fato, a docência é uma vocação para a humanidade!

A todos vocês, deixo o meu mais genuíno agradecimento. Muito, muito obrigada!

“O olhar percorre as ruas como se fossem páginas escritas: a cidade diz tudo o que você deve pensar, faz você repetir o discurso, e, enquanto você acredita estar visitando Tâmara, não faz nada além de registrar os nomes com os quais ela define a si própria e todas as suas partes”.

Ítalo Calvino

MOSTAGI, Nicole Cerci. **Espaço urbano e meio ambiente:** construção de um ideal de cidade verde. 2017. 130f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração. Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2017.

RESUMO

O planejamento do espaço urbano é um desafio para a Administração Pública, que atua por meio de programas, políticas e legislações urbanas, analisando medidas e ações que mitiguem as dificuldades emergentes e possam assegurar a qualidade de vida da população. A gestão das cidades envolve dimensões variadas e complexas que englobam a organização socioeconômica, as relações sociais, o meio ambiente e as experiências do homem com o espaço e com o tempo. O objetivo desta pesquisa consiste em compreender como se deu a construção e a apropriação do ideal de cidade verde em Maringá, valendo-se da história oficial e da história oral relatada por alguns atores sociais que estudam as mudanças na urbanização. Para tanto, o texto foi dividido da seguinte maneira: primeiro, fazemos a apresentação das características gerais da pesquisa, descrevendo como ela foi organizada tanto teórica quanto empiricamente. Em seguida, é apresentado um breve panorama histórico da construção do ideal de cidade verde e seus principais pressupostos. No terceiro momento, é debatido o processo de urbanização. No quarto momento, indagam-se as noções de governamentalidade e território vivido, tendo como referência os efeitos subjetivos trazidos pelas campanhas publicitárias no que se refere ao ideal de cidade verde estudada. Por fim, na parte empírica, a investigação é dirigida a alguns atores sociais que experimentam e estudam em seu cotidiano as transformações no espaço urbano. Como resultado, constatou-se que o ideal de cidade verde não foi suficiente para implicar a população com os desafios advindos do crescimento populacional e econômico, especialmente no que se refere ao cuidado com o meio ambiente. A conclusão desta pesquisa destaca a importância de um diálogo interdisciplinar que possibilite à área de Administração transitar em outros campos analíticos, com bases mais questionadoras. Tal perspectiva considera a complexidade dos problemas urbanos como desafios políticos que envolvem diversos interesses e agentes sociais.

Palavra-chave: Espaço urbano. Gestão urbana. Governamentalidade. Território vivido. Subjetividade.

MOSTAGI, Nicole Cerci. **Urban space and environment:** construction of a green city ideal. 2017. 130p. Dissertation of Master Degree – Post-Graduation Program in Business Administration. State University of Londrina. Londrina, 2017.

ABSTRACT

Planning the urban space is a challenge to the public administration. This challenge deals and depends of programs, politics and urban laws that analyses actions which assure the reduction the emergent pathologies and guarantee a better quality of life to the population. Managing cities involve many dimensions that, besides being complex, are related to the socioeconomic organization, social relations, environment and the relation between men, space and time. The objective of this research is to comprehend how the construction and the appropriation of the green city ideal in Maringá happened. For this the official history, from documents, and the oral history, from social actors, were considered. The text is divided as follows: first, some general characteristics of the research are presented and described; second, an outlook about the construction of the green city ideal, with its mainly assumptions, is presented; third, the urbanization process is discussed; fourth, some notions of governmentality and lived territory, based in subjective effects from advertising campaigns about the green city ideal, are questioned; fifth, the empirical moment where some social actors that deals with and study transformations in the urban space are heard. The results show that the green city ideal was not enough developed to solidarize the population about challenges like population growth, economic development and environmental cares. As concluding remark, the author highlights the importance of an interdisciplinary dialogue that allows the Administration, while research area, to talk with other analytical fields in more questioning terms. This perspective considers the complexity of the urban problems and the political challenges that involve several interests and social agents.

Keywords: Urban space. Urban management. Governmentality. Lived territory. Subjectivity

LISTA DE TERMOS, ABREVIATURAS E SIGLAS

ACIM	Associação Comercial e Empresarial de Maringá
APP	Áreas de Preservação Permanente
CMNP	Companhia Melhoramentos Norte do Paraná
COMDEMA	Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CTNP	Companhia de Terras Norte do Paraná
EMBRATUR	Empresa Brasileira de Turismo
IBC	Instituto Brasileiro do Café
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPPLAM	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Maringá
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
PIB	Produto Interno Bruto
PRODEM	Programa de Desenvolvimento Econômico de Maringá
RMM	Região Metropolitana de Maringá
SANEPAR	Companhia de Saneamento do Paraná
SEDUH	Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação
SEMA	Secretaria Estadual do Meio Ambiente
SEMAA	Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e Meio Ambiente
SEUMA	Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e Meio Ambiente
UC	Unidades de Conservação
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UEM	Universidade Estadual de Maringá

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Itinerário da Pesquisa 15
Figura 2 - Linha Férrea que cortava Maringá na década de 1950 25
Figura 3 - Anteprojeto da cidade de Maringá no Estado do Paraná (década 1940) 26
Figura 4 - Plano Diretor de Desenvolvimento de Maringá 30
Figura 5 - Avenidas no Centro de Maringá 32
Figura 6 - Arborização de Maringá 33
Figura 7 - Plano de Diretrizes Viárias 35
Figura 8 - Evolução da Urbanização de Maringá 37
Figura 9 - Maringá nos dias atuais 41
Figura 10 - Modelo de cidade jardim de Howard 51
Figura 11 - Plano da cidade de Goiânia 52
Figura 12 - Foto divulgada da cidade de Maringá em 2016 79

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 11

2 ITINERÁRIO METODOLÓGICO 17

3 MARINGÁ: A CONSTRUÇÃO DE UMA "CIDADE VERDE" 22
3.1 CIDADE JARDIM 23
3.2 CRESCIMENTO HORIZONTAL E VERTICALIZAÇÃO DA CIDADE 28
3.3 CIDADE VERDE 33
3.4 ESTATUTO DA CIDADE DE MARINGÁ: "A CIDADE QUE EU QUERO" 40

4 CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO URBANO: A RELAÇÃO ENTRE HOMEM E NATUREZA 45
4.1 ESPAÇO URBANO: A CONSTRUÇÃO DE UM CONCEITO 46
4.2 PROJETO URBANO: OS CONTORNOS DA CIDADE 49
4.3 CIDADE E MEIO AMBIENTE 54
4.4 A SUSTENTABILIDADE NAS CIDADES 58

5 DA GOVERNAMENTALIDADE AO TERRITÓRIO VIVIDO 65
5.1 A GOVERNAMENTALIDADE COMO RACIONALIDADE DE ESTADO 66
5.2 O TERRITÓRIO VIVIDO E A CONSTRUÇÃO PUBLICITÁRIA DO IDEÁRIO VERDE 71

6 (RE)CONTANDO A CONSTRUÇÃO DO IDEAL DE CIDADE VERDE 81
6.1 PRIMEIRA CATEGORIA: O PRIMEIRO PLANEJAMENTO DE MARINGÁ: CIDADE JARDIM (1938-1958) 81
6.2 SEGUNDA CATEGORIA: CRESCIMENTO HORIZONTAL E VERTICALIZAÇÃO DA CIDADE (1959-1978) 87
6.3 TERCEIRA CATEGORIA: A (RE)CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO URBANO: CIDADE VERDE (1979-2000) 93
6.4 QUARTA CATEGORIA: O ESTATUTO DA CIDADE DE MARINGÁ: "A CIDADE QUE EU QUERO" (2001 ATÉ DIAS ATUAIS) 101

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS 111

REFERÊNCIAS 116
APÊNDICE A 129
APÊNDICE B..... 130

1 INTRODUÇÃO

O planejamento do espaço urbano implica, a cada dia, um desafio a ser enfrentado pela Administração Pública. A gestão das cidades envolve dimensões variadas e complexas que englobam a organização socioeconômica, as relações sociais, o meio ambiente e as experiências do homem com o espaço e com o tempo. Assim, a história constitui um campo de conhecimento relevante para analisar a construção política das cidades. Mesmo que os pesquisadores da área de Administração considerem o caráter multidisciplinar da área como uma ciência social aplicada, por vezes, a dimensão histórica das cidades acaba sendo pouco abordada. Entretanto,

> [...] a História tem muito a contribuir para a Administração com recursos teóricos e metodológicos próprios que proporcionam o conhecimento de realidades organizacionais e administrativas contemporâneas por um novo viés: a história do tempo presente na narrativa dos sujeitos sociais (GOMES; SANTANA, 2010, p. 2).

O diálogo entre a História e a Administração pode possibilitar uma compreensão mais contextualizada aos estudos sociais aplicados, sendo este diálogo fundamental para acompanhar como ocorre a construção do espaço urbano, analisando os enunciados do passado, a realidade sócio-histórica em que eles foram elaborados e seus efeitos no presente (GOMES; SANTANA, 2010).

Os campos de intervenção da área de Administração são três: Administração Privada, Administração Pública e Terceiro Setor. As questões relativas especificamente à cidade são problematizadas pela Administração Pública (PALUDO, 2010). Esta última, em seu desdobramento de gestão urbana, busca compreender a atuação dos governos municipais por meio de programas, políticas e legislações urbanas, analisando os instrumentos, atividades, medidas e ações que intervêm de modo a administrar e/ou mitigar os conflitos, bem como assegurar a qualidade de vida da população. No caso específico da gestão urbana ambiental, que tem a finalidade de desenvolver a cidade de modo sustentável, o governo municipal precisa dispor de um conjunto de instrumentos que o ajude a administrar tal território (ACIOLY; DAVIDSON, 1998). Esses instrumentos encontram-se especificados no plano diretor, no zoneamento ambiental e nas Unidades de Conservação (UCs). A gestão urbana, portanto, desempenha um papel central para detectar e diminuir as dificuldades e impasses emergentes nas cidades, bem como contribuir para a solução dos múltiplos problemas nelas enfrentados no decorrer de sua história (ACIOLY; DAVIDSON, 1998).

Os primeiros estudos sobre a gestão urbana contemplavam, basicamente, o planejamento dos aspectos físicos e territoriais da cidade, com a disponibilização de infraestrutura básica e serviços sociais. Tais atividades foram consideradas indispensáveis para uma boa qualidade de vida urbana. Contudo, e principalmente em países em desenvolvimento, o êxodo rural e as imensas taxas de crescimento populacional colocaram novas exigências para atender as crescentes demandas sociais dos cidadãos urbanos, em especial os de baixa renda (FREY, 2002). Atualmente, a gestão urbana contempla um vasto conjunto de práticas e atores sociais que engendram transformações fundamentais nas cidades e exigem um recorrente debate em torno dos desafios da gestão pública das cidades (FREY, 2003).

A municipalização da gestão ambiental é algo recente. A gestão administrativa começou a ser utilizada, sobretudo, na década de 1950, com o intuito de gerir o planejamento e o desenvolvimento dos países desestruturados na Segunda Guerra Mundial (BORDALO, 1998). Contudo, durante muito tempo, a gestão foi vista apenas como poder absoluto e exclusivo do Estado, sem a participação da sociedade. Quando pensamos especificamente na gestão ambiental como desdobramento da gestão administrativa, pode-se dizer que ela é constituída por vários princípios e diretrizes, entre os quais se destacam a política, o planejamento, o método e o gerenciamento ambiental (LANNA, 1995). Para Tozi, esta gestão é responsável por oferecer orientações sobre o "[...] consumo, controle, proteção e negociação sobre o meio ambiente, de acordo com as pretensões sociais e/ou governamentais, estabelecendo os princípios orientadores das ações. Na política ambiental são criados leis, decretos e normas específicas para orientarem o planejamento estratégico, através do método de gerenciamento ambiental" (TOZI, 2007, s/p.).

Nessa perspectiva histórica de gestão urbana, uma das maneiras de organizar as cidades adveio da noção de cidade-jardim. Ela foi idealizada na Europa em 1902, sendo trazida para o Brasil em 1933, quando serviu como norteadora para o planejamento da cidade de Goiânia (REGO, 2001). O projeto de cidade-jardim consiste em um modelo ideal pautado pela harmonia entre o homem e a natureza, bem como entre a cidade e o campo (SILVA, 2006). Ele busca valorizar os aspectos naturais que porventura já estejam presentes nas cidades ou planejar a arborização de parques e ruas de modo a preservar a natureza. Esse modelo, considerado funcional e padronizado, encontrava, entretanto, alguns limites, sendo fadado à monotonia e à inércia (JACOBS, 2003), uma vez que não era capaz de considerar os entraves próprios de um espaço urbano, como o trânsito de veículos e pessoas, por exemplo.

No caso específico desta pesquisa, que se dedica ao estudo da cidade de Maringá, foram considerados, desde seu primeiro planejamento, os princípios ecológicos e as características da paisagem da região. No projeto inicial foram utilizados alguns princípios e traços da tipologia das cidades-jardim inglesas, como a delimitação de grandes áreas verdes e arborizadas, o zoneamento, bem como o traçado orgânico do espaço físico. Durante toda a sua história, fica evidente a tentativa de criar um espaço urbano idealizado que valorizava a característica de arborização, devindo daí a sua caracterização e denominação como cidade verde. O ideal, nesse caso, envolveu um conjunto de significados, demandas e desejos compartilhados pela população que interferiu na organização de sua realidade social (MELO, 2004).

A possibilidade de estudar o espaço urbano da cidade de Maringá nasceu de uma inquietação ante o cenário de um município que se autodenomina “verde e ecológico”. Essa inquietação começou em um projeto de pesquisa (UEL, 2015), realizado ainda na graduação, no qual, estudando seus gastos ambientais, foi possível perceber que a referida cidade reproduz um discurso pautado pela valorização da arborização do espaço urbano. Tal investigação implicou retomar uma parte da sua trajetória histórica. Para tanto, ela foi analisada para além da construção de uma imagem que valorizava sua arborização, dando ênfase à análise de suas práticas ambientais, com as representações e as contradições que foram sendo experimentadas nos seus espaços naturais e em sua urbanização.

Cabe salientar que o território em que seria fundada, em 1940, a cidade de Maringá era coberto inicialmente pela Mata Atlântica, que foi desmatada quase por completo pelos pioneiros em nome do desenvolvimento e da urbanização da região. Desde seu início, o espaço urbano de Maringá teve como modelo a cidade-jardim (SILVA, 2006). Até hoje, Maringá é conhecida como Cidade Verde, entre outros elementos, por possuir em seu espaço urbano três grandes áreas protegidas: o Parque do Ingá, o Parque Florestal dos Pioneiros (Bosque II) e o Horto Florestal. Os dois primeiros foram planejados em forma de pulmões, com a finalidade de que a cidade nunca sofresse com problemas de poluição (PICOLI; BORGES, 2008).

A construção do ideal de cidade verde vem acontecendo tanto por meio de propagandas, que divulgam sua dimensão de cidade ecológica e com qualidade de vida, quanto por meio de intervenções públicas que buscam a expansão da cidade (CORDIVIL, 2007). Os limites de tal projeto, entretanto, ficam evidentes à medida que não existe uma cidade ideal. O que existe é uma cidade concreta na qual diversas forças sociais, tecnológicas e naturais se manifestam.

Nessa perspectiva, o presente trabalho tem por objetivo compreender como se deu a construção e a apropriação do ideal de cidade verde em Maringá. Para tanto, foram investigados elementos da história oficial e da história oral narrada por alguns atores sociais. Como desdobramento do objetivo geral, foram elencados os seguintes objetivos específicos: 1) Levantar aspectos históricos e documentais referentes à cidade de Maringá, destacando as fases de urbanização e sua interface com o meio ambiente; 2) Analisar a noção de espaço urbano e os efeitos da urbanização sobre a natureza; 3) Problematizar as noções de governamentalidade e território vivido, bem como seus desdobramentos na produção de modos de vida da população da cidade em relação à esfera ambiental; 4) Analisar a construção do ideal de cidade verde em Maringá a partir de alguns agentes sociais diretamente ligados ao estudo ou à gestão do espaço urbano.

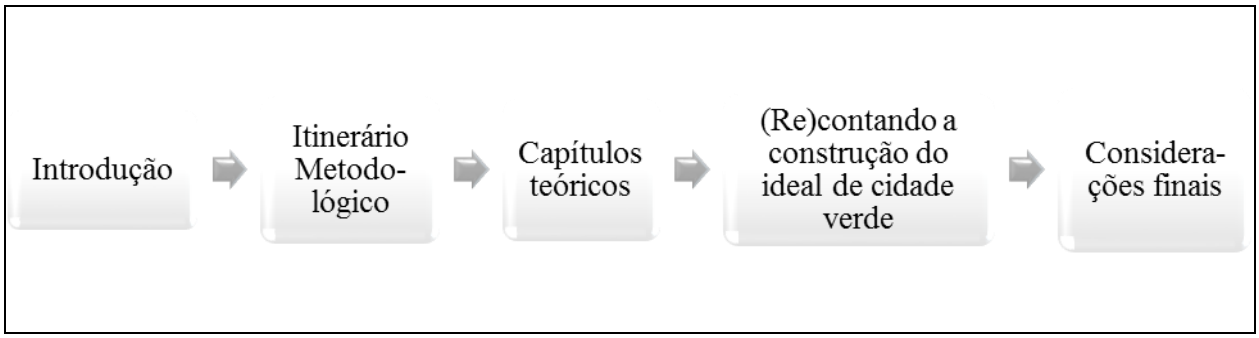
A pesquisa justifica-se ao propor um diálogo da área de Administração com outras áreas de conhecimento, como a História, a Geografia, a Filosofia e a Psicologia, favorecendo uma análise interdisciplinar. O estudo justifica-se também por reconhecer a importância de adotar um olhar problematizante voltado às ações ambientais e urbanas, uma vez que as questões ambientais ligadas à preservação da natureza ainda carecem de ações efetivas tanto por parte dos governos quanto por parte da população e da iniciativa privada (SILVA, 2006).

Cabe mencionar também que o presente trabalho se justifica por compreender a implementação, no Brasil, de Planos Diretores pautados pelo Estatuto da Cidade (SILVA, 2006). Aprovado após doze anos de tramitação no Congresso Nacional, o Estatuto da Cidade (n.° 256, de 10 de julho de 2001) oferece tanto aos governos municipais quanto aos movimentos sociais um conjunto de instrumentos que, na prática, procuram materializar o "direito à cidade" (LEFEBRE, 1969), definido na própria lei como sendo “[...] o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações” (BASSUL, 2002, s/p). No Estatuto da Cidade, o objetivo da política urbana consiste em ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade. Ele pode ser traduzido em quatro grupos de propósitos: “[...] promover a gestão democrática das cidades; oferecer mecanismos para a regularização fundiária; combater a especulação imobiliária; e assegurar a sustentabilidade ambiental, social e econômica dos núcleos urbanos” (BASSUL, 2002, s/p).

Na área de Administração Pública, a gestão urbana considera a presença de um conjunto de variáveis e atores sociais que produzem e experimentam transformações que determinam os possíveis caminhos da gestão pública das cidades (FREY, 2003). O estudo encontra nesse argumento uma justificativa organizacional relevante para a área.

A fim de analisar a construção histórica da cidade de Maringá e as políticas públicas que possibilitaram seu desenvolvimento e gestão, o percurso trilhado nesta pesquisa é apresentado na Figura 1.

Figura 1 - Itinerário da Pesquisa



Fonte: Elaborada pela autora.

Na parte 2, denominada "Itinerário metodológico", descreve-se como a pesquisa foi organizada tanto teórica quanto empiricamente, sendo especificada a natureza da pesquisa, a estratégia e o instrumento de coleta dos dados, como também a maneira como será realizada a análise dos dados.

Na parte 3, denominado "Maringá: a construção de uma cidade verde", analisa-se a história da cidade de Maringá focalizando seu planejamento urbano e sua arborização. Destaca-se nesse capítulo também sua fundação, os impasses e problemas ocorridos com o passar do tempo, que foram registrados nos espaços naturais e nas edificações. Tomando como critérios a ocupação territorial, o desenvolvimento de atividades econômicas e, principalmente, a construção da imagem de cidade verde e cidade e ecológica, sua história foi descrita em quatro fragmentos de vinte anos.

Nomeado "Construção do espaço urbano: a relação entre homem e natureza", a parte 4 descreve o processo de urbanização, com suas transformações e reproduções. Para isso, foi relevante entender, primeiramente, o conceito de espaço urbano, abordando os projetos que formaram os contornos da cidade. Buscamos também mostrar que a construção de uma cidade gera uma série de problemas, principalmente em relação ao meio ambiente, que ao ser utilizado e explorado é também transformado. Por fim, o capítulo traz novas possibilidades de pensar o planejamento urbano, tomando em consideração os valores sustentáveis.

Finalizando a parte teórica e empírica, na parte 5, chamado: "Da governamentalidade ao território vivido", indagamos sobre a noção de governamentalidade nas cidades assim como sobre a construção da subjetividade urbana. Buscamos compreender a cidade de

Maringá como um território vivido que, na interface com as campanhas publicitárias sistematicamente utilizadas pelo governo municipal, ajudou a difundir ideia de uma cidade verde. A principal indagação refere-se às práticas sustentáveis que de fato foram adotadas no cotidiano pelos governos e pela população.

Na última parte, denominada “Relatos dos atores sociais”, são apresentados alguns fragmentos de histórias orais fornecidos por três entrevistados que estudam e atuam direta ou indiretamente nas transformações no espaço urbano da cidade analisada.

Como descrito acima, a presente pesquisa recorre a alguns elementos da pesquisa histórica para abordar a interface entre espaço urbano e meio ambiente, ampliando as possibilidades teóricas e metodológicas de analisar a temática na área de Administração Pública, especificamente voltada para os estudos da gestão urbana. Uma vez que a cidade é um espaço em que se manifestam desejos, medos, anseios e impasses, ela está longe de ser um ideal totalizado e estável. Em seu lugar, a cidade configura-se como um espaço fragmentado e repleto de significados, que vão sendo construídos e reconstruídos pelas práticas cotidianas de sua população, pelas ações governamentais e pelos modos de vida que nela são tecidos, sendo precisamente essas práticas historicamente construídas o objeto da presente pesquisa.

2 ITINERÁRIO METODOLÓGICO

No cotidiano das cidades, a relação entre homem e natureza vem sendo problematizada, mais frequentemente tendo como norteadoras as questões relativas à preservação do meio ambiente e à organização do espaço urbano. Esta pesquisa também partilha dessa preocupação e, para ser realizada, adotou uma abordagem qualitativa. Esta, segundo Minayo (2001, p. 14), "[…] trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações".

Este trabalho pode ser classificado ainda como descritivo, utilizando recursos da pesquisa histórica. Em pesquisas descritivas, o foco está na investigação de um determinado tema, buscando delinear seus problemas, sua dinâmica social e seus agentes. Trivinõs (1992, p. 110) assinala ainda que esse tido de estudo "[...] pretende descrever com 'exatidão' os fatos e fenômenos de determinada realidade". Além de descritivo, este trabalho recorre a alguns elementos do método histórico de pesquisa. Entre esses elementos estão as análises de documentos que se atentam aos detalhes das relações vividas e da rede de significados construídas por seus agentes. Assim, o recorte temporal estudado nesta pesquisa correspondeu ao período entre o planejamento do território onde seria fundada a cidade de Maringá e o momento atual (2016). Sobre o recorte, Dias e Becker consideram:

> Por meio do recorte longitudinal, é possível demarcar uma sucessão de períodos, proporcionando entendimento da evolução do fenômeno estudado; buscar nas narrativas e/ou pesquisa documental elementos que permitam identificar os marcos históricos da organização; construir uma lista de eventos que influenciaram decisivamente na formação da estratégia organizacional ao longo de sua trajetória; identificar categorias que reduzam a complexidade dos dados; a decomposição dos dados em períodos sucessivos permite explicitar como ações dentro de um determinado período levaram a mudanças que afetaram os períodos seguintes (DIAS; BECKER, 2010, p. 9-10).

A perspectiva longitudinal, comumente utilizada em estudos históricos, é uma das abordagens da pesquisa descritiva que tem por objetivo coletar informações ao longo do tempo. De fato, como afirma Gatti Junior (2002), as pesquisas históricas têm demonstrado uma prática muito vinculada ao desenvolvimento de estudos empíricos, que permitem o acesso à experiência vivida. Para viabilizar uma coleta de dados mais abrangente, Triviños (1987), Minayo (2001) e Vergara (2000) assinalam a importância do uso de várias fontes,

tanto de natureza primária, como as entrevistas a serem realizadas exclusivamente para esta pesquisa, quanto secundária, como os documentos de domínio público e a literatura especializada da história da referida cidade.

O levantamento de dados documentais foi realizado no site da prefeitura e nos demais documentos de domínio público por ela disponibilizados. A pesquisa bibliográfica envolve material já publicado, constituído principalmente por livros, artigos de periódicos e materiais disponibilizados na Internet (GIL, 1991). Assim, a pesquisa e o levantamento de dados documentais e bibliográficos são necessários para uma compreensão mais aprofundada sobre o processo histórico de uma cidade, no caso específico desta pesquisa, buscando informações sobre a construção da cidade de Maringá desde o seu planejamento inicial até os dias atuais. Para May (2004, p. 221), "[…] os documentos fornecem uma fonte de dados importante para entender os eventos, processos e transformações nas relações sociais [...] eles são centrais para entender e explicar as relações sociais". Os documentos foram consultados durante os anos de 2015 e 2016 e considerados como dados secundários.

Acolhendo a diversidade de fontes, a primeira parte do trabalho, composta por três momentos, empreendeu uma investigação na literatura especializada. Assim, nos capítulos relativos à história oficial da cidade investigada e as questões ambientais, buscou-se descrever a construção do ideal de cidade verde, os modos de vida dos indivíduos e como eles supostamente transformam o seu cotidiano e seu território.

A estratégia de investigação da parte empírica foi a história oral. Garnica (2004) destaca que a história oral pode ser classificada como uma metodologia de pesquisa qualitativa, pois aponta "[...] algumas versões de pessoas que fizeram parte desses processos temporais. O que buscamos é valorizar a memória de nossos entrevistados, registrando em documentos esse seu regime de verdade, a sua visão do passado e com isso constituir uma versão" (GARNICA, 2004, p. 85). Assim, a história oral vai além do que é contado por meio de documentos e estudos que compõem a história oficial, pois há uma série de outras perspectivas, sensações e opiniões que não são tratadas nos documentos. Para Febvre:

> A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando eles existem. Mas ela pode fazer-se, ela deve fazer-se sem documentos escritos, se os não houver. Com tudo o que o engenho do historiador pode permitir-lhe utilizar para fabricar o seu mel, à falta das flores habituais. Portanto, com palavras. Com signos. Com paisagens e telhas. Com formas de cultivo e ervas daninhas. Com eclipses da lua e cangas de bois. Com exames de pedras por geólogos e análises de espadas de metal por químicos. Numa palavra, com tudo aquilo que, pertencendo ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime o homem, significa a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem (FEBVRE, 1989, p. 249).

Neste trabalho adotamos a perspectiva acima descrita, que concebe a história a partir de uma abordagem cronológica, mas também tomando em consideração as nuances subjetivas dos acontecimentos advindas dos depoimentos coletados. Daí a necessidade de trazer também a história oral que "[...] implica a percepção do passado como algo que tem continuidade hoje, e cujo processo histórico não está acabado" (ICHIKAWA; SANTOS, 2006, p. 182).

Além disso, Ferreira e Amado (2002, p. 16) assinalam que a história oral "[…] é um espaço de contato e influência interdisciplinar; sociais, em escalas e níveis locais e regionais; com ênfase nos fenômenos e eventos que permitam, através da oralidade, oferecer interpretações qualitativas de processos históricos-sociais". Os depoimentos orais podem ser usados como um enriquecimento da história oficial que, por meio de documentos e estudos teóricos sistematizados, possibilita um olhar objetivo e oficial da constituição da história da cidade de Maringá. A história oral evidencia um contexto micropolítico por meio de relatos, vivências, memórias e percepções. Obviamente, a história oral e a história oficial possuem suas particularidades e, em muitos momentos, se enfrentam, fato que contribui para complexificar a análise.

Recorrendo tanto à história oficial quanto à história oral, portanto, busca-se agregar visões diferentes sobre a construção desse ideal de cidade verde. Jenkins (2004) menciona também a importância do que ele denomina de "vestígios" que, na ausência de provas retratadas nos documentos oficiais, permitem a exploração de outros ângulos de análise por meio do discurso. Dar espaço para a expressão das histórias orais contadas por pessoas "anônimas" pode multiplicar os dados e as possibilidades de compreensão do problema investigado.

A definição da unidade de análise em métodos qualitativos tem por objetivo demarcar quais e quantos serão os atores sociais que participarão da pesquisa. Conforme aponta Godoy, "[...] a escolha da unidade a ser investigada é feita tendo em vista o problema ou questão que preocupa o investigador" (GODOY, 1995, p. 26). A escolha pela cidade de Maringá como unidade de análise deu-se pelo fato de que nela, desde o planejamento inicial, se evidenciou a preocupação do poder público e da população em difundir a ideia de uma cidade verde, cuja característica principal é o traçado orgânico do espaço físico adequado à topografia, à rede hidrográfica e ao clima.

Os três participantes entrevistados são profissionais que estudam e/ou atuam nas transformações desse espaço urbano: um historiador que trabalha como docente em uma das universidades da cidade, uma bióloga que atuou durante 35 anos na prefeitura e uma docente, ligada à área de urbanismo, que também trabalha na universidade. A escolha por tais agentes

justifica-se pela vinculação histórica tanto à cidade quanto às transformações do espaço urbano e pode ser mais bem visualizada no quadro 1:

Quadro 1- Participantes da pesquisa

Entrevistados	Funções
Historiador	Docente e pesquisador da universidade, teve atuação direta como secretário de desenvolvimento urbano.
Bióloga	Trabalhou durante 35 anos na prefeitura da cidade, atuando nas secretarias do meio ambiente e urbanização.
Urbanista	Docente e pesquisadora da universidade, com participação no observatório da cidade.

Fonte: Elaborado pela autora.

Quanto aos instrumentos de coleta de dados empíricos, a pesquisa utilizou a entrevista semiestruturada com o objetivo de acompanhar as percepções desses atores na referida construção. O foco da entrevista foi a relação de tais agentes com a cidade, seu processo de urbanização e o meio ambiente, buscando reconhecer a "[…] importância de cada indivíduo/depoente em si mesmo e em sua relação com a sociedade na qual está ou esteve integrado. Cada pessoa é componente específico de um mosaico maior que é a coletividade" (FREITAS, 2002, p. 52).

Segundo Selltiz *et al.* (1974), a entrevista semiestruturada pode ser utilizada em pesquisas que buscam analisar as percepções, reações, crenças e atitudes das pessoas perante o mundo em que estão inseridas. Nesse contexto, o papel do entrevistador é fundamental à pesquisa, pois servirá de catalisador das respostas vindas dos entrevistados, que deverão sentir-se confortáveis para expressarem suas opiniões e reações. O roteiro de entrevista (Apêndice 1) foi elaborado a partir de categorias de análise definidas com base nos capítulos históricos e teóricos abaixo descritas. Após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), as entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas com o objetivo de abarcar as informações de maneira mais contextualizada e completa possível.

Para nortear tanto a coleta quanto a análise dos dados foram definidas quatro categorias, a saber: 1) O primeiro planejamento de Maringá: Cidade-Jardim (1938-1958); 2) Crescimento horizontal e verticalização da cidade (1959-1978); 3) A (re)construção do espaço urbano: Cidade Verde (1979-2000); 4) O estatuto da cidade de Maringá: "A Cidade que eu quero" (2001 até dias atuais).

Tais categorias foram delimitadas a partir dos referenciais teórico e histórico do trabalho. Utilizou-se como ferramenta de análise e interpretação dos dados a análise sociológica do discurso. Ela implica a "[...] compreensão do texto concreto em seu contexto social e histórico, desde a reconstrução dos interesses conscientes e inconscientes dos atores envolvidos no discurso" (GODOI; COELHO; SERRANO, 2010, p. 515). Para além do discurso, foi relevante considerar o contexto histórico-social em suas dimensões amplas que auxiliam na interpretação mais detalhada acerca das práticas, valores objetivos e alusões discursivas, atribuindo assim, sentido ao discurso. Três conceitos foram centrais para fundamentar a análise das entrevistas: governamentalidade, subjetividade e território vivido.

Ao utilizar a análise sociológica do discurso como ferramenta analítica, os contextos situacionais, históricos, linguísticos, sociais e culturais se impõem como aspectos fundamentais e se entrelaçam. Com isso, a "[...] análise observa como a realidade social constrói discursos e como estes constroem a realidade social" (GODOI; COELHO; SERRANO, 2010, p. 518). Assim, o contexto histórico e social da investigação atravessa as relações estabelecidas entre o falante e o ouvinte. À medida que "[...] busca recuperar os sujeitos sociais dos discursos" (GODOI; COELHO; SERRANO, 2010, p. 523), a análise sociológica do discurso nos auxiliará no entendimento acerca da produção subjetiva dos atores sociais da referida cidade.

A escolha por este itinerário metodológico, que tem foco nas histórias oficial e oral, não ocorreu simplesmente para promover um relato ordenado dos fatos, para contar histórias de vidas com a descrição de experiências e memórias. Buscou-se bem mais: promover um diálogo entre a área de Administração, na sua esfera pública e urbana, com outras áreas de conhecimento como a História, a Geografia, a Filosofia e a Psicologia.

3 MARINGÁ: A CONSTRUÇÃO DE UMA "CIDADE VERDE"

Este capítulo tem o intuito de investigar o espaço urbano de Maringá, enfatizando a trajetória de construção de um ideal de cidade verde. Para isso, foi feito um levantamento dos aspectos históricos e documentais referentes à cidade de Maringá, destacando as fases de urbanização e sua interface com o meio ambiente. Desse modo, analisa-se a história da cidade de Maringá para além de seu planejamento urbano e arborização, destacando também sua trajetória, representações e problemas ocorridos com o passar do tempo e registrados nos seus espaços naturais e em sua construção.

Consideramos, nesta pesquisa, que a cidade é um espaço urbano (CORRÊA, 2002) "[...] fragmentado, articulado e condicionante social. O espaço urbano é também o lugar onde os diferentes grupos sociais vivem e se reproduzem" (CORRÊA, 1993, p. 17). Envolve, de um lado, o cotidiano, as crenças, valores, vivências e afeições, e de outro, os monumentos, ruas, praças e parques, sendo assim, o conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si. (CORRÊA, 1993).

Assim, a construção do espaço geográfico é entendida como território usado (ou vivido), conforme afirmam Bernardes e Zerbini (2004, p. 255): "[...] este [território usado] é tanto o resultado do processo histórico quanto a base material e social das novas ações humanas". De tal modo, o território vivido é um espaço complexo, em que se manifestam relações complementares e conflitantes (BERNARDES; ZERBINI, 2004). Voltando o olhar para a cidade de Maringá, percebe-se esse tipo de espaço, pois ela foi construída pela destruição inicial de sua riqueza natural composta pela Mata Atlântica, formando um espaço urbano onde as árvores constituíram uma representação social de cidade verde (BOVO; AMORIM, 2012).

A concepção de cidade verde vem sendo elaborada pelo poder público municipal por meio de propagandas e *slogans*, em que as árvores passam ser símbolo do espaço urbano de cidade ecológica, que tem como objetivo atrair investimentos econômicos e vem sendo gradativamente incorporada pela população durante sua história (SILVA, 2006). Essa representação social manifesta uma relação cotidiana entre o sujeito e o espaço urbano, "[...] gênese da percepção que o indivíduo tem de seu entorno, a partir dos símbolos eleitos pelo indivíduo e/ou coletividade" (SILVA; LOCH, 2006, p. 4).

Tomando como critérios a ocupação territorial, o desenvolvimento de atividades econômicas e, principalmente, a construção da imagem de cidade verde e cidade ecológica, a

história da cidade foi reconstituída, neste capítulo, em fragmentos de vinte anos. Essa divisão foi elaborada a partir de momentos considerados decisivos na história da cidade. Assim, os próximos tópicos vão discorrer sobre cada um deles. No primeiro momento, chamado de Cidade-Jardim (1938-1958), serão relatados os principais aspectos históricos de colonização e planejamento do território, que teve como marco o anteprojeto de cidade-jardim. O segundo momento, o Crescimento horizontal e verticalização da cidade (1959-1978), abordará as transformações da cidade e o processo de urbanização acelerado, cuja relevância foi a concentração da população urbana, que ocasionou a elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento de Maringá. No terceiro momento, a Cidade Verde (1979-2000), serão relatadas as campanhas publicitárias e *slogans* desenvolvidos pelo poder público municipal, que ocasionaram o Plano de Diretrizes Viárias. Por último, o Estatuto da Cidade de Maringá: "A Cidade que eu quero" (2001 até dias atuais) abordará os instrumentos urbanísticos e a elaboração do Estatuto das Cidades e o Plano Diretor Municipal.

3.1 CIDADE-JARDIM

A colonização da região do norte do Paraná aconteceu por meio de ações da Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP) em parceria com o Estado com o intuito de desenvolver a produção de café na região. Tratava-se de uma exploração agrícola que dividia as terras em pequenas ou médias propriedades para favorecer a produção familiar e facilitar as formas de pagamento da terra. Essas primeiras ações de colonização também desenvolviam e planejavam as construções de casas e comércios da cidade com vistas a atender às necessidades dos novos proprietários de terra.

A CTNP surgiu no ano de 1925, sendo inaugurada por ingleses que colonizaram uma área de aproximadamente 515.000 alqueires, dividida em propriedades e comercializadas, na maioria, para plantação de café (CMNP, 1975). Naquela época, "[...] o café expandia-se muito rapidamente em razão das vantagens que sua produção oferecia, já em 1860, havia cortado o território paulista e chegado às terras do norte paranaense, porém, ocupação mais representativa se deu no início do século XX" (CHIES; YOKOO, 2012, p. 28).

A CTNP foi transformada em Companhia de Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP) em 1939. Ambas tinham como missão desbravar e colonizar as terras no norte do estado, fundando as principais cidades dessa região. O planejamento dessa ocupação previa a formação de quatro núcleos urbanos: Londrina, Maringá, Cianorte e Umuarama, sendo eles interligados por uma única ferrovia. De acordo com os registros da CMNP:

> Para formar o Norte Novo e Novíssimo foram idealizados quatro núcleos habitacionais, fundados sucessivamente, distanciados entre si de aproximadamente cem quilômetros e destinados às grandes cidades do Norte e do Oeste do Paraná: Londrina (1930/1934), Maringá (1947/1951), Cianorte (1953/1955) e Umuarama (1955/1960) (CMNP, 1975, p. 252).

O processo de colonização trouxe muitas vantagens à região. Todavia, foi indissociável de uma série de questões ambientais como "[...] a dizimação da floresta, a prática de queimadas prejudicando, sobretudo, o solo, a contaminação da água e do solo pelo uso de agrotóxicos" (CHIES; YOKOO, 2002, p. 28).

Na área que foi atribuída à construção da cidade de Maringá, o povoamento começou no ano de 1938, com o objetivo principal de exploração agrícola e estabelecimento do núcleo urbano na região. Na década de 1940 ergueram-se as primeiras edificações urbanas e essa área ficou conhecida como Maringá Velho.

A CMNP decretou oficialmente que Maringá seria um distrito de Mandaguari em 10 de Maio de 1947, sendo que, à época, essa definição foi considerada bem sucedida sob o ponto de vista econômico. Contudo, em relação ao meio ambiente, vale ressaltar a retirada da vegetação original de toda região. Originalmente coberta pela mata pluvial-tropical e subtropical, a região de Maringá teve, em seu processo de ocupação, sua cobertura florestal praticamente eliminada (MAACK, 1968). Várias espécies foram praticamente dizimadas:

> A região de Maringá era, originalmente, coberta pela floresta estacional semidecidual submontana, abundante em espécies como o cedro, a peroba, o ipê, o pau-d'alho e a canela, que foram dizimadas na primeira metade do século com a colonização, a expansão da cultura cafeeira e a descoberta de seu potencial econômico para a construção civil (MENEGUETTI; REGO; BELOTO, 2009, p. 30).

Após a devastação, a cidade de Maringá foi projetada pelo urbanista Jorge de Macedo Vieira, em 1947, que desenvolveu o desenho da cidade tendo como referência a ideia de uma cidade jardim, cuja característica principal era o traçado orgânico do espaço físico que desenhava o sítio urbano mantendo-o adequado à topografia, à rede hidrográfica e ao clima. O desenvolvimento da cidade está ligado diretamente às suas características geográficas, tal como é possível constatar no depoimento do Boletim 2, do Projeto Memória de Maringá (1996):

> O projeto de Maringá, a curiosidade que se tem é que os parques que eu projetei no meio da cidade, eu projetei aqueles parques com o seguinte sentindo: de mostrar às gerações que viessem depois, quando a cidade tivesse construída, o que era Maringá antes da cidade, né? Era uma mata virgem. E de mais a mais são dois pulmões da cidade... Maringá não deve

> temer a poluição como o resto do mundo, ela já tem dois pulmões (*apud* BOVO, 2009, p. 96).

Para tanto, os construtores tomaram como referência três preexistências essenciais: a linha férrea no sentido leste-oeste e dois vales posicionados ao sul da região, que foram delimitados como parques urbanos, preservando as duas nascentes que ali existiam. Percebe-se na figura 2, a linha férrea que passa no meio da cidade, sentido leste-oeste.

Figura 2 - Linha Férrea que cortava Maringá na década de 1950

Fonte: Fernando, 2011, s/p.

A cidade, até aquele momento, era marcada pelas queimadas e desmatamentos. Para transformar essa prática, foi difundida uma imagem de cidade atraente com vegetação nativa e exótica, tanto que "[...] a construção da cidade implementou a arborização urbana como 'decoração natural'" (REGO, 2001, p. 1576). Em 1947, o anteprojeto de cidade-jardim era constituído por mais de 400 quadras e foi considerado muito ambicioso para a época.

Figura 3 - Anteprojeto da cidade de Maringá no estado do Paraná (década 1940)

Fonte: Vieira, [194-], s/p.

O intuito do anteprojeto, segundo Vieira (1972), era que "[...] a população do futuro pudesse conhecer a vegetação da época da colonização e também para que a cidade jamais viesse a sofrer com problemas de poluição" (*apud* MENEGUETTI; REGO; BELOTO, 2009, p. 31). Como é mostrado na figura 3, o espaço urbano do anteprojeto possuía dois pulmões verdes e áreas verdes espalhadas por todo o projeto. Todavia, a arborização de Maringá foi realizada tendo como norteadoras as questões econômicas. O projeto não foi concretizado devido a um aspecto exclusivamente estético, tendo em vista que tinha o intuito de atrair mais migrantes e diminuir o êxodo na região. Esse êxodo ocorria pelo fato de ser uma região com "[...] pouca umidade relativa do ar, de poeira de 'terra roxa', e que após a colonização, os ventos ficaram mais fortes e a harmonia da vida em Maringá estaria abalada" (DUBIELA, 2003, p. 34).

A arborização da cidade de Maringá ficou sob a responsabilidade do paisagista Dr. Luiz Teixeira Mendes, contratado em 1949 para providenciar a rápida arborização. De acordo com o jornal local "O Diário":

> Os impactos naturais causados pela grande devastação da mata atlântica local e o forte calor que fazia na cidade sem a proteção da sombra das árvores foram fatores que incentivaram a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná a promover um projeto de reflorestamento e arborização de

> Maringá, além de um trabalho de preservação das espécies nativas (O DIÁRIO, 2015, s/p).

Tanto Nildo Ribeiro da Rocha, arquiteto responsável pelo planejamento e plano diretor, quanto Dr. Luiz Teixeira Mendes, o responsável pelo paisagismo, foram contratados pela empresa colonizadora CMNP (TAKAHASHI, 1997). Nessa mesma época, três acontecimentos foram importantes. Em 1948, Maringá, que era distrito de Mandaguari, passou à categoria de vila. Em 1951, por meio da Lei n.º 790, Maringá tornou-se município, que incluía os distritos de Iguatemi, Floriano e Ivatuba. Em 1954, foi instalada a Comarca de Maringá. Nessa década, Maringá recebia várias denominações como "Cidade Milagre", "Cidade Brotinho", "Cidade Menina", "Cidade Prodígio" e "Rainha do Sertão Paranaense". Cada uma delas evidenciava a intenção de desenvolver a cidade e atrair novos moradores.

Em 1950, o então governador do Paraná Moises Lupion instalou uma pedreira na cidade para explorar as riquezas naturais da região, fato que gerou preocupação à CMNP. Tal preocupação culminou na desativação da pedreira ainda no mesmo ano e seu espaço geográfico tornou-se área de preservação natural, abrigando o primeiro viveiro de mudas da cidade. O denominado Horto Florestal Dr. Luiz Teixeira Mendes, que é uma área de preservação ambiental até os dias atuais, foi descrito como:

> [...] é uma reserva que conserva intacta a mata nativa original da região. Espécies nativas como ipês, alecrins e ingás, entre outras, podem ser encontradas no local. O horto acabou se tornando o 3º pulmão verde da cidade e o primeiro viveiro de mudas de Maringá, cultivando mudas tanto de espécies nativas quanto de árvores exóticas. Foi do viveiro do horto que saíram as mudas utilizadas na arborização das ruas de Maringá, assim como as árvores que foram utilizadas para o reflorestamento do Parque do Ingá no fim dos anos 1960, quando o parque foi vítima de um incêndio que destruiu parte da vegetação nativa local (O DIÁRIO, 2015, s/p).

No decorrer da década de 50, "[...] formou-se a área urbana - a cidade em si, ou seja, houve a ocupação do espaço vazio e a consolidação do plano-piloto" (MANSANO, 2013, p. 87). Até esse momento, a CMNP assumiu a responsabilidade por administrar a arborização da cidade sem ônus para a administração pública municipal. Nessa mesma década, em 1952, ocorreram as primeiras eleições para prefeito e vereadores na cidade. Um ano depois foi fundada a Associação Comercial e Empresarial de Maringá (ACIM), composta por um grupo de empresários locais. Em 1954, foram elaboradas e votadas as primeiras leis tributárias, entre elas o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), sendo que este isentava os proprietários

que edificassem seus terrenos, incentivando, assim, o desenvolvimento econômico e social do município.

Outro ponto a ser considerado é que, após 1945, o café teve uma elevada produção que foi justificada pelos seguintes fatos: "[...] o reaquecimento do mercado consumidor europeu e norte-americano; o fim da cota de sacrifício em 1944; em 1951, o restabelecimento do sistema de defesa com fixação do preço mínimo; e a criação, em 1952, do Instituto Brasileiro do Café – IBC" (FRESCA, 2004, p. 53). O cultivo do café foi, então, o que determinou o crescimento da economia norte paranaense até aproximadamente 1959, chegando a produzir "[...] 1.617.923 toneladas ou 98,94% do total da produção estadual, caracterizando-se como a maior região produtora brasileira de café naquele momento" (FRESCA, 2004, p. 53).

Na década seguinte, a cidade de Maringá passou por diversas mudanças em sua urbanização. Foi quando "[...] formou-se um cinturão urbano em volta do plano-piloto, formado por novos bairros já loteados sobre a área rural, ou seja, ocupou-se a área suburbana" (MANSANO, 2013, p. 87). Percebe-se que o crescimento e desenvolvimento vertiginoso da região de Maringá se deram pela construção da estrada de ferro e a produção do café que, além de trazer riquezas para os produtores, absorvia a mão de obra para um trabalho manual, fato que favoreceu, em larga medida, o crescimento da cidade. Nesse primeiro momento, o processo de ocupação e colonização ocorreu de forma organizada, sendo amplamente controlado pela CMNP: "Assim, Maringá desponta como exemplo de padrão urbanístico, vinculando-o ao nome de cidade-jardim" (CORDOVIL, 2007, p. 6).

Além do cultivo do café, a construção da estrada de ferro impulsionou o crescimento da cidade, que teve seu ápice nas décadas de 1950 e 1960, e favoreceu um crescimento vertiginoso, que se caracterizava pela sua horizontalidade e verticalização.

3.2 CRESCIMENTO HORIZONTAL E VERTICALIZAÇÃO DA CIDADE

A partir da década de 1960, o Norte do Paraná transformou-se "[...] em uma agropecuária moderna, subordinada ao padrão de acumulação industrial, com vinculações às agroindústrias extremamente dinâmicas" (FRESCA, 2004, p. 215). Nesse momento, a base econômica passou gradativamente para a produção de soja e trigo. Esses novos cultivos trouxeram mudanças para os meios rural e urbano, pois exigiram maior mecanização nas lavouras e, por conseguinte, menos mão de obra nos campos, crescimento dos fundiários e êxodo rural. Para Moro (2003, p. 62):

> O cinturão verde, constante do projeto inicial, formado por centenas de pequenos lotes, periurbanos, destinados a abastecer a cidade de produtos hortifrutigranjeiros, é rompido em várias frentes, começa sua desterritorialização. As pequenas chácaras são presas fáceis da expansão urbana, da especulação imobiliária e da própria dinâmica contraditória da modernização agrícola.

Com a mudança na produção agrícola, notou-se também uma mudança na concentração da população urbana e rural, como pode ser visualizado na tabela a seguir:

Tabela 1 - Evolução da População de Maringá - PR

População Maringá	Urbana	Rural	Total
1950	7.270	31.318	38.588
1960	47.592	56.639	104.231
1970	100.100	21.279	121.374
1980	160.645	7.549	168.194
1991	233.732	6.198	239.930
1996	260.909	6.969	267.878
2000	283.792	4.673	288.465
2010	350.653	6.424	357.077

Fonte: Maringá, 2010, p. 19.

Percebe-se, pela tabela anterior, um crescimento da população urbana de 4823% em 60 anos e uma diminuição de 79,5% da população rural. A década que teve maior aumento da população na zona urbana foi a de 1970, como aproximadamente 52,5 mil pessoas. De 1950 a 1970, é possível verificar um aumento populacional considerável no município de Maringá, em especial no que se refere à área urbana. A partir de 1960, iniciou-se o declínio da população rural, que pode ser explicado pelo declínio do cultivo de café.

O processo acelerado de crescimento urbano ocorreu principalmente nas décadas de 60, 80 e 90, e atingiu níveis para além do que foi planejado na década de 40. A primeira legislação urbanística municipal foi efetuada por meio do Código de Postura e Obras, Lei n.º 35 de 1959:

> A lei de 1959, em diversos artigos (n°: 488, 489, 490, 876, 877), restringe intervenções estruturais em cursos d'água (construção de açudes, barragens, tapumes, etc.), destina ao departamento competente da prefeitura estabelecer uma distância mínima da construção em relação aos cursos d'água; proíbe o corte ou derrubada da vegetação ripária; e demarca os parques concebidos por Macedo Vieira como Zonas Verde, proibindo a edificação nestes

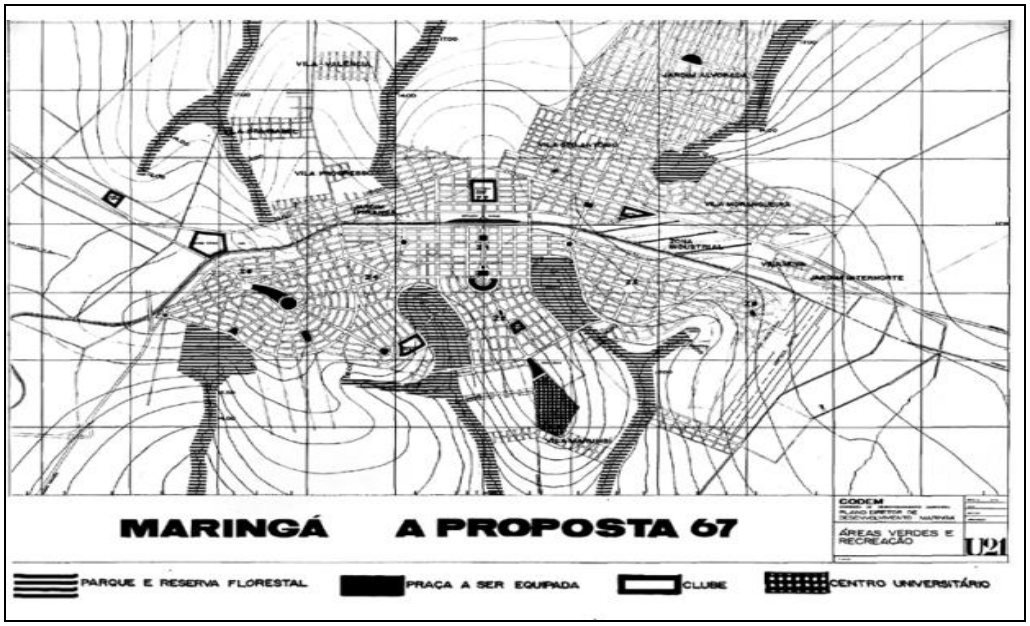
> espaços, reconhecendo sua importância paisagística (BARBOSA; CORDOVIL, 2007, s/p).

Além disso, as orientações formuladas por essa lei atentam para "[...] o caráter especulativo do espaço urbano, ao propor a expansão sem limites do perímetro urbano e uma verticalização exagerada nas zonas comerciais, principalmente" (ANDRADE; CORDOVIL, 2008, s/p). Ela também orientava para a anexação indiscriminada dos novos loteamentos no perímetro além do espaço urbano. Tal fato produziu efeitos na distribuição dos prédios comerciais que determinou o uso das avenidas principais. Essa lei pode ser considerada a primeira que enfatizou a configuração espacial da cidade no âmbito legislativo municipal e refletiu na conformação da paisagem urbana da cidade.

Também na década de 1960, foram construídos treze edifícios no centro da cidade, desencadeados pelo desenvolvimento da urbanização da cidade e pelos aspectos econômicos das riquezas advindas do café e das atividades comerciais. Essas construções eram em sua maioria de madeira.

O crescimento horizontal impulsionou a criação do Plano Diretor de Desenvolvimento de Maringá, conforme mostrado na figura 4:

Figura 4 - Plano Diretor de Desenvolvimento de Maringá



Fonte: CODEM, 1967, s/p.

O Plano Diretor de Desenvolvimento de Maringá estava relacionado com o plano de desenvolvimento do estado do Paraná, enfatizando a região norte do estado, que previa o estabelecimento de sete polos regionais, um plano de urbanização e introdução de distritos

industriais em todo o estado (MARINGÁ, 1967). Esse plano foi instituído pela Lei n.º 621 de 1968 e priorizava o sistema viário em detrimento da paisagem urbana. De acordo com Barbosa e Cordovil (2014):

> [...] no plano de 1968, destaca-se o artigo 14° da Lei de Loteamentos (Lei n° 625/68) que o compunha e disserta sobre a faixa mínima não edificável em fundos de vale ou talvegues sendo que a dimensão desta era proporcional à área em hectares da bacia hidrográfica contribuinte, expressa em hectares, determinando para bacias de até 50 ha, faixa não edificável de 4m em cada margem do curso d'água; de 50 a 100 ha, a faixa sobe para 6m; chegando a 70m de área não edificável para bacias acima de 25.000 ha. (BARBOSA; CORDOVIL, 2014, s/p).

Essas duas legislações serviram como diretrizes para a preservação ambiental e como um importante indicador de alguns instrumentos legais orientadores da ocupação urbana que se verificou a partir dessa década. Tais legislações urbanistas tiveram grande relevância para a configuração das primeiras expansões do plano inicial e para as mudanças nos parâmetros urbanísticos, que contribuíram para reformulações propostas pelo urbanista Jorge de Macedo Vieira. Ele desenvolveu o desenho da cidade tendo como referência a ideia de uma cidade-jardim. Desse modo:

> O discurso inicial da CTNP/CMNP vem sendo consolidado nas diversas transformações realizadas no espaço urbano de Maringá. Os temas recorrentes são cristalizados, tanto através de propagandas, que alardeiam o caráter de cidade agradável e segura, como espacialmente, em decisões para a expansão da cidade e em projetos urbanos (CORDOVIL, 2010, p. 1).

A cidade continuou, na década seguinte, sendo um polo migratório e, para isso, diversificou sua economia para o plantio de grãos, comércio, serviços e agroindústrias. Luz assinala:

> Até 1960, o município de Maringá tinha uma extensão aproximada de 1.000 km² que fora dividida em 15 glebas: Atlântic, Caxias, Centenário, Chapecó, Colombo, Maringá, Morangueiro, Paiçandu, Patrimônio Água Boa, Patrimônio Doutor Camargo, Patrimônio Iguatemi, Patrimônio Maringá, Paiçandu, Pinguim e Sarandi (LUZ, 1997, p. 48).

Nota-se que o progressivo crescimento da cidade foi marcado pela modernização da agricultura que, gerando um acúmulo de capital, melhorou a capacidade de compra das classes média e alta. Na década de 60 foram construídos 10 edifícios na cidade, na década seguinte ocorreu a construção de 39 edifícios e, na década de 80, ocorreu o processo de

verticalização da cidade com a construção de 711 edifícios (MENDES, 1999). Tal qual relata Mendes, verificou-se:

> O início da intensa verticalização na cidade, quando foram construídos cerca de 711 edifícios localizados em várias áreas da cidade, sendo que o "Excedente de capital oriundo da agroindústria, além das políticas de crédito agrícola, generosamente subsidiada em fins dos anos de 70 e 80, propiciou a aplicação de tais capitais na verticalização, desviados provavelmente do setor rural (MENDES, 1999, p. 401- 402).

Essa descrição pode ser percebida na figura 5.

Figura 5 - Avenidas no Centro de Maringá

Fonte: História de Maringá, 2015, s/p.

Maringá, apesar desse crescimento não esperado para as décadas de 1960 e 1970, possuía um sistema viário com amplas avenidas (como pode ser verificado na Figura 5), uma vasta arborização e uma preocupação com os fundos de vale, córregos e nascentes. Afinal, de alguma maneira, ela fora planejada e tenta manter até os dias de hoje um padrão de urbanização que é reconhecido como referência no país.

Mesmo com o declínio do café, ocorrido na década de 60, a cidade manteve-se como polo migratório, registrando outro processo: a cidade se verticalizou, mantendo um núcleo central de edifícios, favorecendo o crescimento econômico e a diversidade da economia que envolvia o comércio, a agroindústria e a agricultura.

Ao mesmo tempo, nessa década, ocorreu um reflorestamento urbano com a utilização de espécies nativas e exógenas nas vias públicas e praças, com o intuito de diminuir o calor, a poeira e, principalmente, melhorar a estética da cidade que foi destruída pelo desmatamento inicial. É o que se constata no documento abaixo:

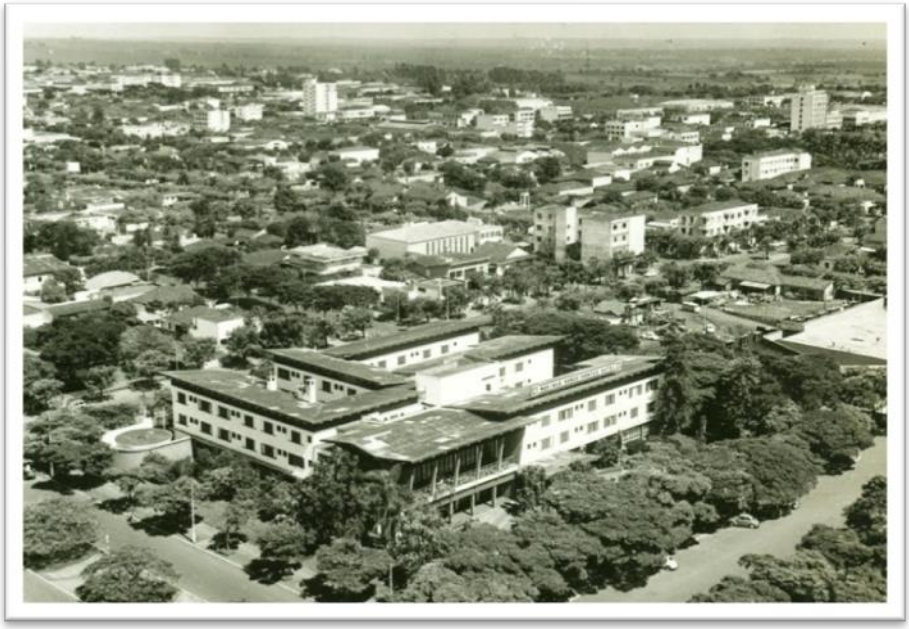
> Maringá era como uma menina bonita pelo seu traçado, mas ela precisava de uma roupagem, de uma vestimenta, então a nossa função, sob a orientação do Dr. Luiz Teixeira Mendes, foi vestir essa menina, essa mocinha bonita que era Maringá, aquele traçado. Assim, foi dada essa roupagem de verde que é o verde das vias públicas de Maringá (SILVA, 2006, p. 88).

Essa roupagem tinha como propósito difundir uma imagem de cidade bonita, com muitas árvores e flores durante todo o ano, incentivando a imagem do momento que analisaremos, em seguida, e que se consolidou como "cidade verde".

3.3 CIDADE VERDE

Quando Maringá foi projetada, em 1940, ela conservava em sua planta original as principais áreas verdes. Apesar disso, apenas na década de 1980 foram traçadas as estratégias para a criação do slogan "Cidade Verde" (BOVO, 2009).

Figura 6 - Arborização de Maringá



Fonte: História de Maringá, 2015, s/p.

O slogan de "Cidade Verde" é um enunciado que busca fazer uma aproximação entre homem e natureza. Ele foi elaborado com finalidades econômicas a fim de disseminar o significado de "paraíso turístico", transformando a cidade em atrativo por suas potencialidades para o desenvolvimento de comércio, investimento e qualidade vida (PAULA, 1997). O slogan tinha o intuito de transformar a imagem da cidade:

> [...] o slogan “cidade verde”, no caso de Maringá, antecede a Constituição Federal, pois desde a sua fundação em 1947, o verde vem se tornando a imagem que é utilizada pelo poder público, onde Maringá destaca-se entre as cidades brasileiras que mais investiu em qualidade de vida da sua população (BOVO; AMORIM, 2009, p. 63).

Esses discursos foram utilizados pelo poder público municipal com o intuito de melhorar a imagem e divulgar a cidade na esfera nacional como sendo caracteristicamente verde. De acordo com Certeau (1994, p.154), “[...] o discurso produz então efeitos, não objetos... fazer crer é fazer”. Para Bovo e Amorim (2012, p. 110), essa estratégia pode ser encontrada em diversos documentos de domínio público como, por exemplo, nos enunciados que se seguem: “Maringá, 50 anos – Um Mergulho no Paraíso Verde” (RCA-Vídeos Produções, 1997), “A Realidade em Concreto é Verde” (folheto – da Prefeitura Municipal de Maringá) e “Conheça Maringá, A Cidade Verde” (Folder-Prefeitura Municipal de Maringá).

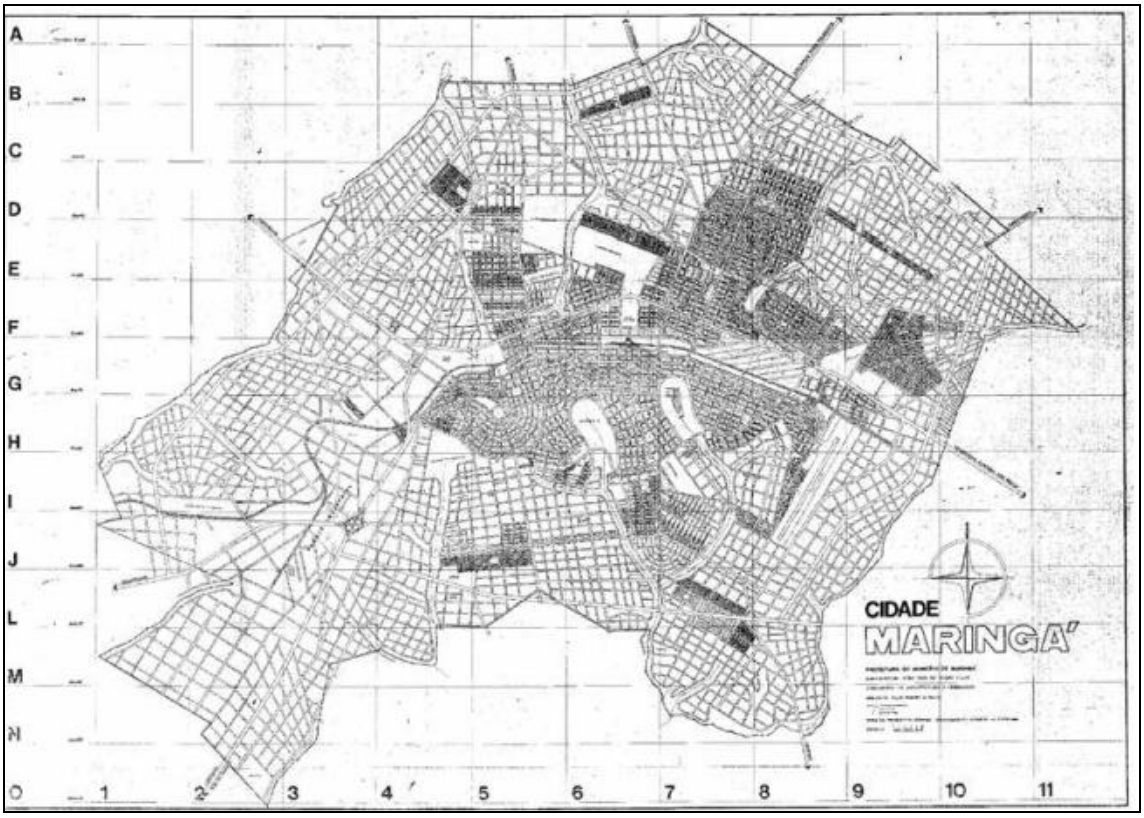
Tais enunciados que dão destaque à dimensão ecológica estão implícitos na produção do estado urbano da cidade, que é transformada, então, em um espaço estético considerado agradável. Sobre isso, Takahashi (1997, p. 89) assinala: “À medida que a prefeitura foi se estruturando, assumiu essa responsabilidade, criando um Departamento denominado de Parques e Jardins, sob a orientação técnica da CMNP, que orientou a prefeitura até 1982”.

Ao final da década de 1970, a população urbana ultrapassava os 120.000 habitantes, mostrando um potencial de crescimento surpreendente que, não tendo sido planejado pelas legislações municipais, levou à consolidação de uma malha fragmentada e descontínua. Esse rápido desenvolvimento é mostrado pelo IBGE:

> A cidade desenvolveu-se rapidamente: em 1950 contavam-se na sede do município cerca de 7.270 habitantes, população que, em dez anos, chegou a 47.592. O censo de 1970 acusou para o município um total de 121.374 habitantes, e o de 1980 dava para Maringá 168.239 moradores. No ano de 2000, o município contava com 288.465 habitantes, segundo o IBGE (VERCEZI, 2011, p. 8).

Nesse contexto de ampliação demográfica, foi instituído o Plano de Diretrizes Viárias de 1979, como é mostrado na figura a seguir.

Figura 7 - Plano de Diretrizes Viárias



Fonte: MENEGUETTI; REGO; BELOTO, 2009, p. 36.

Como é possível constatar na figura 7, o Plano de Diretrizes Viárias foi baseado em um levantamento aerofotogramétrico de toda a área do município. Por meio dele, é possível analisar as distorções entre o projeto original, as manchas urbanas espalhadas e as restrições ambientais relativas ao relevo e corpos d'água (VILLALOBOS, 2003).

Considerado o mais importante plano de expansão de Maringá, "[...] em conformidade com a ideia das estruturas lineares do Plano Diretor de 1967, o Plano de Diretrizes Viárias de 1979 instituiu, de fato, os corredores verdes ao longo dos córregos, em uma distância mínima de 60 m de cada lado do rio, limitados por vias que se chamaram paisagísticas" (MENEGUETTI; REGO; BELETO, 2009, p. 36).

O plano de 1979 foi elaborado pela equipe de planejamento da prefeitura liderada pelo arquiteto Nildo Ribeiro da Rocha. Sua elaboração foi movida, sobretudo, por questões viárias, considerando as distorções entre o projeto original e as restrições ambientais. Esse plano constitui um momento relevante de intervenção urbana no município, uma vez que:

> O segundo Plano (o primeiro seria o Plano Diretor de 1968) coordenava e orientava o crescimento urbano, estabelecendo regras e normas para loteamentos e corrigindo as distorções que a cidade novamente vinha sofrendo. […] O que fizemos juntamente com os técnicos da Assessoria de

> Arquitetura e Urbanismo foi criar um novo perímetro urbano, englobando todos os loteamentos, legalizados ou não, e traçando a malha dentro dele, baseada nos padrões do plano original. Esse trabalho foi realizado garantindo o direito de propriedade e a preservação dos mananciais e meio ambiente (ROCHA, 2004, p. 17).

Algumas legislações foram instituídas nesse período, com a intenção de remediar os problemas de desarticulação viária que persistiam. As principais legislações nessa época foram: Código de Obras – Lei 34/59 de 31/10/1959, Código de Posturas – Lei 34/59 de 31/10/1959, Lei do Plano Diretor de Desenvolvimento – Lei nº 621/68 de 26/10/1968, Lei do Zoneamento – Lei nº 624/68 de 26/10/1968, Lei do Loteamento – Lei nº 625/68 de 26/10/1968 e Lei do Perímetro Urbano – Lei nº 1259/79 de 10/04/1979.

As duas leis que se seguem são diretamente relacionadas para manter o símbolo da árvore: a Lei n.° 995 de 1973 foi dirigida para cobranças de multas ocasionadas por eventuais danos à arborização das ruas, praças e parques. E, em 1975, a Lei Municipal n.°1081 obrigou o plantio de árvores em cada loteamento implantado na zona urbana (SILVA, 2006). Diante de tais iniciativas do poder público era notável que "[...] absorvia-se a cada dia a ideia de que a arborização urbana era sinônimo de preservação e o fato de Maringá ser uma cidade arborizada levava a crer que era ambientalmente correta" (KERKHOFF, 2010, p. 100).

O Plano de Diretrizes Viárias de 1979 tinha em sua elaboração e implementação alguns desafios que envolviam a tentativa de conciliar o plano de Jorge de Macedo Vieira com as ampliações urbanas que estavam acontecendo de maneira descontínua, harmonizar a ocupação urbana com as restrições ambientais, conciliar os interesses dos loteadores com a administração pública e lidar com as limitações técnicas. Sobre isso, Barbosa e Cordovil salientam:

> Se a solução viária apresenta prós e contras - pois de fato solucionou o problema da desarticulação viária, porém imprimiu uma morfologia simplificada –, a solução ambiental adotada se mostrou extremamente avançada. Para evitar a degradação das áreas de fundos de vale que vinham sendo cada vez mais expostas com o crescimento da *urbe*, Ribeiro da Rocha criou as vias paisagísticas, que margeavam os canais, distando 60 m de suas margens, faixa esta que seria ocupada por reserva natural e conformariam parques lineares (BARBOSA; CORDOVIL, 2014, s/p).

Os principais pontos elencados no plano foram: as soluções viárias, criação de via perimetral conectando estas, preservação das áreas de fundos de vale (com adoção de 60m de suas margens). Desse modo:

> O tratamento dado aos fundos de vale guarda bastante relação com as técnicas de planejamento ambiental da época e ainda vigentes, [...] conciliando a preservação dos recursos naturais atrelados a inserção urbana, valorização da paisagem e exploração do potencial recreativo destes espaços (BARBOSA; CORDOVIL, 2014, s/p).

Na década de 1980, com a economia favorável em conjunto com as legislações vigente, ocorreu o auge da verticalização urbana: "[...] a década de 1980 testemunhou o auge da verticalização urbana, notadamente no período 1984-1989" (MENEGUETTI; REGO; BELOTO, 2009 p. 37), gerando corredores altamente edificados, desfavorecendo a imagem de cidade verde. Nesse momento, a Secretaria de Cultura e Turismo abriu um concurso para eleger um slogan a ser adotado pela cidade. O slogan vencedor foi "Maringá: o coração verde do Brasil" e as árvores passam a ser o símbolo da cidade, transformando-as, assim, em uma representação social de "cidade ecológica", ou "cidade verde" (SILVA, 2006**).** A figura 8 mostra a evolução urbana na cidade: no primeiro momento, uma foto panorâmica da cidade na década de 60. Em seguida, a década de 90. E a última retrata os dias atuais.

Figura 8 - Evolução da Urbanização de Maringá

Fonte: História de Maringá, 2015.

Com a intenção de implementar ações de gestão do meio ambiente, inclusive das águas, foi criado, em outubro de 1991, por meio da Lei nº. 2.948 de 1991, o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (COMDEMA). Embora a Lei nº. 2.948 de 1991, tenha sido aprovada, o conselho não entrou em funcionamento:

> O COMDEMA nunca funcionou efetivamente. A partir da Lei Complementar nº 09/93, que ao dispor sobre a Política Ambiental de Maringá fez menção a esse Conselho, foram realizados apenas cinco reuniões até o ano de 1995, quando o COMDEMA paralisou suas atividades. Nota-se que a criação deste Conselho foi somente um ato formal, sem a legitimidade esperada de um órgão representativo. Como era presidido permanentemente pelo representante da SEMA, o órgão acabou sendo deixado de lado nas últimas administrações municipais, e a população desinformada de sua existência, nunca cobrou seu funcionamento (GARCIA, 2006, p. 29).

A primeira lei instituída efetivamente sobre política ambiental em Maringá foi a Lei Complementar n° 9 de 1993, que estabeleceu qual seria a política do meio ambiente, definindo competências e criando o Conselho Municipal do Meio Ambiente e a Secretaria Municipal do Meio Ambiente. Ela teve como objetivo "[...] contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos munícipes, mediante a conservação e a recuperação dos recursos ambientais" (PORTAL DA CIDADE DE MARINGÁ, 2013). Pela mesma lei complementar, a problemática ambiental conquistou *status* de secretaria, inicialmente como Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e Meio Ambiente (SEUMA). Ela tinha como objetivo principal adaptar a composição administrativa municipal à evolução gerada pela Constituição Federal e pelas requisições legais e populares ligadas ao meio ambiente. Segundo Garcia (2006), no começo, quase todos os objetivos da SEUMA estavam direcionados para a manutenção do aspecto paisagístico da cidade verde.

A SEUMA foi extinta em 2003. Com isso, a diretoria de meio ambiente responsável pela política ambiental do município, por questões relacionadas a licenças ambientais e fiscalização, juntou-se à diretoria de Agricultura e Abastecimento, formando a então Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura (SEMAA), que atuou até 2008. Nesta nova Secretaria, as competências relacionadas exclusivamente ao meio ambiente foram modificadas. Algumas das antigas responsabilidades passaram para a competência da recém-criada Secretaria de Serviços Públicos, como os serviços de coleta do lixo, roçada e varrição das vias públicas. Outras foram incluídas nas competências da Secretaria de Saúde através do Centro de Controle de Zoonoses, como a apreensão de animais geradores de risco e incômodo ambiental.

Sob a responsabilidade da SEMAA manteve-se a administração e fiscalização de feiras públicas, as atividades de licenciamento ambiental, a fiscalização de empresas por denúncias quanto a irregularidades ambientais e a elaboração e gestão da política ambiental do Município de forma geral, além de competências ligadas ao desenvolvimento da agricultura (KERKHOFF, 2010).

Pela mesma lei complementar n.º 9 de 1993 foi criado o Fundo Municipal do Meio Ambiente com o objetivo de concentrar recursos destinados a projetos de interesse ambiental. Todavia, tal fundo só foi regulamentado em 2008 por meio da criação de uma conta bancária e a única doação recebida foi feita pela SANEPAR (KERKHOFF, 2010).

Em 1997, a Lei Municipal nº 4424 criou o Programa de Desenvolvimento Econômico de Maringá (PRODEM) com o objetivo de fomentar a expansão de empreendimentos existentes e estimular a atração de novos empreendimentos para o Município com o fim primordial de gerar novos empregos. Tal lei habilitava o Poder Executivo com mecanismos para atender às ações e projetos do PRODEM:

> I - promoção de facilidades e incentivos às empresas na aquisição de terrenos; II - isenção de Imposto Predial e Territorial Urbano e da Taxa de Licença de Localização e Funcionamento; III - devolução do ICMS incremental; IV - desconto de 50% (cinqüenta porcento) no valor de recolhimento do ITBI dos imóveis destinados aos empreendimentos; V - locação de prédios; VI - preparo dos terrenos destinados à implantação dos empreendimentos; VII - execução de obras de infra-estrutura urbana nos parques industriais, tais como abertura das vias públicas, demarcação de quadras e datas, rede de águas pluviais, meios-fios, pavimentação asfáltica e arborização de canteiros (MARINGÁ, 1997, s/p).

No mesmo ano, ocorreu uma reestruturação administrativa que criou dois órgãos responsáveis pelo encaminhamento das ações públicas e da fiscalização na área urbana. Por meio da lei Complementar n.º 180, estabeleceu-se a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (SEDUH), da administração direta, e o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Maringá (IPPLAM), uma autarquia. Entre as competências do IPPLAM estava: “Elaborar projetos de lei que assegurem o desenvolvimento urbano harmônico, tais como zoneamento urbano, perímetro urbano, parcelamento do solo urbano, código de obras, código de posturas, entre outros” (MARINGÁ, 1997, s/p).

As legislações e instituições atuaram como formas de manter a ideia de “cidade verde” e a qualidade de vida. Em 1999, Maringá foi considerada uma cidade turística, recebendo o selo aprovado pela Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), por ser uma das cidades mais arborizadas do país (SILVA, 2006). Em 2000, a Secretaria Municipal de Comércio,

Indústria e Turismo desenvolveu projetos com o intuito de divulgar as atrações naturais e rurais da região e enfatizar Maringá como uma cidade verde e ecológica (O DIÁRIO, 2015, s/p) a ser explorada pelo turismo.

Nesse sentido, em 2008, foram catalogadas 104 praças na cidade de Maringá (BOVO, 2008). Esse período foi marcado pela tentativa de avanço ambiental, como a manutenção da biodiversidade e a proteção dos recursos naturais e hídricos. Procurou-se mostrar que a cidade proporcionava uma bela paisagem urbana por meio de criação de locais para lazer com o intuito de difundir a qualidade de vida da população.

Nesse contexto, a diferença entre o ideal e a realidade entrou em conflito e, apesar de a cidade de Maringá possuir a estrutura urbana de uma paisagem arborizada e fazer disso um discurso de "cidade verde", percebe-se que, no seu sítio urbano, a degradação do meio ambiente foi relevante, precisando, assim, desenvolver uma política urbana.

3.4 ESTATUTO DA CIDADE DE MARINGÁ: "A CIDADE QUE EU QUERO"

No ano de l998, pela Lei Estadual n.º 83, Maringá tornou-se sede da Região Metropolitana de Maringá (RMM). Segundo Mansano:

> Integraram a região os municípios de Sarandi, Paiçandu, Mandaguaçu, Marialva, Maringá, Mandaguari, Iguaraçu e Ângulo. Posteriormente, pela Lei Complementar Estadual 13.565 de 2002 foi acrescido o município de Floresta. Em 2005, pela Lei Complementar Estadual integraram-se à RMM os municípios de Astorga, Doutor Camargo, Itambé, Ivatuba. Pela Lei Complementar 127 de 2010 foram acrescidos os municípios de Atalaia, Bom Sucesso, Cambira, Floraí, Flórida, Jandaia do Sul, Lobato, Munhoz de Mello, Ourizona, Presidente Castelo Branco, Santa Fé e São Jorge do Ivaí. E por último pela Lei Complementar Estadual 145 de 2012 incluiu-se Nova Esperança. Totalizando 26 municípios (MANSANO, 2013, p 18).

Por meio da Lei Complementar n.º 127/2010, a Região compõe-se de vinte e cinco Municípios, sendo eles: Maringá, Sarandi, Marialva, Mandaguari, Paiçandu, Ângulo, Iguaraçu, Mandaguaçu, Floresta, Dr. Camargo, Itambé, Astorga, Ivatuba, Bom Sucesso, Jandaia do Sul, Cambira, Presidente Castelo Branco, Flórida, Santa Fé, Lobato, Munhoz de Mello, Floraí, Atalaia, São Jorge do Ivaí e Ourizona. A consolidação da região Metropolitana de Maringá vem ocorrendo desde a incorporação de áreas agrícolas, reestruturando o território num processo de produção capitalista, porém sempre mantendo a preocupação de analisar os aspectos ambientais para manter a ideia de "cidade verde", "cidade ecológica". A foto a

seguir mostra Maringá nos dias atuais e o parque que é considerado um dos “pulmões verde” da cidade.

Figura 9 - Maringá nos dias atuais

Fonte: Prefeitura Municipal de Maringá, 2010, s/p.

Em 2001, um novo instrumento entrou em vigor no país, com o intuito de legislar sobre a gestão urbana: o Estatuto da Cidade. Previsto na Constituição de 1988, ele objetiva a regulação do uso do solo urbano em prol do bem coletivo. Com a promulgação do Estatuto da Cidade, por meio da Lei n.º 10.257, com seus instrumentos urbanísticos e jurídicos, estabeleceram-se as diretrizes para efetivar a política urbana nacional como também o processo de participação democrática. Nessa ocasião, apresentaram-se os instrumentos para a gestão democrática de ocupação do solo urbano, uma vez que ela precisa ter ampla participação popular e deve ser revisada a cada dez anos para os municípios com mais de 20.000 mil habitantes, bem como por todos os demais municípios que fazem parte das regiões metropolitanas. As ocupações do uso solo deveriam ser regulamentadas por meio dos Planos Diretores municipais que:

> Objetiva regular o uso do solo urbano em prol do bem coletivo, por meio de um conjunto de leis urbanísticas e de instrumentos jurídicos, cujas principais diretrizes referem-se ao cumprimento da função social da cidade e à implantação da gestão democrática (CORDOVIL; RODRIGUES, 2010, s/p).

A finalidade do Plano Diretor Municipal consiste em transformar positivamente o território e a cidade por meio de formulações de pactos e acordos entre sociedade e governo

(CARDOSO; FAGOLIN, 2006). O Plano Diretor na cidade foi aprovado em audiência pública no dia 21 de Julho de 2004, sendo considerado satisfatório tanto pela sociedade civil quanto pelos políticos (CARDOSO; FAGOLIN, 2006). Maringá foi a primeira cidade do estado do Paraná a implementar um sistema de discussão com participação popular. O tema do Plano Diretor foi: "A Cidade que eu quero". O Plano Diretor de Maringá foi alterado pela Lei Complementar n.º 632 de 2006, e no Art. 4º, que trata da função social da cidade. Ela:

> Compreende o pleno exercício de todos ao direito à cidade, entendido este como direito à terra, aos meios de subsistência, ao trabalho, à saúde, à educação, à cultura, à moradia, à proteção social, à segurança, ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, ao saneamento, ao transporte público, ao lazer, à informação, à acessibilidade e demais direitos assegurados pela legislação vigente (MARINGÁ, 2006, p. 2).

O Art. 5 trata da promoção da qualidade de vida e do meio ambiente, do controle, preservação e recuperação dos bens socioambientais e da integração das políticas públicas de desenvolvimento sustentável municipal e regional. O Art. 13 trata da sustentabilidade, compreende a distribuição equitativa de ônus e benefícios da utilização dos recursos naturais, sociais e culturais, a ampliação da preservação e recuperação ambiental e maior racionalidade das atividades econômicas para o bem-estar da população atual, das gerações futuras e para a justa distribuição das condições ambientais entre os moradores do Município e da região. Já no Art. 15 fica evidenciada sua função de:

> IV - Promover a preservação e recuperação do meio ambiente, buscando a integração e a sustentabilidade, de forma a melhorar a qualidade de vida urbana e rural; V - Promover o desenvolvimento sustentável da cidade; VIII - Promover o adequado uso e ocupação do solo urbano e rural, garantindo qualidade paisagística, urbanística e a preservação dos bens socioambientais (MARINGÁ, 2006, p. 2).

Nota-se que as preocupações ambientais estão presentes no Plano Diretor de Maringá, que se concentra nas políticas direcionadas e aplicáveis internamente principalmente a questões práticas relacionadas à urbanização (OLIVEIRA, 2011). Em 2009, foi reformulada a lei complementar de 1993, sendo ela substituída pela Lei n.º 758/09, que dispõe sobre a política de proteção, controle, conservação e recuperação do meio ambiente no Município de Maringá. No Art. 4.º é possível verificar que cabe à Secretaria Municipal de Meio Ambiente implementar os instrumentos da política do meio ambiente do Município, competindo-lhe, para a realização dos seus objetivos, entre eles: I – propor, executar, coordenar e fiscalizar, direta ou indiretamente, a política ambiental do Município de Maringá, exercendo, quando

necessário, o poder de polícia; XII – fixar normas de monitoramento e condições de lançamento de resíduos e efluentes de qualquer natureza; XXI – garantir aos cidadãos o livre acesso às informações e dados sobre as questões ambientais no Município, entre outros (BRASIL, 2009). No Art. 5.º foram instituídos os instrumentos da política do meio ambiente de Maringá, entre eles: o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente e o Fundo Municipal do Meio Ambiente (MARINGÁ, 2009).

De 2010 em diante, a Secretaria do Meio Ambiente desenvolveu dois programas ambientais: Maringá Verde e Serviço Urbano Eficiente. O principal programa ambiental do município foi denominado Maringá Verde e suas principais atividades envolvem a revitalização, permanência, conservação e melhoria de praças, parques, bosques, arborização urbana, áreas verdes públicas, espaços e atividades ambientais. Todas as atividades e projetos da secretaria estão incluídos nesse programa. Além disso, há o denominado Serviço Urbano Eficiente, que realiza a atividade de conservação do apiário municipal.

O município de Maringá, desde sua colonização, vem apresentando diversos problemas relacionados aos recursos hídricos, tais como falta de água para a população urbana, falta de mata ciliar, erosão, assoreamentos, esgoto clandestino, resíduos industriais, lixo doméstico e comercial e agrotóxicos, entre outros, tanto no setor rural como no urbano, fortalecido pelo crescimento populacional (ASSIS; GODOY, 2008).

Ao todo, nos dias atuais, a cidade soma em torno de 2.108.591,00² de áreas verdes, consequente das 11 Unidades de Conservação e das oito áreas de reserva existentes na cidade (GARCIA, 2006, p. 52). Maringá possui 90 alqueires de matas nativas, distribuídos por 17 bosques e milhões de árvores de diversas espécies plantadas ao longo das ruas e avenidas. Isso totaliza 6.826.823 m² de área verde ou 25,94 m² por habitante (MARQUES, 2013).

Estudo recente (KERKHOFF, 2010), no entanto, aponta problemas decorrentes dos resíduos e a erosão, como: contaminação dos mananciais dos córregos do perímetro urbano e lençóis freáticos, perda da arborização urbana ou a depredação dessas, a falta de saneamento básico nos bairros mais pobres e a impermeabilização das áreas centrais.

Pode-se dizer que o principal objetivo da política ambiental é a "[...] preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida" (BRASIL, 1981). Contudo, nesses dezesseis anos de existência da política ambiental de Maringá, quase nada foi alterado. A cidade e a sua população cresceram, mas a política ambiental do município não acompanhou essa mudança (KERKHOFF, 2010).

Nesse sentido, as primeiras legislações ambientais surgiram para manter o simbolismo de "Cidade Verde", valendo-se de multas por danos à arborização das ruas, praças e parques e

plantio de árvores em cada lote na zona rural, ainda na década de 1970. Apenas em 1993, o município elaborou uma política realmente relacionada ao meio ambiente, como também criou e consolidou o Conselho Municipal do Meio Ambiente, a Secretaria Municipal de Serviços Urbano e Meio Ambiente (SEUMA) e do Fundo Municipal do Meio Ambiente.

Chegando ao final deste capítulo, pode-se dizer que a elaboração das legislações e instituições colaborou, em larga medida, para a manutenção do simbolismo verde da cidade. Tal imagem, que foi "[...] produzida pelo urbanismo, é um produto tanto das forças de mercado como do poder público" (KERKHOFF, 2010, p. 82). Pode-se constatar, também, que a cidade de Maringá foi projetada considerando suas características geográficas e conservando suas principais áreas verdes. Nesse sentido, o enunciado "Cidade Verde" é um discurso adotado desde a sua colonização, e, principalmente, a partir da década de 1980, pelos órgãos públicos municipais, que tinham o objetivo de transformar a cidade em atrativo turístico. Após esta trajetória histórica, passaremos, no capítulo seguinte, a analisar o processo de urbanização, com suas transformações e reproduções. Para isso, foi relevante entender, primeiramente, as noções de espaço e projetos urbanos. Buscamos mostrar que a construção de uma cidade gera uma série de problemas, principalmente em relação ao meio ambiente, o que não a impede de considerar os valores sustentáveis.

4 CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO URBANO: A RELAÇÃO ENTRE HOMEM E NATUREZA

As sociedades modernas têm sua referência no indivíduo, que participa e interage com o espaço e o tempo, transformando o seu caminho, a natureza e a história. Essas transformações ocorrem pela utilização da natureza como forma de produzir e reproduzir os modos de viver. As cidades não são nem totalmente naturais nem artificiais; são uma construção social no tempo e no espaço (SILVA, 2006). No decorrer da história, essa relação entre homem e natureza no espaço urbano foi:

> [...] permeada de valores e crenças. Desde que o homem imaginou-se desvinculado da natureza, na era pós-industrial, seu valor de uso e de troca passa a ser estabelecido pela cultura. A natureza passa a se fazer presente através dos objetos, dos símbolos, ou seja, por uma representação (MENEGUETTI; REGO; PELLEGRINO, 2005, p. 167).

Dentro do espaço urbano que é a cidade, a natureza passa a ser um símbolo, uma representação social construída. No caso de Maringá, a relação entre homem e natureza ocorre por meio de um plano urbanístico com representações simbólicas que enfatizam o ideal de uma imagem verde. Dessa forma, as representações simbólicas são percebidas por meio de signos, símbolos, das imagens que cada sujeito faz, individual ou coletivamente (SILVA, 2006). A cidade pode ser definida como um espaço físico formado por um complexo geográfico, social, econômico e político, estabelecendo representações sociais de símbolos (SILVA, 2006). Pensando nos modos de vida da população dentro das cidades, Rykwert mostra que o sucesso de uma cidade não pode ser avaliado pelo crescimento econômico e participação nos mercados, “mas depende da força inerente do tecido urbano e da sua disponibilidade para as forças sociais que moldam a vida de seus habitantes (RYKWERT, 2004, p. 9).

Quando analisamos a maneira como isso se deu especificamente no caso da cidade de Maringá, nota-se que, desde seu plano inicial e pelos projetos urbanos desenvolvidos durante toda sua trajetória histórica, tal preocupação esteve presente de forma simbólica. Afinal, “[...] as intervenções urbanísticas produzem imagens para diferenciar um lugar e inventar uma identidade, estimuladas tanto por uma companhia loteadora quanto pelas ações públicas urbanas” (ANDRADE; CORDOVIL, 2008, s/p).

Nesse sentido, “[...] mais do que apego emocional por onde se vive, a questão envolve uma experiência temporal” (SENNETT, 2003, p. 160). Buscando desenvolver essa perspectiva, o presente capítulo tem o intuito de analisar a noção de espaço urbano e os efeitos da urbanização sobre a natureza. Para isso, abordará algumas questões referentes ao espaço urbano, ao projeto urbano, à cidade e seu meio ambiente, bem como as possibilidades de pensar seu planejamento urbano de maneira sustentável.

4.1 ESPAÇO URBANO: A CONSTRUÇÃO DE UM CONCEITO

Para analisar o processo de urbanização, com suas transformações e reproduções, é necessário entender, primeiramente, o conceito de espaço urbano. O ponto de partida que adotamos é o levantado por Corrêa (1999, p. 7), para quem os diversos usos do solo compõem um importante aspecto. Ele relata: “[...] o espaço de uma grande cidade capitalista constitui-se, em um primeiro momento de sua apreensão, no conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si”.

Conforme Sposito (1991), na construção das cidades há a manifestação de diversas atividades arranjadas em lugares específicos. Por exemplo, há áreas destinadas às construções residenciais e à implantação de equipamentos urbanos, como também há as áreas que são destinadas ao comércio, além daquelas para a recuperação das vias de acesso e de maiores investimentos de recursos públicos. Nesse sentido, nas cidades concentram-se diversas atividades e funções, que são articuladas. Quanto mais se diversificam os lugares e seus usos, diferentes relações espaciais são promovidas em relação aos usos da terra (CORRÊA, 1999).

Essa utilização partilhada e justaposta da terra acaba transformando-a em um espaço fracionado, um espaço fragmentado. Assim, esse espaço e essa fragmentação é uma característica urbana, pois “[...] este complexo conjunto de usos da terra é, em realidade, a organização espacial da cidade ou, simplesmente, o espaço urbano, que aparece assim como espaço fragmentado” (CORRÊA, 1999, p. 7).

Todavia, analisando de forma ampla, Corrêa descreve que o espaço também pode se consolidar como articulado. Por meio da ideia de desenvolvimento fragmentado, Corrêa (1999) afirma que o solo na cidade é direcionado às mais diferentes atividades industriais, comerciais e residenciais. Ao mesmo tempo, essas atividades são articuladas, relacionando-se nos mais diferentes graus de intensidade, variando econômica e socialmente. Um exemplo disso está no fluxo de pessoas que integram os diferentes lugares da cidade. Trata-se da

relação entre os indivíduos num todo dinâmico e articulado (CORRÊA, 1999). Há, também, outras formas de articulação menos visíveis:

> A articulação apresenta-se também de modo menos visível. No capitalismo, manifesta-se através das relações espaciais envolvendo a circulação de decisões e investimentos de capital, [...] rendas, envolvendo ainda a prática do poder [...]. Estas relações espaciais são de natureza social, tendo como matriz a própria sociedade de classes e seus processos. As relações espaciais integram, ainda que diferentemente, as diversas partes da cidade, unindo-as em um conjunto articulado cujo núcleo de articulação tem sido, tradicionalmente, o centro da cidade (CORRÊA, 1999, p. 8).

Nesse sentido, o espaço urbano, com suas fragmentações e articulações, integra uma estrutura social, com suas desigualdades e incompatibilidades. Salienta Corrêa (2005):

> Primeiramente por ser reflexo social e fragmentado, o espaço urbano, especialmente o da cidade capitalista, é profundamente desigual: a desigualdade constitui-se em característica própria do espaço urbano capitalista. Em segundo lugar, por ser reflexo social e porque a sociedade tem a sua dinâmica, o espaço urbano é também mutável, dispondo de uma mutabilidade que é complexa, com ritmos e natureza diferenciados [...] Eis o que é o espaço urbano: fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campos de lutas. É assim a própria sociedade em uma de suas dimensões, aquela mais aparente, materializada nas formas espaciais (CORRÊA, 2005, p. 9).

Esses espaços que se transformam em cidades são compostos de vida e de ideias que são representações conceituais que adquirem corpo e movimento, "[...] várias representações são possíveis, todas elas feitas de códigos teóricos e de símbolos. As cidades, os lugares e os mapas" (HARVEY, 2002, p. 102). Assim,

> [...] a própria cidade é uma obra, e esta característica contrasta com a orientação irreversível na direção do dinheiro, na direção do comércio, na direção das trocas, na direção dos produtos. [...] O uso principal da cidade, isto é, das ruas e das praças, dos edifícios e dos monumentos, é a festa (que consome improdutivamente, sem nenhuma outra vantagem além do prazer e do prestígio, enormes riquezas em objetos e em dinheiro) (LEFEBVRE, 2001, p. 4).

A cidade é, então, o resultado de um desejo do homem, que "[...] adquire formas, desenhos, caminhos feitos de superfícies e de subterrâneos, intensos de vida cultural [...] as cidades são os homens e a espacialidade encontrada pelas sociedades no mundo de dimensão urbana" (HARVEY, 2002, p. 113). Assim, esse espaço urbano é culturalmente construído pelo homem e tal construção é evidenciada por meio da produção de símbolos que se definem por códigos que "[...] incluem não apenas a linguagem em seu sentido formal, mas também o

gesto, o vestuário, a conduta pessoal e social, a música, a pintura, a dança, o ritual, a cerimônia e as construções" (COSGROVE, 2003, p. 103). Nesse sentido, o espaço não é nem absoluto, relativo ou relacional em si mesmo, mas pode transformar-se em um ou outro, dependendo das circunstâncias (HARVEY, 1980, p. 5). O autor não compreende o espaço urbano apenas como um objeto em si, mas em relação com outros objetos, pelo uso que se faz dele, como também pelas ações que os homens desenvolvem sobre este espaço. Assim, a problemática do espaço é atravessada pela prática humana. Diz Harvey (1980, p. 5): "A questão 'o que é o espaço?' é, além disso, substituída pela questão 'o que é que as diferentes práticas humanas criam, fazendo uso de distintas conceituações de espaço?'".

Dessa mesma forma, a cidade não pode ser considerada um conceito invariável, pois agrega várias perspectivas de análise, agentes e espaços, desde um lugar de sonho de ascensão individual até o simbolismo presente nas ruas, bairros, casas, parques, praças e prédios. Lynch (1999, p. 1) comenta que "[...] cada cidadão tem várias associações com alguma parte de sua cidade, e a imagem de cada um está impregnada de lembranças e significados". Sendo assim, cidade é uma interseção de signos, símbolos, imagens e representações; é um produto das relações sociais, do fruto da realização humana (SILVA, 2006). Santos (1993, p. 61), considera que as cidades têm "[...] um grande papel na criação dos fermentos que conduzem a ampliar o grau de consciência por ser um espaço que propicia a vida em sociedade em função das possibilidades de troca, seja cultural ou econômica, é na cidade, ou no urbano que existem as possibilidades". É, portanto, no espaço urbano que o homem se concentra e se relaciona. A produção da cidade envolve a atuação dos homens - são agentes que interagem e afetam o espaço urbano. Corrêa (1989) assinala que, nessa construção, há:

> [...] composição de agentes sociais responsáveis: proprietários dos meios de produção, proprietários fundiários, promotores imobiliários, o Estado e grupos sociais excluídos, e é bojo das ações empreendidas por esses atores sociais que se constrói o espaço urbano (CORRÊA, 1989, p. 12).

Esses agentes sociais participam da construção do espaço urbano de diversas maneiras, como, por exemplo, utilizando a conversão de terras do rural ao urbano, que é um processo que congrega vários elementos que podem interferir no processo de construção de um espaço. Segundo Corrêa (1989):

> Estruturas agrárias diferenciadas em setores distintos da periferia podem influenciar diferencialmente a passagem do rural ao urbano. Neste sentido, é conveniente apontar que uma estrutura agrária baseada na propriedade especulativa tende a viabilizar mais rapidamente a transformação em questão. A existência de áreas alagadiças em um dado setor da periferia, por

> outro lado, constitui-se, via de regra, em um entrave para a valorização fundiária. Os eixos de comunicação, outrossim, têm ocorrência espacial de modo seletivo, afetando desigualmente a periferia rural urbana. Finalmente, há usos típicos de periferia, como certas indústrias que são aí localizadas, subtraindo terras para uma valorização através de uso residencial (CORRÊA, 1989, p. 17).

Pode-se dizer, então, que a fragmentação dos espaços construídos ocorre pelo fato de esses espaços possuírem variadas finalidades, com diferentes utilização e valorização. Nesse sentido, segundo Harvey (1992, p. 225), "Se as experiências espaciais e temporais são veículos primários da codificação e reprodução de relações sociais [...] uma mudança no modo de representação daquelas quase certamente gera algum tipo de modificação nestas".

Outro aspecto a ser considerado é a reprodução do espaço urbano ligado à verticalização e à horizontalização da cidade. Comenta Giménez:

> [...] nas áreas centrais, como o valor do solo é altíssimo, para se viabilizar o empreendimento, com grandes lucros, é necessário a criação do solo, ou seja, os diversos pavimentos característicos da verticalização proporcionam uma multiplicação das unidades construídas destinadas para a venda, que diluem o valor do solo correspondente a cada unidade e potencializam a possibilidade de lucro do incorporador. No caso das áreas mais afastadas dos centros, a estratégia é parcelar o solo, convertendo terra rural em urbana, sejam loteamentos ou condomínios fechados, a estratégia é a horizontalização (GIMÉNEZ, 2007, p. 58).

Ambas as reproduções dos espaços urbanos, tanto a que se processa na transformação do meio rural em relação ao urbano quanto no crescimento da cidade em direção à zona rural, que englobam a horizontalização (como os condomínios de casas afastados do centro) e a verticalização (prédios), são estratégias que têm a finalidade de extrair renda do espaço urbano, utilizando-se de projetos específicos. Isso transforma o espaço urbano em uma paisagem, que é um produto das relações entre espaço, tempo, natureza e homem, fato que implica uma construção social, cujos modos compartilhados de viver vão dando contornos a cidade vivida.

4.2 PROJETO URBANO: OS CONTORNOS DA CIDADE

Por meio dos projetos urbanos, o homem tenta inserir a natureza na paisagem cívica utilizando-se de árvores, parques e jardins, por meio dos quais ele cria uma imagem de onde vive (SPIRN, 1995). Assim, para organizar a metrópole fragmentada, o projeto urbano,

> [...] deseja somente ser sensível às tradições vernáculas, às histórias locais, aos desejos, necessidades e fantasias particulares, gerando formas arquitetônicas especializadas e até altamente sob medida, que podem variar dos espaços íntimos e personalizados a esplendor do espetáculo, passando pela monumentalidade tradicional (HARVEY, 2002, p. 69).

Na década de 1970, emergiram diversas iniciativas que expressam a preocupação com o meio ambiente, principalmente com a sua prevenção e preservação. Os princípios ecológicos voltam-se também para a urbanização e paisagem urbana. Nesse sentido,

> O projeto da paisagem situa-se no limiar dos conflitos entre cidade e campo, entre social e cultural, e pode ser utilizado como instrumento fundamental para a definição de inter-relações entre organismos e seus ambientes e entre sociedade e seus territórios (MENEGUETTI; REGO; PELLEGRINO, 2005, p. 168).

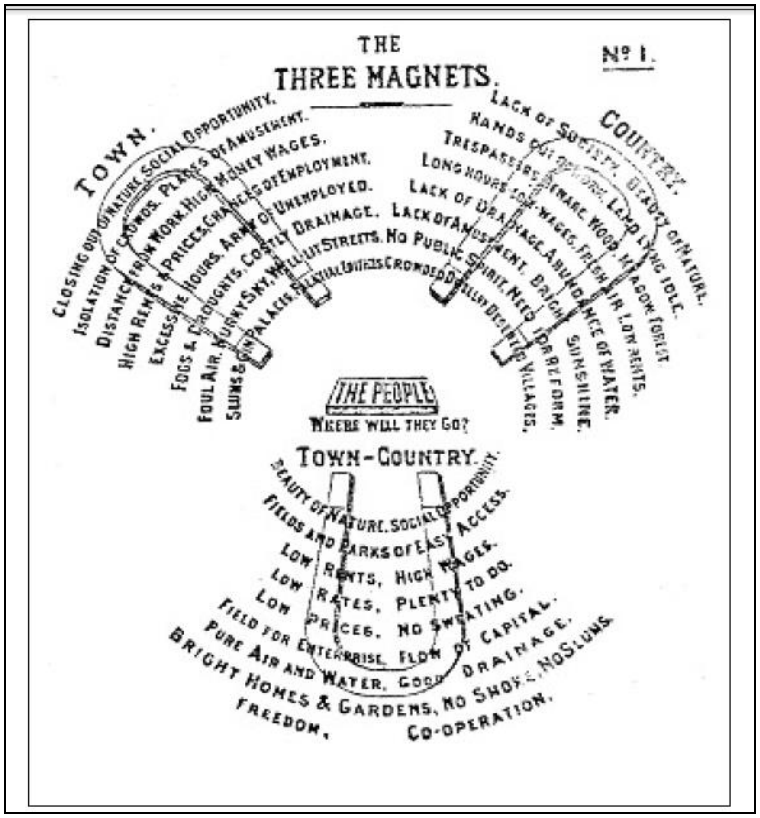
A partir dessa década, a ecologia da paisagem surgiu como uma tentativa de trazer os princípios ecológicos para a elaboração dos projetos urbanos, que procuram integrar estrutura, função e mudanças de ecossistemas (MENEGUETTI; REGO; PELLEGRINO, 2005). Passou-se, assim, a adotar um uso racional e sustentado da paisagem, que se tornou objetivo dos projetos urbanos e de paisagismo, "[...] buscando-se o melhor uso, considerados todos os aspectos que condicionam a conservação dos recursos, de modo a não comprometer a capacidade das futuras gerações de atenderem às suas necessidades (a sustentabilidade ambiental)" (MENEGUETTI; REGO; PELLEGRINO, 2005, p. 168). Tal pressuposto já estava presente no Relatório Brundtland e na sua conceitualização de desenvolvimento sustentável (ACSELRAD, 1999). Dentro do desenvolvimento sustentável das cidades, a presença de áreas verdes influenciava o clima, a temperatura e a umidade das cidades, tendo em vista que:

> A qualidade do ar está fortemente ligada à existência dos maciços arbóreos e mesmo a arborização das vias contribui para uma tentativa de equilíbrio na produção do dióxido de carbono. Inclui-se ainda entre as contribuições advindas da vegetação na cidade, a questão da permeabilidade do solo, fundamental para o abastecimento dos lençóis de água subterrânea e a contribuição negativa na captação da água pluvial de superfície (MENEGUETTI; REGO; PELLEGRINO, 2005, p. 168).

A iniciativa de estruturar programas de arborização nas cidades levou a uma melhor qualidade de vida dos homens que nelas viviam com a utilização dos traçados urbanísticos que consideram os princípios ecológicos.

Entre os projetos urbanos que consideram os princípios ecológicos, encontra-se o projeto de cidade-jardim. Esse projeto surgiu no século XIX na Inglaterra como solução para o crescimento de grandes cidades. Ele “[...] foi criado com base no planejamento de um ímã cidade-campo, o qual ofereceria atributos mais ‘atrativos’ do que ambos apresentariam separadamente e, em decorrência, sobrepujaria a criação de novas qualidades” (THEODORO; AMORIM, 2010, p. 147). Ou seja, a ideia de cidade-jardim tenta conectar a cidade e o campo, mostrando que essa junção tem mais qualidades e atrativos que apenas a cidade ou apenas campo. O criador do modelo de cidade-jardim, Howard (2002), ilustra esse ideal na Figura 10:

Figura 10 - Modelo de cidade-jardim de Howard.



Fonte: Howard, 2002.

Esse modelo radio-concêntrico seria autossuficiente e politicamente autônomo. Haveria uma área central que comportaria um grande e arborizado jardim; em sua volta seriam instalados prédios públicos, com um total de seis avenidas circulares, com crescimento limitado de área para uma população de 32.000 habitantes, as quais seriam circuladas por um cinturão verde, com o intuito de garantir a produção agrícola e a contenção da expansão urbana. Descreve Howard (2002):

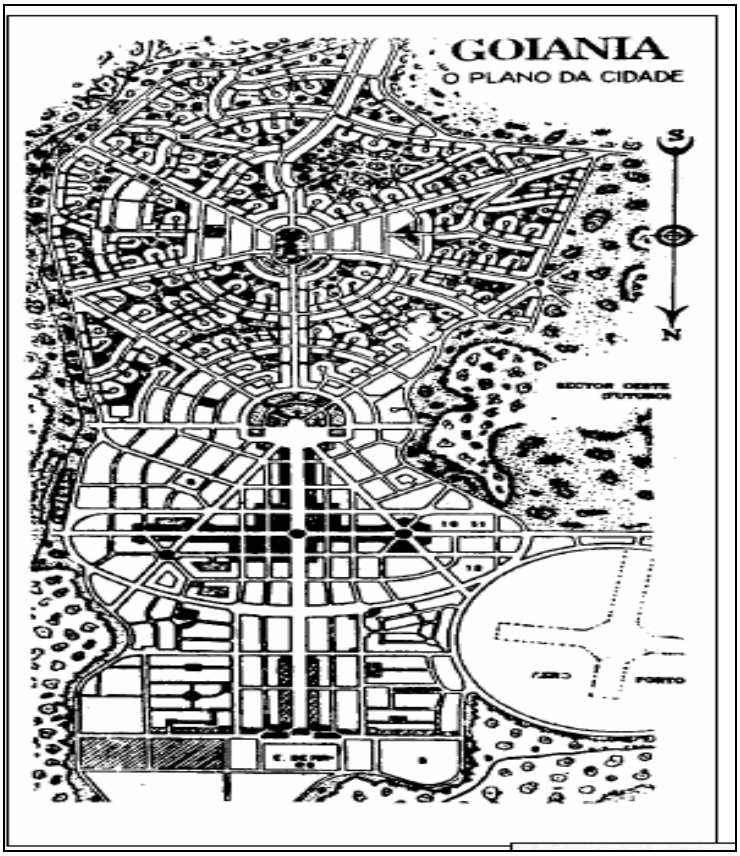
> Cada cidade poderia ser vista como um ímã, cada pessoa como uma agulha. A partir disso, fica evidente que nada aquém da descoberta de um método de fabricação de ímãs com poder de atração maior que o de nossas cidades será eficiente para redistribuir a população de uma forma espontânea e salutar [...]. Na verdade, não há somente duas alternativas, como se crê - vida urbana ou vida rural. Existe também uma terceira, que assegura a combinação perfeita de todas as vantagens da mais intensa e ativa vida urbana com toda a beleza e os prazeres do campo, na mais perfeita harmonia (HOWARD, 2002, p. 107-108).

Essa terceira alternativa, que é uma visão ideal de projeto urbano, descreve o intuito do modelo de cidade-jardim de Howard, em que há uma junção entre o melhor do campo e o melhor da cidade. Todavia, perceberam-se as possíveis dificuldades no projeto:

> É bem verdadeiro que o caminho experimental rumo a um melhor estado da sociedade está coberto de fracassos. Mas assim é o caminho do experimento para qualquer resultado que valha a pena alcançar. Na maioria das vezes, o êxito se constrói sobre o fracasso (HOWARD, 2002, p. 165).

A concretização das cidades-jardins de Howard, mesmo não sendo seguidas ao pé da letra, constituiu um importante marco para os planejamentos das cidades modernas no século XX. Eles não se resumiam em apresentar um modelo de cidade ideal, uma cidade de harmonia entre homem e a natureza, mas era uma proposta para desafogar os grandes centros urbanos. No Brasil há vários casos de cidades com projeto de cidade-jardim, entre elas pode-se destacar Goiânia, no estado de Goiás, como é mostrado na Figura 11:

Figura 11 - Plano da cidade de Goiânia



Fonte: Ottoni, 2002, p. 69

Em 1933 foi elaborado o plano da cidade de Goiânia, também planejada com os princípios de cidade-jardim. Tal plano sofreu modificações: foram retiradas áreas verdes do centro, com mudanças nos bairros residenciais (SILVA, 2006). Já no caso da cidade de Maringá, que foi projetada na década de 1940 inspirada nas cidades-jardins inglesas, foram considerados os princípios ecológicos da paisagem, com proposta contínua,

> [...] de acordo com um traçado urbanístico moderno urbano com a natureza – ou com o que sobrou dela na região – foi o princípio estabelecido pela Companhia Melhoramento Norte do Paraná – CMNP que resultou na criação de uma cidade inspirada no modelo de cidade-jardim de Ebenezer Howards (SILVA, 2006, p. 22).

Nela, utilizaram-se alguns princípios e traços da tipologia das cidades-jardins, como as grandes áreas verdes e arborizadas, o zoneamento, o traçado orgânico do espaço físico, tal como é descrito a seguir:

> [...] as ruas obedeciam à topografia do terreno, seguindo as curvas de nível e preservando as áreas de fundo do vale. A planta original de Maringá também reservava o espaço para a criação do Parque do Ingá e do Bosque II, criados por Macedo para mostrar às gerações futuras a vegetação existente na região

> e servir como “pulmões” da cidade. Ao lado das duas reservas, Macedo idealizou áreas residenciais (CIDADE-JARDIM, 2005 *apud* PICOLI; BORGES, 2008, p. 115).

Planejar criteriosamente o uso do solo e dos espaços das cidades remete ao desenvolvimento de políticas públicas, que foram efetivadas pelo Plano Diretor. Segundo as legislações (Constituição Federal do Brasil, art. 182, § 1° regulamentado pelo Estatuto da Cidade - Lei Federal 10. 257/01), tal implementação é uma competência de ordem municipal (LEONELLI, 2008). Rolnik e Nakano (2000), no entanto, alertam:

> Com a hegemonia dessa visão, que trata a cidade como um objeto puramente técnico no qual a função da legislação urbanística seria apenas a de estabelecer os padrões satisfatórios de qualidade para seu funcionamento, ignora-se qualquer dimensão que reconheça conflitos, e muito menos a realidade da desigualdade de condições de renda e sua influência sobre o funcionamento dos mercados imobiliários urbanos (ROLNIK; NAKANO, 2000, p. 112).

As legislações urbanísticas, que possuem funções exclusivamente de manter os padrões e a qualidade para o bom funcionamento da cidade, não consideram as questões de desigualdades, a relação entre o homem e a natureza, nem mesmo entre população e espaço urbano. Assim, Motta (1999) considera que a urbanização:

> [...] deve ocorrer por intermédio de planejamento urbano tendo como diretrizes o zoneamento da bacia hidrográfica, considerando a disposição de resíduos sólidos e líquidos, controle da erosão do solo, proteção de encostas naturais, infra-estrutura sanitária existente ou projetada, proteção de aquíferos e mananciais, drenagem das águas, controle da qualidade do ar, controle de resíduos, proteção de recursos de valor paisagísticos, ambiental e cultural (MOTTA, 1999, p. 78).

Para Motta (1999), até a década de 1970, o planejamento urbano era pautado essencialmente pelos aspectos sociais, culturais e econômicos que tinham como premissa a adequação do meio ambiente a essas prioridades. Todavia, percebeu-se que ele não estava sendo efetivado por causa da dependência representada pelo colapso dos recursos naturais e ambientes no meio urbano. Então, foi necessário inverter essa equação. Assim, o uso e ocupação dos espaços urbanos precisavam ser planejados por meio das características geológicas, geomorfológicas, climáticas, hidrológicas e do ecossistema (MOTA, 1999), mitigando os impactos da urbanização das cidades ao meio ambiente.

Em todos os períodos da história contemporânea, a cidade teve um papel singular. Apesar disso, a partir do século XX, o papel da cidade ganhou uma nova feição. Por ter se

tornado o centro da economia industrial global, a cidade tem atraído um conjunto de aspectos positivos como também contraditórios. Atualmente, pode-se dizer que um dos problemas mais graves enfrentado pelas cidades é o ambiental (SILVA; MACÊDO, 2009). Para tentar minimizar os graves problemas ambientais nas últimas décadas, os projetos urbanos começaram a apresentar princípios ecológicos, tentando pensar a cidade e seu meio ambiente.

4.3 CIDADE E MEIO AMBIENTE

O desdobramento econômico decorrente da Revolução Industrial gerou os grandes espaços urbanos e impediu que os problemas ambientais fossem avaliados e analisados de maneira crítica e situada. Segundo Silva e Macêdo:

> […] é com o desenvolvimento da indústria moderna e com o acréscimo do conhecimento técnico - científico dos séculos XVIII, XIX e XX, que o mundo se deparará com uma demanda cada vez maior por fontes de energia e de matérias primas. Os níveis de consumo da sociedade se tornam cada vez mais sofisticados, as demandas são cada vez maiores e o capitalismo colocou definitivamente os interesses das sociedades humanas de um lado e a preservação da natureza de outro (SILVA; MACÊDO, 2009, p. 1).

Assim, o meio ambiente não era notado como algo essencial e vital, mas como um mero recurso para o desenvolvimento econômico, que estava concentrado, principalmente, nas cidades. Portanto, nos últimos cem anos de crescimento demográfico acelerado e forte desenvolvimento industrial, além das cidades, poucas foram, de fato, as áreas do mundo que não tenham sofrido algum tipo de degradação ambiental causada pela prática predatória dos homens (SILVA; MACÊDO, 2009).

Foi apenas nas décadas de 1970 e 80 que a degradação ambiental e sua crise auferiram *status* de problema global: passou-se a considerar os problemas de uma modernidade fundada na racionalidade econômica e científica, baseada em valores individualistas e de acumulação, que nega a natureza como fonte esgotável de riqueza e que possui significados sociais (LEFF, 2009).

Nesse contexto, o atual modelo econômico dominante, que começa a considerar as possibilidades de o crescimento econômico ser responsabilizado pelos problemas ambientais, não está conseguindo alcançar esse objetivo (HOPWOOD; MELLOR; O'BRIEN, 2005). Ao colocar a dimensão do econômico em primeiro plano, o sistema aumenta as diferenças sociais e as degradações em vez de mitigar, não equilibrando as áreas econômica, social e ambiental de forma efetiva.

Neste espaço continuamente em construção que é a cidade, temos um espaço vivo, onde se desenvolvem a economia, a cultura, a política e a moradia e onde diversos indivíduos constroem um elo social. Assim sendo, o espaço urbano pode proporcionar melhores condições de vida ao mesmo tempo em que acumula problemas ambientais como desmatamento, poluição, adensamento, erosão, falta de esgoto, contaminação do solo, água e ar. Segundo a Pesquisa Nacional de Saneamento Básico de 2000:

> [...] os brasileiros produzem diariamente 125.281 toneladas de lixo, além das 14,5 milhões de metros cúbicos de esgoto. Esses dados nos ajudam a refletir o porquê do Brasil ainda está às voltas com males do século XIX como a febre amarela, a hepatite, a diarreia e mesmo a dengue. Muitos são os problemas ambientais enfrentados pelas grandes cidades brasileiras. Um deles é o problema da coleta de lixo. Calcula-se que apenas metade do lixo produzido nas cidades brasileiras seja coletada. Desta metade, apenas uma pequena parcela vai para os aterros sanitários, incineradores, usinas de reciclagem e compostagem. Outra parcela desse lixo é jogada em rios que abastecem cidades inteiras, ou levada para lixões clandestinos a céu aberto. Outro grande problema é o lixo jogado nas ruas, aquele que entope bueiros e galerias de águas pluviais, provocando enchentes desastrosas no período chuvoso (SILVA; MACÊDO, 2009, p. 3).

Com isso, ganha contornos um questionamento sobre o espaço urbano, a relação do homem com a natureza, a relação entre os próprios homens e a relação deles com a cidade (SILVA, 2006). Entre os problemas enfrentados no século XXI, um dos mais notórios é o crescimento exagerado das cidades. Decorrente dele estão os problemas ligados ao meio ambiente, à medida que o crescimento ocorre de forma muito rápida, desorganizada e exige do poder público uma ação mais efetiva de controle e planejamento, serviços nem sempre disponibilizados (SILVA; MACÊDO, 2009). Assim, a construção do espaço urbano e os problemas da cidade apresentam relações simplistas na avaliação que é realizada. Isso se deve:

> Primeiro, por relacionar os problemas sociais e ambientais centrados na alta concentração populacional, na pobreza, na favelização; segundo, por priorizar o modelo econômico, o consumismo e tecnologia como fatores determinantes para a degradação do meio urbano. Nessas duas abordagens, é latente o esquecimento e/ou pouca atenção à dinâmica social, política, econômica, cultural, histórica, ambiental, entre outras, que está presente na cidade e que é muito complexo remetendo a uma análise profunda do contexto urbano (SILVA, 2006, p. 45).

Nesse contexto, o desenvolvimento e crescimento de uma cidade podem gerar a degradação ambiental ou a destruição de ecossistemas inteiros. Zamuner (2001) diz que “[...] com o processo de urbanização em uma cidade aumenta-se a demanda de água, o nível de

resíduos líquidos e a contaminação nos corpos d'água que circundam a região urbanizada". Isso gera um aumento das áreas de desequilíbrio ambiental, "[...] que surgem por meio das alterações ambientais que o homem faz no meio em que vive" (ZAMUNER, 2001, p. 18).

Com essas mudanças no meio ambiente ocorre um processo de artificialização da natureza, que pode ser compreendido quando o homem "[...] produz a mecanização do planeta, rompendo sua relação com o seu território próximo onde este lhe satisfazia para a manutenção da vida" (LEONELLI, 2008, p. 4). Os custos utilizados e necessários para controlar o processo de artificialização são menores quando são realizados estudos que visam ao planejamento de uso e ocupação do solo, assim como as obras de infraestrutura antecipadas e ambientalmente corretas (ZAMUNER, 2001). Nesse sentido, os problemas ambientais precisariam ser analisados no contexto urbano numa visão mais integrada, pois a crise ambiental é resultado de práticas inadequadas das autoridades locais, como também da omissão e demora em colocar em prática ações que reduzam os problemas. Algumas práticas que acabam por intensificar tais problemas são apontadas por Jacobi:

> 1) a redução de áreas verdes, o que implica na excessiva impermeabilização do solo e na multiplicação de áreas críticas de ocorrência de enchentes, com impactos ambientais, sociais e econômicos sobre toda a estrutura da cidade, perdurando praticamente por todo o ano; 2) a falta de medidas práticas mais definidas, de curto prazo e de políticas para controlar a poluição do ar nas principais metrópoles; 3) uma procrastinação séria na rede de transporte público, e em diversos casos de metrô e de outras alternativas mais adequadas para o transporte público, de forma a possibilitar uma redução no uso dos automóveis; 4) uma procrastinação séria na expansão das redes de esgotos; 5) a contaminação da maioria dos mananciais de água e dos rios dentro das cidades, e o risco que isto significa para a população, principalmente nas áreas de enchentes; 6) a exaustão das alternativas convencionais para o despejo de lixo e os problemas resultantes da contaminação das águas subterrâneas e de superfície pelo chorume; 7) a precariedade das condições de moradia de uma vasta parcela da população, o que implica na localização em áreas de risco (JACOBI, 2006, p. 118-119).

Quando se aborda a relação entre o espaço urbano e o meio ambiente, o controle, a manutenção e a requalificação dos espaços públicos tornam-se objetos de estudo na gestão ambiental do território urbano com ênfase nas condições de serviços e infraestrutura física, social e ambiental. Com isso, tais espaços passam a ser considerados patrimônios da sociedade, sendo preservados tanto para a população atual quanto para as gerações futuras (PICOLI; BORGES, 2008).

Ao longo da década de 1990, os estudos e planejamentos passam a considerar de maneira mais direta a relação entre a população e o meio ambiente, com iniciativas e

incentivos dos movimentos ambientalistas, na tentativa de formar e disseminar conceitos provenientes da ecologia e das teorias biológicas da evolução. Roma diz, no entanto, que o grande problema consiste em:

> [...] que muitos seres humanos continuam vendo a natureza como algo indestrutível, como na Idade Média, extraindo tudo dela, sem cuidado. A cada tempo temos que ter uma atitude coerente. Ainda nos relata que não somos seres que olham a natureza de fora, mas somos parte dessa natureza, deste meio ambiente (ROMA, 2006, p. 8).

Os projetos urbanísticos que consideram o desenvolvimento do meio ambiente junto com o meio urbano são considerados como sustentáveis. Para Picoli e Borges (2008, p. 121), "[...] os projetos e os programas de desenvolvimento sustentável não apresentam falta de bases conceituais ou de estrutura organizacional para sua efetivação, mas sim, dificuldades político-institucional de aplicação". Criar condições para a elaboração e implementação de práticas sustentáveis converteu-se em um dos desafios históricos e políticos dos tempos atuais (LEFF, 2006).

Assim, a problemática ambiental urbana é atualmente uma das grandes questões presentes no planejamento das cidades (LEONELLI, 2008), já que o meio ambiente é uma temática unificadora que aponta para uma mudança de direção do planejamento urbano no contexto de uma ordem social fragmentada (ACSELRAD, 2004). Cabe dizer, então, que as maneiras como ocorre a relação entre a cidade e meio ambiente e como a construção do espaço urbano modifica e degrada a natureza são de suma relevância quanto se pensa num planejamento urbano com princípios de sustentabilidade.

4.4 A SUSTENTABILIDADE NAS CIDADES

O debate sobre a problemática socioambiental tomou maior proporção nas últimas décadas do século XX, como um prenúncio eloquente da crise da racionalidade econômica que conduziu o processo de modernização. Nesse contexto em que a crise ambiental ficou evidenciada, a ideia de sustentabilidade emerge com o desígnio de contribuir para a superação da radical diferenciação que a modernidade faz entre as atividades humanas e econômicas e os sistemas naturais (LEFF, 2009).

Para melhorar as condições de vida nos grandes centros urbanos e diminuir os impactos provocados ao meio ambiente, é imprescindível elaborar uma política de

desenvolvimento sustentável do ambiente (SILVA; MACÊDO, 2009). Os termos sustentabilidade e desenvolvimento sustentável:

> [...] são usados intercambiadamente tanto nos discursos acadêmicos quanto nos populares e o conceito é promovido através da contraposição com a proposta antiga da manutenção de um conjunto de relações sociais pelo caminho de um conjunto particular de projetos ecológicos (HARVEY *apud* FERNANDES, 2003, p. 82).

O conceito de sustentabilidade ficou conhecido mundialmente na década de 1980, "[...] nos encontros internacionais de estudiosos ambientalistas, como forma de encontrar um equilíbrio para a existência e evolução do meio ambiente e o desenvolvimento socioeconômico" (SILVA, 2010, p. 521). O conceito de sustentabilidade é uma construção com as variáveis de tempo e espaço (LIMA; POZZOBON, 2005). Ao contrário dos conceitos minuciosos e detalhistas que são voltados à explicação do real,

> [...] a noção de sustentabilidade está submetida à lógica das práticas: articula-se a efeitos sociais desejados, a funções práticas que o discurso pretende tornar realidade objetiva. Tal consideração nos remete a processos de legitimação/deslegitimação de práticas e atores sociais (ACSELRAD, 1999, p. 80).

Trata-se, assim, do resultado de uma reflexão sobre as raízes da crise ambiental, em que se enxerga com novos "olhos" o modelo de desenvolvimento capitalista, questionando o lugar dos homens no meio ambiente e sua responsabilidade pelo futuro da biosfera. Essa autocrítica, até recentemente, era impensável (LIMA; POZZOBON, 2005). Portanto, essa mudança de visão de mundo, leva ao:

> [...] emprego do critério de sustentabilidade – que substitui o de "adaptação" da abordagem teórica evolucionária – permite enumerar as diferentes formas de uso que as populações fazem do meio ambiente, considerando suas diferenças genéricas em termos de inserção na economia de mercado e posse de uma tradição ou história ecológica (LIMA; POZZOBON, 2005, p. 47).

Tomar em consideração a natureza em sua dimensão completa e complexa, englobando análises do humano como uma de suas partes, dá contornos mais concretos à noção de sustentabilidade nas cidades. Os gestores públicos encontram-se diante do desafio de rearticular as políticas envolvidas na produção de espaço urbano, "[...] evidenciando a compatibilidade delas com os propósitos de dar durabilidade ao desenvolvimento, de acordo com os princípios da Agenda 21, resultante da Conferência da ONU sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente" (ACSELRAD, 1999, p. 81).

A Agenda 21 é composta por plano de ação a ser implementado por governos, agências de desenvolvimento, organizações das Nações Unidas e grupos setoriais independentes. A execução da agenda deverá levar em conta as diferentes situações e condições dos países e regiões, com a plena observância dos princípios nela explicitados. Trata-se de uma pauta de ações a longo prazo, estabelecendo os temas, projetos, objetivos, metas, planos e mecanismos de execução para diferentes temas da Conferência (BURSZTYN; PERSEGONA, 2008). A agenda possui quatro grandes temas:

> Dimensões Sociais e Econômicas – onde se abordam as relações entre meio ambiente e pobreza, saúde, comércio, dívida externa, consumo e população; Conservação e Gerenciamento dos Recursos para o Desenvolvimento – na qual se estabelecem formas para se atingir o desenvolvimento sustentável através da utilização de novas formas de gestão dos recursos naturais; Fortalecimento dos Principais Grupos Sociais – na qual são apresentadas novas formas de apoio aos grupos sociais organizados e minoritários que trabalham, colaboram ou adotam a sustentabilidade; Meios de Implementação – que trata dos financiamentos e do papel a ser desempenhado pelas entidades governamentais e não-governamentais na busca da sustentabilidade dos Grupos Sociais: trata das formas de apoio a grupos sociais organizados e minoritários que colaboram para a sustentabilidade (MELLO; HOGAN, 2006, p. 6).

No Brasil, a Agenda 21 tornou-se um instrumento que se difundiu por meio de cidadãos, de organizações da sociedade civil e de autoridades locais que perceberam o quanto ela pode se reverter em possibilidades reais de mudança. Assim, ela foi incorporada no Plano de Governo (PPA 2004-2007) por ter sido reconhecido que seu conteúdo envolve problemas estruturais amplos e que demandam soluções integradas, de médio e longo prazos (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2015).

A Agenda 21 brasileira determinou o tema “cidades sustentáveis” como um dos seis pilares da construção da sustentabilidade ambiental, social e econômica do país (NOVAES, 2000). Assim, o documento Cidades Sustentáveis, que foi elaborado pelo Consórcio Parceria 21, tem por objetivo geral subsidiar a formulação da Agenda 21 brasileira com propostas que introduzam a dimensão ambiental nas políticas urbanas vigentes ou que venham a ser adotadas, respeitando-se as competências constitucionais em todas as esferas de governo (MMA, 2015). O documento agrega duas noções chaves ao tema de Cidades Sustentáveis, “[...] a de sustentabilidade ampliada, que trabalha a sinergia entre as dimensões ambiental, social e econômica do desenvolvimento, e a noção da sustentabilidade progressiva, que trabalha a sustentabilidade como um processo pragmático de desenvolvimento sustentável”

(BEZERRA; FERNANDES, 2000, p. 12). A partir dessas noções, foram definidas as premissas que nortearam a realização do trabalho, entre elas encontram-se:

> 1) Crescer sem destruir. O desenvolvimento sustentável das cidades implica ao mesmo tempo crescimento dos fatores positivos para a sustentabilidade urbana e diminuição dos impactos ambientais, sociais e econômicos indesejáveis no espaço urbano; 2) Indissociabilidade da problemática ambiental e social. A indissociabilidade da problemática social urbana e da problemática ambiental das cidades exige que se combinem dinâmicas de promoção social com as dinâmicas de redução dos impactos ambientais no espaço urbano; 3) Foco na ação local. Reconhecendo a eficácia da ação local, deve-se promover a descentralização da execução das políticas urbanas e ambientais; 4) Mudança do enfoque das políticas de desenvolvimento e preservação ambiental. Deve-se promover a substituição paulatina dos instrumentos de caráter punitivo por instrumentos de incentivo e auto-regulação dos agentes sociais e econômicos; 5) Informação para a tomada de decisão. O conhecimento e a informação sobre a gestão do território e do meio ambiente urbano aumentam a consciência ambiental da população urbana, qualificando-a para participar ativamente dos processos decisórios. Políticas e ações de educação e comunicação, criativas e mobilizadoras, devem contribuir para reforçar todas as estratégias prioritárias de sustentabilidade urbana (BEZERRA; FERNANDES, 2000, p. 12).

Tais premissas têm o intuito de, por um lado, propor aperfeiçoamentos das políticas já em curso no país e, por outro, apontar novas estratégias e instrumentos que assegurem a transição da situação atual das cidades para um futuro mais sustentável. Para tanto, busca identificar eventuais lacunas, superposições e conflitos a serem superados, decorrentes de abordagens setoriais e visões distintas sobre a cidade sustentável (BEZERRA; FERNANDES, 2000).

A sustentabilidade, em seu viés ecológico e urbano, implica “[...] a capacidade de uma dada população de ocupar uma determinada área e explorar seus recursos naturais sem ameaçar, ao longo do tempo, a integridade ecológica do meio ambiente” (LIMA; POZZOBON, 2005, p. 121). O *Urban World Forum*, que ocorreu em 2002, define esse conceito a partir de um conjunto de prioridades, a saber: superar a pobreza, promover equidade, melhorar a segurança ambiental e prevenir a degradação, estar atento à vitalidade cultural e ao capital social para fortalecer a cidadania e promover o engajamento cívico (BRAGA, 2006).

Para que ocorra a construção de uma cidade sustentável e para que ela tenha condições de manter-se assim, as áreas verdes são fundamentais. Elas são consideradas como o conjunto de áreas intra-urbanas que apresentam cobertura vegetal e arbórea, que pode ser nativa ou

introduzida, arbustiva ou rasteira. De todo modo, elas contribuem de modo significativo para a qualidade de vida e o equilíbrio ambiental nas cidades (BEZERRA; FERNANDES, 2000).

Pensando nessas áreas verdes urbanas, foram criadas e definidas as Áreas de Preservação Permanente (APPs), que são determinadas pelo Código Florestal (BRASIL, 2012).

> Tais áreas consistem em espaços territoriais legalmente protegidos, ambientalmente frágeis e vulneráveis, que podem ser públicos ou privados, urbanos ou rurais, cobertos ou não por vegetação nativa. Assim, as APPs, dentre as diversas funções ambientais prestadas no meio urbano, colaboram para fazer: a proteção do solo prevenindo a ocorrência de desastres associados ao uso e ocupação inadequados de encostas e topos de morro; a proteção dos corpos d'água, evitando enchentes, poluição das águas e assoreamento dos rios; a manutenção da permeabilidade do solo e do regime hídrico, prevenindo contra inundações e enxurradas, colaborando com a recarga de aquíferos e evitando o comprometimento do abastecimento público de água em qualidade e em quantidade; a função ecológica de refúgio para a fauna e de corredores ecológicos que facilitam o fluxo gênico de fauna e flora, especialmente entre áreas verdes situadas no perímetro urbano e nas suas proximidades; a atenuação de desequilíbrios climáticos intra-urbanos, tais como o excesso de aridez, o desconforto térmico e ambiental e o efeito ilha de calor (MMA, 2015, s/p).

A manutenção das APPs em meio urbano possibilita a valorização da paisagem e do patrimônio natural, construída de valor ecológico, histórico, cultural, paisagístico e turístico. Esses espaços exercem, igualmente, funções sociais e educativas, que têm o intuito de favorecer o contato da população com os elementos da natureza e a educação ambiental (voltada para a sua conservação), proporcionando uma maior qualidade de vida (MMA, 2015).

Os efeitos indesejáveis do processo de urbanização sem planejamento, como a ocupação irregular e o uso indevido dessas áreas, tende a reduzi-las e degradá-las. Isso causa graves problemas nas cidades e exige um forte comprometimento com o incremento e o aperfeiçoamento de políticas ambientais urbanas voltadas à recuperação, manutenção, monitoramento e fiscalização das APPs nas cidades (MMA, 2015).

Outra área relevante nas cidades engloba os parques urbanos. Trata-se de uma área verde com função ecológica, estética e de lazer, mas com uma extensão maior que as praças e jardins públicos. De acordo com o Art. 8º da Resolução CONAMA n.º 369 de 2006, considera-se área verde "[...] o espaço de domínio público que desempenhe função ecológica, paisagística e recreativa, propiciando a melhoria da qualidade estética, funcional e ambiental da cidade, sendo dotado de vegetação e espaços livres de impermeabilização" (MMA, 2015,

s/p.). Essas áreas verdes estão presentes numa enorme variedade de situações: em áreas públicas, em áreas de preservação permanente (APP), nos canteiros centrais, nas praças, parques, florestas e unidades de conservação (UC) urbanas, nos jardins institucionais e nos terrenos públicos não edificados. Alguns exemplos de áreas verdes urbanas são as praças, os parques urbanos, os parques fluviais, os parques esportivos, o jardim botânico, o jardim zoológico e as faixas de ligação entre áreas verdes (MMA, 2015).

Dentro da perspectiva de promover uma sustentabilidade nas cidades, a partir da década de 1990, a noção de sustentabilidade urbana tenta aproximar as temáticas ambiental e urbana, pois até aquele momento era visto o primeiro como pertencente ao reino natural e o segundo como extensão do não-natural (REBOUÇAS; BRAGA; TUNDISI, 2006). Na literatura sobre o tema, encontram-se dois tipos de tratamento em relação à sustentabilidade urbana:

> [...] um tratamento normativo, empenhado em delinear o perfil da "cidade sustentável" a partir de princípios do que se entende por um urbanismo ambientalizado; e um tratamento analítico, que parte da problematização das condições sociopolíticas em que emerge o discurso sobre sustentabilidade aplicado às cidades (ACSELRAD, 2004, p. 27).

A noção de sustentabilidade urbana alude a uma necessária inter-relação entre justiça social, qualidade de vida, equilíbrio ambiental e a necessidade de desenvolvimento. Para Jacobi:

> [...] isto representa a possibilidade de garantir mudanças sociopolíticas que não comprometam os sistemas ecológicos e sociais nos quais se sustentam as comunidades. É cada vez mais notória a complexidade desse processo de transformação de um cenário urbano crescentemente não só ameaçado, mas diretamente afetado por riscos e agravos socioambientais (JACOBI, 2006, p. 116).

Assim, essa busca representa um desafio complexo para as sociedades contemporâneas, pois não se trata apenas da preservação dos recursos ambientais, mas também de assegurar a qualidade de vida da população. Segundo Silva (2006, p. 23): "[...] o meio ambiente, qualificado de urbano, engloba tanto o meio ambiente natural quanto o meio ambiente transformado, resultado da ação do homem e da sociedade, ou seja, o meio ambiente na e da cidade".

De acordo com Bezerra e Fernandes (2000), alcançar um ordenamento do ambiente urbano que se preocupe com a qualidade de vida da população consiste em pensar e trabalhar por uma cidade sustentável, melhorando a mobilidade urbana, diminuindo a poluição sonora e

atmosférica, o descarte de resíduos sólidos, a eficiência energética, a economia de água, entre outras práticas que contribuem a formar uma cidade sustentável. Nesse sentido, uma cidade sustentável é:

> [...] a que preenche as necessidades de seus atuais cidadãos, sem esgotar os recursos das futuras gerações de todo o mundo [...] por meio da gerência cuidadosa da demanda por recursos, maximização da circularidade do uso dos recursos e maximização da eficiência do uso dos recursos (MAGALHÃES, 2006, p. 36).

Nesta forma de olhar para o espaço, faz-se necessário analisar o significado da urbanização e a consequente reorganização dele a partir de uma perspectiva sustentável. Este dinâmico modo de produção do espaço urbano:

> [...] faz necessário compreender as novas relações e novas dinâmicas que ocorrem nestes espaços. A análise agora necessita ser mais complexa, mais abrangente e considerar não apenas os aspectos concretos e materiais de produção do espaço urbano, mas também deverá considerar as novas dinâmicas territoriais decorrentes das novas formas de organização urbana incluindo olhar para a produção simbólica do espaço (SOUZA; BAHL, 2012, p. 11).

Assim, conceber outras maneiras de pensar as questões referentes ao espaço urbano a partir de urbanização sustentável envolve dimensões variadas que englobam a vida socioeconômica, mas também o homem e suas experiências no espaço, no tempo e nas relações com os outros homens. Percebe-se que, na cidade de Maringá, esse processo vem transformando o espaço urbano por meio de legislações e ações do poder público local. No capítulo seguinte, buscaremos analisar como ocorreram os processos históricos de estruturação e difusão da noção de governo. De acordo com Foucault (1995, p. 244), governar consiste em “[...] estruturar o eventual campo de ação dos outros”. Assim, o conceito de governamentalidade será tomado como norteador para compreender os elementos racionalizados de condução e direção dos indivíduos nas cidades, participando da criação e produção de subjetividades coletivas que vão transformando o território vivido.

5 DA GOVERNAMENTALIDADE AO TERRITÓRIO VIVIDO

As discussões em torno da problemática urbana tiveram evidência na contemporaneidade por conta do acelerado processo de urbanização, que se deu, majoritariamente, de forma desordenada e precária. Consequentemente, alertava-se para a necessidade de maior controle por parte do Estado sobre o território das cidades, uma vez que o cuidado com a vida da população e com o meio ambiente é social e historicamente construído (GUERRA; CUNHA, 2001).

Neste capítulo, indagaremos sobre a governamentalidade nas cidades assim como a construção da subjetividade urbana, utilizando principalmente alguns estudos realizados por Foucault, publicados no livro "Microfísica do poder" (2004), e, por fim, como essas subjetividades vão transformando o território vivido (SANTOS, 2005).

Pode-se dizer, de acordo com os estudos de Foucault (1995, 1999, 2004, 2005, 2008), que a governamentalidade está atrelada ao problema da população. A partir disso, a racionalidade governamental tornou-se uma nova prática política. Essa nova forma de pensar e agir, em vez de ter o intuito de defesa e manutenção de um território, o aumento do poder soberano ou das forças do Estado, passa a ter o objetivo de governar os homens enquanto conjunto populacional. Com isso, a população tornou-se "[...] o princípio de riqueza e força produtiva de qualquer governo e aparato de produção. Ela também passou, a partir do século XVIII, a ser encarada como objeto técnico-político de uma gestão" (ALCADIPANI DA SILVEIRA, 2002, p. 105).

As ações realizadas pelo Estado ultrapassaram a simples aplicação coercitiva de um conjunto de leis sobre a população; o Estado passa a estar, paulatinamente, presente e constante na vida cotidiana dos homens, segundo Foucault, para "[...] estruturar o eventual campo de ação dos outros" (FOUCAULT, 1995, p. 234).

Nota-se, assim, que o Estado conciliou esforços no sentido de atentar para a vida da população, promovendo a organização dos homens por meio da oferta de condições de trabalho, produção, consumo, assim como estando presente e atuante no que dizia respeito à vida e à morte da população. Isso pode ocorrer por meio de campanhas diversas que, na atualidade, utiliza-se da publicidade para agir sobre a vida da massa populacional, produzindo modos de vida que vão transformando o território vivido.

Um dos focos de intervenção do Estado nas cidades é o meio ambiente. Embora os problemas ambientais urbanos não tenham surgido recentemente, somente nas últimas

décadas eles começaram a fazer parte da percepção pública. Assim, a institucionalização das questões ambientais urbanas não apresentou ainda reflexos concretos nas cidades, pois há um distanciamento considerável entre o discurso apresentado nas agendas e documentos oficiais advindos das conferências e acordos internacionais e a realidade socioambiental nas cidades (SILVA; TRAVASSOS, 2008).

É precisamente este o objetivo do presente capítulo: problematizar as noções de governamentalidade e território vivido, bem como seus desdobramentos na produção de modos de vida da população da cidade em relação ao meio ambiente. Para isso, será abordada, primeiramente, a noção da governabilidade como racionalidade do Estado que tem foco no sujeito e na população e atua por meio de legislações e campanhas publicitárias. Num segundo momento, será trabalhada a noção de território vivido, tendo como ponto de partida a organização da cidade de Maringá, que se denomina, por meio de campanhas publicitárias e *marketing* que são feitas pelo governo municipal, como cidade verde.

5.1 A GOVERNAMENTALIDADE COMO RACIONALIDADE DE ESTADO

Até o fim do Renascimento, governar não se referia somente à gestão política e do Estado, mas também, "[...] à maneira de dirigir a conduta dos indivíduos ou dos grupos: governo das crianças, das almas, das comunidades, das famílias, dos doentes" (FOUCAULT, 1995, p. 244). Já na modernidade, o uso do conceito governar restringiu-se às coisas relacionadas ao Estado, pois "[...] as relações de poder foram progressivamente governamentalizadas, ou seja, elaboradas, racionalizadas e centralizadas na forma ou sob a caução das instituições do Estado" (FOUCAULT, 1995, p. 247). Assim, pode-se dizer que foi na modernidade que emergiu o problema da população. Ela passou a evidenciar uma nova problemática de ordem política, que se colocou em relação à segurança, o território e o governo das pessoas.

Foi por meio da ciência do governo que a economia pôde centralizar-se em um nível de realidade que hoje chamamos de econômico, por meio da qual foi possível isolar os problemas específicos da população. Com isso, a população passou a ser vista como um conjunto de fenômenos que deve ser controlado para possibilitar o crescimento do Estado. Por meio da identificação e análise das dificuldades específicas da população, "[...] o problema do governo pôde enfim ser pensado, sistematizado e calculado fora do quadro jurídico da soberania" (FOUCAULT, 2004, p. 169). Dentro deste contexto, a estatística tornou-se o principal fator técnico, pois:

> possibilitou um conhecimento preciso e sistematizado da população. Para a razão de Estado é preciso ter um conhecimento adequado e detalhado da realidade a ser governada. Esse conhecimento deverá ser usado no sentido de moldar a realidade para que determinados fins possam ser atingidos (FOUCAULT, 2005, p. 281).

Assim, a estatística foi um dos instrumentos utilizado pelo governo, revelando que a população tem uma regularidade própria a ser conhecida por meio do número de mortos, nascimentos, doentes, epidemias e acidentes de diferentes tipos. Os estudos estatísticos mostraram que a população tem características próprias que podem ser conhecidas por meio de seus deslocamentos e de suas atividades. Desse modo, a população aparece como objetivo final do governo, a ser conhecido, investido e fiscalizado. De tal modo, Foucault (2004, p. 171) diz que:

> [...] o que gostaria de mostrar é a relação histórica profunda entre: o movimento que abala a constante da soberania colocando o problema, que se tornou central, do governo; o movimento que faz aparecer a população como um dado, como um campo de intervenção, como o objeto da técnica de governo; e o movimento que isola a economia como setor específico da realidade e a economia política como ciência e como técnica de intervenção do governo neste campo da realidade. São estes três movimentos − governo, população, economia política − que constituem, a partir do século XVIII, um conjunto que ainda não foi desmembrado (FOUCAULT, 2004, p. 171).

O Estado, para Foucault, foi gradativamente assumindo a preeminência de um "tipo de poder que podemos chamar de 'governo' [ou 'governamento']" (FOUCAULT, 2008, p. 144). Nesse sentido, para definir o Estado, cabe conhecer as práticas de governo, da gestão governamental ou da governamentalidade. Foucault utiliza este último conceito para demonstrar que, historicamente, foi elaborada uma racionalidade a partir da qual seria possível governar os indivíduos. No âmbito da análise política, esse conceito pode ser entendido como:

> [...] o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Em segundo lugar, por 'governamentalidade' entendo a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não parou de conduzir, e desde há muito, para a preeminência desse tipo de poder que podemos chamar de 'governo' sobre todos os outros – soberania, disciplina – e que trouxe, por um lado, o desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo [e, por outro lado], o desenvolvimento de toda uma série de saberes. Enfim, por 'governamentalidade', creio que se deveria entender o processo, ou antes, o resultado do processo pelo qual o Estado de justiça da Idade Média, que nos

> séculos XV e XVI se tornou o Estado administrativo, viu-se pouco a pouco 'governamentalizado' (FOUCAULT, 2008, p. 143-144).

Assim, a governamentalidade não é definida apenas por sua territorialidade, pela superfície em que atua, mas também pela massa da população, envolvendo a economia e os dispositivos de segurança, que são mecanismos básicos para controlar o contingente populacional (MACHADO, 1992, p. XXIII).

Fonseca (2001) afirma que os mecanismos de segurança da governamentalidade agem sob certo número de dados materiais, procurando colocar ênfase nos elementos positivos e minimizar os negativos, tanto atuais quanto futuros. Exemplos disso podem ser encontrados na quantidade de novas moradias construídas para atender a demanda populacional, na quantidade de parques e praças, no aumento da população, entre outros. Nota-se, assim, que os mecanismos de segurança se mantêm atentos aos fenômenos de natalidade e mortalidade populacional.

A medicina urbana, que começou no século XVIII principalmente na França, era uma medida social que foi colocada em prática para promover a urbanização e o desenvolvimento minimamente ordenado das estruturas urbanas. Isso ocorreu pela necessidade de unificação do poder urbano, "[...] de constituir a cidade como unidade, de organizar o corpo urbano de modo coerente, homogêneo, dependendo de um poder único e bem regulamentado" (FOUCAULT, 2004, p. 50). Entre as razões que justificaram sua implementação estão as econômicas, tendo em vista que a cidade se torna um importante lugar de mercado que unifica as relações comerciais; e as razões políticas, pois com o aparecimento do proletariado como classe social organizada aumentaram as tensões no interior da cidade, que se expressavam em revoltas e motins.

Cabe dizer ainda que o agrupamento da população nas grandes cidades levou ao aparecimento de epidemias urbanas. Nesse sentido, Foucault (1999, 2008) aborda três modelos analíticos de funcionamento dos mecanismos de repartição dos sujeitos no espaço urbano, por meio do controle de doenças. O primeiro foi o modelo da lepra (com soberania jurídica), que forja o isolamento dos primeiros lugares de exclusão social; o segundo foi o modelo de gestão da peste (disciplina) que controla a população pela vigência da técnica de quarentena. Esta esquadrinhava a cidade e regulamentava a circulação de pessoas valendo-se das estratégias de vigilância. Por último, foi realizado o controle da varíola (técnicas de segurança e do tratamento aleatório), que funcionava pelo cálculo probabilístico dos

acontecimentos avaliados como sendo de risco em nome do controle das epidemias e endemias (LEMOS, 2012).

A população é amplamente vigiada e controlada pelos mecanismos elaborados pelo poder público como, por exemplo, as legislações ambientais de preservação de áreas verdes, habitação e saúde. Desse modo, o espaço urbano não é apenas um território com bens e indivíduos, mas um lugar de circulação e relações entre corpos e coisas. Trata-se de um meio a ser gerido com fins de assegurar vida e operacionalizar algum nível de liberdade com segurança (LEMOS, 2012).

Buscando compreender como as cidades se organizam, Harvey (1980) diz que os espaços urbanos refletem a complexa estrutura social desigual do capitalismo, sendo um local de reprodução das relações de produção. Se, por um lado, o espaço urbano concentra a força de trabalho, os meios de produção, de cultura e de informação, por outro lado, acumulam os desequilíbrios e desajustes sociais, higiênicos e ambientais mais graves (SILVA, 2000).

Com isso, os espaços urbanos tornam-se lugares repartidos funcionalmente pela preocupação do governo de controlar os diferentes segmentos da população, com vistas ao controle dos modos de vida. Assim, atualmente, a gestão e o governo desses espaços estão marcados por abordagens fragmentadas, tanto em relação às instâncias governamentais envolvidas quanto às diversas ações e políticas públicas prevalecentes (SILVA; TRAVASSOS, 2008). É notável, por exemplo, que as cidades são divididas em bairros ou zonas, sendo o centro majoritariamente ocupado por serviços e comércios. Já os bairros da classe média/alta contam com áreas verdes e de lazer, tendo um espaço com mais segurança e tranquilidade. Por outro lado, os bairros da classe baixa sofrem com a falta de saneamento, coleta de lixo e baixa segurança. Percebe-se, assim, que as cidades são divididas por estratos econômicos, sociais e, em alguns casos, como em Maringá, pelas questões ambientais.

Historicamente, a ação governamental interveio nos problemas urbanos de maneira pontual, “[...] gerando órgãos e planos também pontuais para o seu equacionamento” (SILVA; TRAVASSOS, 2008, p. 34). Silva e Travassos (2008, p. 35) complementam dizendo que “[...] esses órgãos atualmente têm se demonstrado incapazes de tratar o ambiente urbano de forma integrada, fazendo com que suas ações se mostrem ineficazes para lidar com os referidos problemas na escala vultosa em que hoje se apresentam”.

Sendo assim, a prática de uma biopolítica, que pode ser entendida como “[...] a maneira pela qual se tentou, desde o século XVIII, racionalizar os problemas propostos à prática governamental pelos fenômenos próprios a um conjunto de seres vivos constituídos em população: saúde, higiene, natalidade, raças” (FOUCAULT, 2008, p. 89), transformou

lugares específicos para serem habitados por determinados grupos populacionais, com vistas a ordenar as multiplicidades (LEMOS, 2012). Nessa perspectiva, a arquitetura e urbanização começam a se especializar, articulando os problemas tanto da população quanto da saúde, da urbanização e das questões ambientais. Foucault diz:

> Outrora, a arte de construir respondia, sobretudo, à necessidade de manifestar o poder, a divindade, a força. O palácio e a igreja constituíam as grandes formas, às quais é preciso acrescentar as fortalezas; manifestava-se a força, manifestava-se o soberano, manifestava-se Deus. A arquitetura durante muito tempo se desenvolveu em torno destas exigências. Ora, no final do século XVIII, novos problemas aparecem: trata-se de utilizar a organização do espaço para alcançar objetivos econômicos e políticos (FOUCAULT, 2004, p. 211).

Assim, era planejado um sistema "[...] de repartição das multiplicidades em espaços correlatos e vizinhos, judiciários e adjacentes a esses com vistas a problematizar as práticas divisórias e seus efeitos políticos, econômicos, sociais, subjetivos e históricos" (LEMOS, 2012, p. 144). Ocorria, então, uma espécie de normatização, ou seja, a tentativa de disseminação de subjetividades normatizadas em padrões que eram amplamente geridas e vigiadas por meio do governo de condutas realizado em diferentes espaços e contando com diversos agentes estatais.

As múltiplas relações engendradas dentro da cidade e sua inevitável transformação da natureza levaram a uma preocupação com as questões ambientais, pois "[...] esse fenômeno urbano mudou de natureza. Não é mais um problema dentro outros; é o problema número um, o problema-cruzamento das questões econômicas, sociais e culturais" (GUATTARI, 2006, p. 173). Esses espaços urbanos produzem o destino da humanidade. Tanto que Park descreve as cidades como sendo:

> [...] a tentativa mais bem-sucedida do homem de reconstruir o mundo em que vive o mais próximo do seu desejo. Mas, se a cidade é o mundo que o homem criou, doravante ela é o mundo onde ele está condenado a viver. Assim, indiretamente, e sem qualquer percepção clara da natureza da sua tarefa, ao construir a cidade o homem reconstruiu a si mesmo (PARK, 1967, p. 3).

O espaço urbano abriga um contingente populacional que produz e reproduz modos de existência e subjetividades. Segundo Guattari e Rolnik (1996, p. 33), a subjetividade pode ser compreendida como algo que:

> [...] está em circulação nos conjuntos sociais de diferentes tamanhos: ela é essencialmente social, e assumida e vivida por indivíduos em suas

> existências particulares. O modo pelo qual os indivíduos vivem essa subjetividade oscila entre dois extremos: uma relação de alienação e opressão, na qual o indivíduo se submete à subjetividade tal como a recebe, ou uma relação de expressão e de criação, na qual o indivíduo se reapropria dos componentes de subjetividade, produzindo um processo que eu chamaria de singularização.

Sendo assim, pensar em qualquer tipo de transformação que objetiva a preservação da natureza necessariamente passa por uma mudança nos modos de vida e nos hábitos. Paula complementa tal ideia afirmando que tomar em análise a história da cidade:

> [...] é considerar as maneiras como a construção urbana é tributária de um complexo interdependente de motivações, referências, interesses e desejos, em que a subjetividade e as idiossincrasias como construtor-inventor, a racionalidade instrumental do urbanista-tecnocrata, e a pura gratuidade do gesto gráfico rebelde, fazem da cidade obra de arte, como diz Argan, mas, também, dispositivo político, discriminatório, estratégico (PAULA, 1997, p. 53).

A cidade é portadora de sua história social, que se faz presente nas ruas, praças e construções, sendo ao mesmo tempo espaço físico e construção subjetiva. Pensando nisso, Paula assinala que a cidade é resultado de uma dupla operação, ao mesmo tempo simbólica e material:

> [...] de um lado a pedra e o cal, o ferro e a madeira, o espaço construído e suas funções. De outro lado a recepção destes elementos, destas imagens e o papel simbólico que realizam na estruturação de identidades coletivas. Cada prédio, cada praça, cada espaço são apropriados, vivenciados como peças de um universo simbólico que têm papel decisivo na cimentação social (PAULA, 1997, p. 53).

Na perspectiva de controle da população, outro domínio da governamentalidade no qual o Estado interveio foi a relação entre a espécie humana e seu meio de existência, como por exemplo, o geográfico, o hidrográfico, e também nas dimensões políticas das relações entre seus membros. A noção de governamentalidade colabora neste estudo para compreender as intervenções racionalizadas do Estado que legitimam práticas e pretendem gerenciar os modos de vida.

5.2 O TERRITÓRIO VIVIDO E A CONSTRUÇÃO PUBLICITÁRIA DO IDEÁRIO VERDE

Como já dito, as cidades são imensas máquinas de produção de subjetividade individual e coletiva (GUATTARI, 2006). Esses espaços não param de produzir e reproduzir

significados que conectam os cidadãos a valores e representações próprios daquele grupo. Cidades são territórios e são "[...] sem dúvida uma noção geográfica, mas é antes de tudo uma noção jurídico-política: aquilo que é controlado por um certo tipo de poder" (FOUCAULT, 2004, p. 89). Um território, neste caso, a cidade, deve ser entendido como algo que está em processo, em constantes mudanças, constituindo um traço de união entre o passado e o futuro imediato (SANTOS, 1999).

Nesse contexto, o "[...] território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência" (SANTOS, 1999, p. 7). A cidade é entendida não somente como um território geográfico, um conjunto de sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas, mas sim como um território usado, vivido. Para Santos (2004, p. 321), trata-se de um território "[...] de relações, conteúdos e processos – que permitiria que a política fosse elaborada de baixo para cima – é um campo de forças, [...], entre uso econômico e usos sociais dos recursos, lugar do conflito entre localidades, velocidades e classes". Neste território que é marcado pela ordenação do poder estabelece-se uma vida social organizada (LEFEBVRE, 2004) que produz segregações, inclusões, formação de elites e inovações sociais, como também a criação em variados domínios (GUATTARI, 1992).

Pode-se considerar, então, que a vida social organizada ocorre dentro de um território cujo uso é definido por Santos e Silveira (1994) pela:

> [...] implantação de infra-estruturas, para as quais estamos igualmente utilizando a denominação sistemas de engenharia, mas também pelo dinamismo da economia e da sociedade. São os movimentos da população, a distribuição da agricultura, da indústria e dos serviços, o arcabouço normativo, incluídas a legislação civil, fiscal e financeira, que, juntamente com o alcance e a extensão da cidadania, configuram as funções do novo espaço geográfico (SANTOS; SILVEIRA, 1994, p. 20).

Percebe-se que os espaços geográficos são definidos pelos diversos movimentos da população, que passa a ser vista, como já mencionado, como um conjunto de fenômenos a serem controlados para possibilitar o crescimento do Estado (FOUCAULT, 2004). Desse modo, a população aparece como objetivo final do governo, como "[...] sujeito de necessidades, de aspirações, mas também como objeto nas mãos do governo; como consciente, frente ao governo, daquilo que ela quer e inconsciente em relação àquilo que se quer que ela faça" (FOUCAULT, 2004, p. 170).

Em larga medida, o governo utiliza campanhas por meio das quais age diretamente sobre a população, buscando construir e controlar alguns elementos subjetivos. Pode-se compreender que a "[...] busca permanente pela satisfação do conjunto de necessidades criadas pela própria vida nas cidades é um elemento descritivo da subjetividade engendrada no meio urbano capitalista" (CARVALHO, 2004, p. 64).

Além dos instrumentos e mecanismos utilizados para satisfazer as necessidades criadas pela vida nas cidades, o poder público também desenvolve campanhas e publicidades para atender a população local num território vivido, específico e delimitado. Segundo Mansano:

> É necessário acrescentar que a difusão desses componentes se dá a partir de uma série de instituições, práticas e procedimentos vigentes em cada tempo histórico. É nessa dinâmica mutante que os processos de subjetivação vão tomando forma, contando com a participação das instituições, da linguagem, da tecnologia, da ciência, da mídia, do trabalho, do capital, da informação, enfim, de uma lista vasta que tem como principal característica o fato de ser permanentemente reinventada e posta em circulação na vida social (MANSANO, 2009, p. 111).

Assim, parte desses componentes subjetivos vai se tornando uma "verdade" construída e incorporada pela população no seu cotidiano. Quando analisamos essa construção especificamente na cidade de Maringá, é notável que o poder público elaborou e divulgou um discurso ecológico, valendo-se de campanhas publicitárias que disseminavam uma imagem de cidade verde, ecológica, planejada, que prezava pela harmonia entre a natureza e os espaços urbanos construídos, dando ênfase no modelo de cidade-jardim, na arborização, nas praças e nos parques. Isso pode ser exemplificado na publicação de 1985, feita pela prefeitura da cidade: "Maringá, canção que virou cidade moderna, arrojada, de contrastes. Extensas áreas verdes convivem em perfeita harmonia com o conforto e o planejamento racional, que proporcionam qualidade de vida acima da média" (BOVO; AMORIN, 2011, p. 65).

Nota-se que a produção da imagem verde articula relações concretas com o espaço que é socialmente construído, pois "[...] é o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto de análise social, [ou seja], o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço habitado" (SANTOS, 2005, p. 235). Assim, a construção da imagem da cidade constitui um processo social de planejamento pelo Estado em favor de suas finalidades. Segundo Baczko:

> A influência dos imaginários sociais sobre as mentalidades depende em larga medida da difusão destes e, por conseguinte, dos meios que asseguram tal difusão. Para garantir a dominação simbólica, é de importância do capital o

> controle dos meios, que correspondem a outros tantos instrumentos de persuasão, pressão e inculcação de valores e crenças. É assim que qualquer poder procura desempenhar um papel privilegiado na emissão dos discursos que veiculam os imaginários sociais, do mesmo modo que tenta conservar certo controle sobre os circuitos de difusão (BACZKO, 1985, p. 313).

A construção da imagem de uma cidade verde em Maringá ocorreu por meio de estratégias e interesses do poder público, sendo institucionalizada pelo *citymarketing*. Este consiste em um processo que orienta a política urbana e as necessidades do consumidor enquanto investidor, turista ou morador e busca, assim, atribuir incentivos positivos ao que é desejável (RIBEIRO; GARCIA, 1996). Assim:

> [...] a imagem publicitária utilizada pelo Poder Público foi muito forte e dominadora, e transmitia aos cidadãos a ideia de uma cidade planejada e sem problemas. Nela se utilizam imagens belas, dando a noção de um paraíso que sobreviveu acompanhado do progresso. A "cidade verde" é o paraíso perfeito para as férias e o lugar apropriado para a aquisição de propriedades longe dos grandes centros poluidores (BOVO, 2009, p. 100).

Desse modo, o poder público foi aos poucos disseminando imagens e enunciados que em larga medida serviram para articular componentes de uma subjetividade coletiva. Pode-se considerar que tais componentes produziram "[...] efeito nos corpos e nas maneiras de viver. Tais efeitos difundem-se por meio de múltiplos componentes de subjetividade que estão em circulação no campo social" (MANSANO, 2009, p. 111).

No caso específico da cidade de Maringá, os *slogans* "cidade verde" ou "cidade ecológica" foram elaborados a partir da necessidade do poder público municipal em trabalhar com a causa ecológica a partir da Constituição de 1988. Assim, o governo municipal construiu uma imagem de cidade que investe em qualidade de vida da sua população e nos espaços coletivos. Nessa visão, Certeau (1994, p. 154) diz que "[...] o discurso produz então efeitos, não objetos... fazer crer é fazer", e esse fazer crer é a intenção do governo, que procurou, por meio de técnicas específicas, cristalizar e divulgar uma imagem positiva da cidade.

Antes mesmo da Constituição de 1988, o governo municipal já trabalhava essa imagem positiva para diferenciar Maringá das outras cidades no estado e do país. Lembrando que, conforme analisado no capítulo 1, desde o seu surgimento na década de 1940, a cidade foi projetada conservando suas principais áreas verdes, nos moldes de cidade-jardim. Nesse mesmo sentido, as companhias (CTNP/ CMNP) que venderam os lotes iniciais da cidade, juntamente com os agentes imobiliários, utilizaram propagandas de um novo estilo de cidade

que surgia no norte do Paraná, como por exemplo: “Nova Canaã”, “Eldorado”, e “Terra onde se anda sobre dinheiro” (GONÇALVES, 1999, p. 118). Nessa perspectiva, Foucault assinala:

> [...] cada vez mais me parece que a formação dos discursos e a genealogia do saber devem ser analisadas a partir não dos tipos de consciência, das modalidades de percepção ou das formas de ideologia, mas das táticas e estratégias de poder. Táticas e estratégias que se desdobram através das implantações, das distribuições, dos recortes, dos controles de territórios, das organizações de domínios que poderiam constituir uma espécie de geopolítica (FOUCAULT, 2004, p. 94).

Assim, a forma como discurso ambiental e ecológico foi produzido e repetido em Maringá cooperou, em alguma medida, para instituir um reconhecimento e uma sensação de que é possível viver em uma cidade ecologicamente planejada. A partir da década de 1980, este imaginário de cidade verde, que desfruta de ampla qualidade de vida, é disseminado para o país todo por meio do discurso ambiental e ecológico, sendo citados pela mídia de amplitude nacional seus bosques e parques naturais, suas flores e arborização. Entretanto, os componentes subjetivos disseminados em um tempo histórico:

> [...] ganham importância coletiva e são atualizados de diferentes maneiras no cotidiano de cada vivente. Por isso mesmo, eles podem ser abandonados, modificados e reinventados em um movimento de misturas e conexões que não cessa. Pode-se dizer, então, que os múltiplos componentes de subjetividade difundem-se como fluxos que percorrem o meio social, dando-lhe movimento (MANSANO, 2009, p. 111).

Dando continuidade à disseminação do discurso ecológico, o prefeito em exercício na época, Said Felício Ferreira, desenvolveu programas e projetos de paisagismo e urbanismo com o intuito de eleger a árvore como símbolo de preservação ambiental e da cidade. Segundo Paula:

> Maringá necessitava de algo que remetesse à ideia de preservação ambiental, de ecologia, de qualidade de vida e beleza urbana, e acima de tudo, de um signo memorial capaz de trazer em si uma carga representativa de relações passadas e presentes com a natureza, e que tivesse uma linguagem universal (1997, p. 97).

Em 1983, por meio da Secretaria da Cultura e Turismo do Munícipio, o governo municipal lançou a campanha para escolher o *slogan* da cidade verde, que envolveu a participação da população no processo de escolha. O *slogan* precisava representar a consciência ecológica da cidade de Maringá, sendo que a frase vencedora foi “Maringá: coração verde do Brasil” (BOVO, 2009).

A partir desse momento, várias campanhas publicitárias foram desenvolvidas e utilizadas pelo governo municipal por meio de jornais locais, cartazes e *folders*, mostrando a cidade como um lugar paradisíaco e com muita natureza, sempre visando à construção de um ideal de cidade verde. Um dos primeiros *slogans* a ser lançado foi "Viver Maringá", que trazia:

> [...] a imagem do Parque do Ingá, fotos de jardins, praças, templos religiosos e ruas amplamente arborizadas e o Horto Florestal; porém no interior desse fôlder duas imagens estão em destaque: a praça do monumento do desbravador e uma imagem da cidade com a seguinte frase "Conheça Maringá, A Cidade Verde (BOVO, 2009, p. 99).

Esse *folder* apresentava Maringá como uma cidade arborizada, planejada e com qualidade de vida. O prefeito seguinte, Ricardo Barros, deu continuidade a essa campanha publicitária e lançou o *folder* com *slogan* "Maringá a Opção Pelo Melhor/*Option For The Best*", que passava a ideia de proximidade entre campo e cidade, retomando o ideal de cidade-jardim. No *folder*, é possível encontrar o seguinte enunciado:

> O burburinho do progresso e do desenvolvimento acelerado são abafados pelo verde da paisagem. As fábricas fundem-se com os campos. A paisagem bucólica dos arredores da cidade é um contraposto à agitação de 350 mil pessoas, que compram, trabalham e fazem de Maringá um dos centros regionais mais importantes do país. Maringá é assim. Ao mesmo tempo uma usina do progresso e um oásis de tranquilidade (BOVO; AMORIN, 2011, p. 65).

Alguns outros *slogans* adotados pelos governos municipais foram: "Maringá, 50 anos – Um Mergulho no Paraíso Verde" (RCA-Vídeos Produções, 1997), "A Realidade em Concreto é Verde" (folheto-PMM), "Conheça Maringá, A Cidade Verde" (Folder-PMM), publicados em jornais da região.

Na década seguinte, esse discurso estava associado às políticas do norte do Paraná, intensificando as campanhas de divulgação por meio de um planejamento estratégico (BOVO, 2009). Segundo Foucault:

> Metaforizar as transformações do discurso através de um vocabulário temporal conduz necessariamente à utilização do modelo da consciência individual, com sua temporalidade própria. Tentar ao contrário decifrá-lo através de metáforas espaciais, estratégicas, permite perceber exatamente os pontos pelos quais os discursos se transformam em, através de e a partir das relações de poder (FOUCAULT, 2004, p. 90).

A construção de um ideal advém de diferentes discursos que lhe servem de sustentação, podendo envolver uma proliferação de sentidos advindos das interações entre os sujeitos e um dado território vivido. Assim, "[...] o dizer ecológico remete a perscrutar a questão ambiental através de várias significações, inclusive sócio-históricas, que estão inscritas em espaços de nível social, legal, ecológico, político" (MEDEIROS, 2009, p. 41).

Pode-se dizer que, na cidade de Maringá, o governo municipal criou e legitimou um discurso que teve como efeito parcial a disseminação de uma verdade. Esta, com o passar das décadas, foi sendo readequada, ampliada e sofisticada, sempre pensando na construção do ideal de imagem verde a ser reconhecido e assumido pela população.

Em 1999, uma reportagem na Revista Veja compara a cidade de Maringá com Dallas no USA. Essa reportagem dizia:

> [...] um desejo mal disfarçado dos moradores dessa espécie de capital do noroeste do Paraná: ser uma extensão do Texas ou da Califórnia no Brasil. Maringá não tem o interesse em imitar o destino das grandes capitais brasileiras. Maringá está mais perto do Texas que do Brasil. É o que mostram os índices sócio-econômicos (LIMA, 1999, p. 16).

Maringá torna-se uma espécie de "negócio territorial", que foi vendido por meio de campanhas que hipervalorizavam os espaços urbanos e ecológicos, valendo-se de uma imagem de cidade verde com qualidade de vida (BOVO, 2009). Em 2005, uma nova reportagem foi publicada, agora pela Revista Época, com o título de "Do Velho Oeste ao Paraíso". O enunciado adotado nesse momento era:

> [...] viver num lugar tranquilo, onde se sai à noite sem medo, as crianças brincam na rua e podem ir à escola de ônibus, é um sonho de toda a família de cidade grande. Refúgios assim ainda existem no Brasil. Uma pesquisa inédita feita pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que Época divulga com exclusividade, mapeou o país à procura das cidades mais seguras e também das mais violentas. Cruzando dados oficiais, os pesquisadores criaram um índice que mede o risco de uma pessoa a ser assassinada nos municípios com mais de 300 mil habitantes. Maringá, no rico noroeste do Paraná, lidera o ranking de tranquilidade. Serra, nos arredores de Vitória, é a campeã de violência (CLEMENTE, 2005, p. 75-77).

Percebe-se que, com o passar do tempo, o discurso do poder público municipal mantém, constrói e reconstrói esse ideal de cidade verde e qualidade de vida. Nessa direção, "[...] diversas são as tentativas que buscam fixar a força subjetiva produtiva e dar-lhe uma determinada direção" (MANSANO, 2009, p. 111). Para isso, além das campanhas em *folders*, propagandas em rádio, televisão, revistas, como já foi demonstrado, o governo municipal

também faz divulgação, na página da prefeitura, de estatísticas e índices que demonstram o ideal de cidade verde, a qualidade de vida e harmonia da cidade:

> Maringá nasceu planejada e em harmonia com o meio ambiente. É uma das cidades mais arborizadas do Brasil, com o índice de cerca 26 m2 de área verde por habitante. É também referência em educação, com 21% de seus habitantes com ensino superior concluído, e 95% de sua população de até 8 anos plenamente alfabetizada, recebendo o Selo Município Livre do Analfabetismo. Com o índice de 0,808, Maringá possui também o 23º melhor IDHM do Brasil, e detém o status de 61º maior PIB do país, de 15ª maior cidade em exportações, de 6ª maior balança comercial, e de 13ª em geração de empregos. Estudo recente da Urban Systems, comparando Maringá com outras sete cidades do mesmo porte, como Pelotas - RS, Piracicaba - SP, Montes Claros - MG, e Serra - ES, revela que Maringá possui a maior renda média domiciliar, a maior porcentagem de domicílios com renda acima de 20 e de 15 salários mínimos, e, paralelamente, a menor porcentagem de domicílios com renda abaixo de 1 salário mínimo (MARINGÁ, 2016, s/p).

É perceptível que a finalidade do governo voltava-se para a divulgação da cidade em esfera nacional. As campanhas publicitárias e divulgações mantidas pelo poder público sustentavam o discurso e a imagem de uma cidade verde e com qualidade de vida. Todavia, segundo estudos de Meneghel (2003), os problemas ambientais em Maringá começaram já na década de 1940, sendo resultantes da ausência de planejamento e de preocupação ambiental por parte dos órgãos públicos.

Maringá foi crescendo sem considerar que os recursos naturais deveriam ser conservados. Essa falta de planejamento e preocupação não faz parte da “história” como foi descrito no capítulo 1, pois, para Foucault (2004b, p. 195), uma história “[...] não deveria ser aquela do que poderia existir de verdadeiros nos conhecimentos, mas sim uma análise dos “jogos de verdade”, dos jogos do verdadeiro e do falso através dos quais o ser se constitui historicamente como experiência, ou seja, como podendo e devendo ser pensado”. Maringá, durante toda a sua história, tenta, por meio desse discurso, construir uma “verdade” de cidade preocupada com o meio ambiente. Cabe questionar se esse empreendimento governamental foi suficiente para a construção e adesão ao ideal de cidade verde. A questão é relevante, sobretudo, quando nos deparamos com imagens parecidas com esta:

Figura 12 - Foto divulgada da cidade de Maringá em 2016

Fonte: Fausto, 2016, s/p.

Tal imagem foi amplamente divulgada na internet e retrata umas das principais avenidas da cidade que, em 2016, sofreu a derrubada de todas as árvores. O contraste entre os projetos de arborização e sua depredação ficou evidente, apontando para a fragilidade que atravessa as questões ambientais na cidade.

Nesse território vivido "[...] que se fundamenta na prática humana em contextos concretos como princípio de formação de território" (ARANTES, 2012, p. 26) que é a cidade de Maringá, há vários problemas ambientais que não foram e não são apresentados à população ou não são entendidos de forma coerente pelos órgãos públicos (KIOURANIS; TEXEIRA, 2000), pois é adotado o ideal de cidade verde, "[...] construindo para a população uma ilusória propaganda e imagem de perfeição quanto às questões ambientais" (PICOLI; BORGES, 2008, p.121). Nesse sentido, Picoli e Borges (2008, p. 122) complementam que as áreas verdes de Maringá:

> [...] são mostradas à população como lugares ecologicamente corretos, algo de beleza admirável, mas não adianta ser belo e servir como marketing de crescimento da cidade se não há preservação. É finito, o verde acaba se não for devidamente preservado pelos órgãos públicos e a sociedade de um modo geral (PICOLI; BORGES, 2008, p. 122).

As propagandas e campanhas feitas em torno de cidade verde (arborização) e qualidade de vida da população de Maringá são um meio para afastar a população local dos problemas e das preocupações com o ambiente em que vivem, como também para servir de cartão postal para atrair recursos e turistas (PICOLI; BORGES, 2008). Ainda que construindo

uma imagem de cidade verde e ecológica com o intuito de disseminar um ideal da cidade tanto para a própria população quanto para os turistas e investidores, é possível encontrar, conforme mostrado na figura acima, ações de descaso para com a preservação ambiental. Segundo Schwarz (1990 *apud* PICOLI; BORGES, 2008, p. 123), "[...] existe algo de mágico no conceito de preservação ambiental, em que a simples presença de um número elevado de árvores paisagísticas não significa a devida preocupação sistemática com a proteção do meio ambiente na cidade". Nesse sentido, os discursos procuram homogeneizar os olhares da cidade, tentando com isso ocultar os impasses no modelo de produção do espaço urbano maringaense (BOVO, 2009).

Entretanto, cabe questionar também se a população absorveu ou acredita na ideia de que Maringá é uma cidade verde. Assim, tanto a construção da cidade dentro deste ideal quanto dos problemas ambientais urbanos emergem na construção do território vivido. Este último pode ser "[...] tanto o resultado do processo histórico quanto a base material e social das novas ações humanas" (BERNARDES *et al.*, 2001, p. 01).

Ao final deste capítulo, que buscou compreender a cidade de Maringá como um território vivido em sua interface com as campanhas publicitárias sistematicamente utilizadas pelo governo municipal, o conceito de governamentalidade tomou um sentido eminentemente político (FOUCAULT, 2004). Por meio dele foi possível compreender como ocorreu a disseminação, subjetivamente compartilhada pelo coletivo, de um ideal de cidade verde.

6 (RE)CONTANDO A CONSTRUÇÃO DO IDEAL DE CIDADE VERDE

Nas partes anteriores, foram apresentadas as dimensões histórica e teórica da problemática do espaço urbano que serviram de base para analisar a construção do ideal de cidade verde em Maringá, dando-se especial atenção à trajetória que modelou seu espaço urbano ao longo da história. Neste capítulo, discutiremos como o ideal de cidade verde foi sendo construído e reconstruído pelo governo e pela população, bem como quais degradações ambientais são mencionadas nos discursos e ações do poder público e pela população.

Para isso, como descrito no Itinerário Metodológico, as categorias de análise foram definidas considerando os temas abordados no referencial histórico e teórico, sendo enriquecidas, agora, pelos depoimentos dos participantes da pesquisa. Esses temas foram agrupados em quatro categorias, a saber: 1) O planejamento de Maringá: Cidade-Jardim (1938-1958), na qual são relatados os principais aspectos históricos de colonização e planejamento do território; 2) O Crescimento Horizontal e a Verticalização da cidade (1959-1978), que aborda as transformações da cidade e o processo de urbanização acelerado; 3) A Cidade Verde (1979-2000), que relata a construção da imagem de "cidade verde"; e, por último, 4) O Estatuto da Cidade de Maringá: "A Cidade que eu quero" (2001 até dias atuais), que aborda os instrumentos urbanísticos do Estatuto da Cidade e as questões metropolitanas. Cabe recordar que a unidade de análise desta pesquisa é composta por três participantes: uma bióloga, uma urbanista e um historiador, os quais serão mencionados e identificados a partir de agora por suas profissões.

Neste momento, contando com os depoimentos, cabe analisar a cidade como um cenário complexo e entrecruzado de lugares e sujeitos distribuídos no espaço e no tempo. Nesse sentido, a cidade é produtora de uma história social, que se faz presente nas suas ruas, praças e construções, sendo ao mesmo tempo um espaço físico e uma construção subjetiva.

6.1 PRIMEIRA CATEGORIA: O PRIMEIRO PLANEJAMENTO DE MARINGÁ: CIDADE-JARDIM (1938-1958)

O cerne desta categoria é que o espaço urbano foi planejado inicialmente levando em consideração os princípios referentes à noção de cidade-jardim. Questionamos, junto aos participantes da pesquisa, o impacto dessa noção na transformação do espaço, bem como as maneiras pelas quais esse planejamento impacta o meio ambiente.

No planejamento de Maringá, percebe-se que o espaço urbano aos poucos vai se transformando em um espaço que é tanto fragmentado quanto articulado (CORRÊA, 1999). Ele é fragmentado pela destruição inicial de sua Mata Atlântica, pelos lotes e divisões em terrenos (que foram comercializados) e articulado na construção de uma cidade esteticamente planejada que teve principalmente duas áreas verdes conservadas.

A ocupação da região norte do estado, especificamente da cidade de Maringá, ocorreu efetivamente no início da década de 1940, quando a CMNP juntamente com o Estado implementou um núcleo urbano que tentava considerar o traçado orgânico do espaço físico. Vale ressaltar que, desde o início, algumas questões ambientais foram consideradas e algumas áreas verdes, mantidas. Do ponto de vista da bióloga entrevistada, *"a cidade, a transformação da cidade de Maringá foi muito grande. A cidade começou quando ela foi uma cidade planejada; e quando ela foi planejada, nós tínhamos aqui na cidade duas nascentes bem dentro do perímetro que seria o futuro perímetro urbano da cidade. Até então, a cidade se iniciou em um local hoje chamado de Maringá Velho. Nesses locais tinha a nascente do Córrego Moscados, onde foi mantido um remanescente de vegetação, que hoje é o Parque do Ingá. Um outro remanescente de vegetação é na nascente do Córrego Cleópatra, que é o Bosque II. Também foi mantida uma outra área de vegetação que hoje se chama Parque Municipal dos Pioneiros e, também, uma área que é da Companhia Melhoramentos, que é o Horto Municipal ou Horto Florestal de Maringá, que hoje se chama Horto Municipal Doutro Luís Teixeira Mendes, lá está a nascente do Córrego Borba Gato".* Percebe-se, neste fragmento, a presença de uma preocupação com a proteção ambiental desde o início do planejamento da cidade, mesmo que de forma fragmentada e considerando apenas algumas áreas. Como mostra Corrêa (1999), os usos do solo do espaço urbano, no primeiro momento, compõem um conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si. Já para a urbanista entrevistada, *"as áreas verdes e a arborização fazem parte do plano inicial da cidade. O engenheiro Jorge de Macedo Vieira fez um projeto de altíssimo nível, com referências urbanísticas das mais atualizadas para a época".* O projeto urbano inicial foi elaborado com princípios que até hoje são considerados pela participante como sendo *"de altíssimo nível"*, pois enfatizavam as áreas verdes e arborização.

Esses fragmentos mostram que os projetos ambientais são relacionados com a conservação de algumas áreas (efetivamente são duas principais reservas verdes, que foram escolhidas por possuírem nascentes) e com a arborização que foi elaborada primeiramente sob responsabilidade da Companhia (e posteriormente pelo governo municipal). Nesse caso, nota-se que "[...] as relações de poder foram progressivamente governamentalizadas, ou seja,

elaboradas, racionalizadas e centralizadas na forma ou sob a caução das instituições do Estado" (FOUCAULT, 1995, p. 247). Também com base nesses depoimentos, fica evidente que a relação entre homem e natureza ocorreu por meio de um plano urbanístico, afinal, "[...] as intervenções urbanísticas produzem imagens para diferenciar um lugar e inventar uma identidade, estimuladas tanto por uma companhia loteadora quanto pelas ações públicas urbanas" (ANDRADE; CORDOVIL, 2008, s/p).

Essa produção de imagem ideal teve seus primeiros passos no projeto elaborado por Vieira, que tinha a intenção de criar um cenário em que a população futura pudesse conhecer a vegetação presente na época da colonização e jamais viesse a sofrer com problemas de poluição. Mesmo assim, quando se estuda a arborização de Maringá, comprova-se que ela foi realizada tendo como norteadoras as questões econômicas (MENEGUETTI; REGO; BELOTO, 2009). O projeto não foi concretizado devido a um planejamento urbanístico considerando as desigualdades sociais e as degradações ambientais, mas por um motivo exclusivamente estético, tendo em vista que tinha o intuito de atrair mais migrantes e diminuir o êxodo na região (MENEGUETTI; REGO; BELOTO, 2009). Criou-se uma imagem de cidade verde, o que acabou influenciando a estrutura atual. Isso é demonstrado no fragmento dito pelo historiador: *"É uma cidade de renda per capita alta e socialmente excludente, que combina sua qualidade de vida com a exclusão social que se acomoda fora de sua periferia, nas cidades conturbadas".*

Os depoimentos condizem com a literatura em relação aos projetos urbanos, pois mesmo que estes tenham sido conduzidos por questões econômicas, em Maringá os urbanistas buscam inserir a natureza na paisagem cívica, utilizando-se de árvores, parques e jardins, por meio dos quais criam uma imagem favorável de onde vivem (SPIRN, 1995). A urbanista descreve que há *"duas preciosidades que fazem toda a diferença. Os dois parques, o do Ingá e o Bosque 2, imprimem uma qualidade no projeto da cidade que raramente se encontra nas cidades brasileiras. Além do Parque das Grevíleas".* Percebe-se que, no discurso, há uma supervalorização dos parques da cidade, em que é demonstrada uma preocupação com a paisagem e os parques são considerados "preciosidades que fazem toda a diferença" no espaço urbano.

Construindo uma imagem favorável de onde se quer viver, o processo de colonização, do ponto de vista econômico, trouxe muitas vantagens à região, como o aumento da população, o desenvolvimento do comércio e agricultura e um espaço caracterizado como qualidade de vida. Todavia, em relação ao meio ambiente, vale ressaltar a retirada da vegetação original de toda região, assim como as queimadas que trouxeram muitos prejuízos,

como pode ser constatado na fala do historiador: *"Se usarmos a sensibilidade atual como parâmetro, concluiremos que o desmatamento, na fase da colonização, foi brutal. Há, também, o culto ao desbravamento. E o símbolo do desbravador era o machado. Mas, além dessa ferramenta, havia o recurso às queimadas. São recorrentes os testemunhos de pioneiros narrando a paisagem urbana com toras em chamas na avenida central, criando um contraste com a falta de energia elétrica".* Ele complementa: *"Os critérios de desmatamento eram menos rigorosos, havia queimadas, havia o trabalho em si mesmo de cortar as árvores e o fato é que, em 25, 30 anos, onde havia uma floresta, cresceu uma civilização. Uma civilização material com casas, empresas, indústrias. Não só em Maringá, em toda região. Não dá pra você imaginar um processo tão rápido para os critérios de hoje, né".*

As falas apresentadas acima vão ao encontro do que Chies e Yokoo (2002) descreveram como o processo de colonização da região. Nele, a dizimação da floresta e a prática de queimadas prejudicaram principalmente o solo e provocaram a contaminação da água. Isso evidencia o desrespeito à legislação ambiental que, apesar de fraca, já era existente à época. Zamuner (2001) afirma que a urbanização de um espaço gera um aumento nas áreas de desequilíbrio ambiental; estas "[...] surgem por meio das alterações ambientais que o homem faz no meio em que vive" (ZAMUNER, 2001, p. 18). Essas alterações foram visíveis na cidade de Maringá.

O fragmento do historiador alerta para a diferença de pensamento com relação à questão ambiental quando a perspectiva é histórica, expressa pela mudança dos símbolos: de machado (meio agressivo, forte símbolo da ação/construção humana), e em 1972, mais recentemente, a árvore. Todavia, mesmo quando a mentalidade era a do machado, houve preservação *"[...] naquela época havia um desbravador, muito comum em regiões de fronteira porque, como começou a colonização, aqui havia uma floresta e em 1972, o símbolo do jubileu foi um machado. É, na época não havia o que nós conhecemos hoje como consciência ambiental, a gente não deve cometer anacronismo, exigir que pessoas de uma outra época tenham a mesma concepção que nós temos. Na prática, essa discussão ambientalista, ela chegou ao Brasil com força no final dos anos 1970, no início dos anos 1980".* Desse modo, o espaço urbano, com suas fragmentações e articulações, integra uma estrutura social e temporal (CORRÊA, 1999), com suas desigualdades e dificuldades que se manifestam pelos desmatamentos, queimadas e acelerada colonização.

Efetivamente, o primeiro planejamento envolve a derrubada e queimada da floresta da região. O que resultou em uma região com "[...] pouca umidade relativa do ar, de poeira de 'terra roxa', e que após a colonização, os ventos ficaram mais fortes e a harmonia da vida em

Maringá estaria abalada" (DUBIELA, 2003, p. 34). Após a devastação, em 1947, a cidade de Maringá foi projetada, como já mencionado, pelo urbanista Jorge de Macedo Vieira, que desenvolveu o desenho da cidade tendo como referência a ideia de uma cidade-jardim. A urbanista diz que, no primeiro planejamento da cidade, *"a valorização das áreas verdes, no caso os parques que mencionei e o Bosque das Grevíleas também. Além das rotatórias amplas e dos canteiros centrais. Além disso, Vieira procura a conformação do sítio urbano. Isso faz toda a diferença. Observe-se a drenagem das águas pluviais. Embora a erosão nos parques seja uma realidade".* Novamente, o discurso da urbanista exalta os parques e áreas verdes, como também os canteiros e a conformação do sítio urbano, o que leva a um diferencial no espaço urbano. Isso também pode ser percebido na fala do historiador: *"Os empreendimentos imobiliários, a questão do planejamento urbano está bem na identidade do município, havia um planejamento que precede a própria fundação da cidade, que já previa que o município fosse polo de uma vasta região, e com um desenho bastante arrojado, inspirado na cidade-jardim, mas com muita sofisticação na divisão dos setores, do planejamento".*

Dois anos depois, a arborização da cidade de Maringá ficou sob a responsabilidade do paisagista Dr. Luiz Teixeira Mendes, contratado para providenciar a rápida arborização. Assim relata a bióloga: *"o Doutor Luís Teixeira Mendes, que foi a pessoa que veio pela Companhia Melhoramentos de Maringá, era encarregado de trabalhar a questão da arborização na cidade de Maringá; porque naquela época estava se derrubando uma grande quantidade de vegetação nativa aqui e as pessoas da Companhia, os diretores, eles entenderam que era necessário repor esta vegetação, porque a cidade estava perdendo uma quantidade muito grande de matas. E foi daí, com essa ideia, com essa iniciativa que trouxeram então o Doutor Luís Teixeira Mendes, que era engenheiro aposentado do Estado de São Paulo e ele veio para iniciar então a questão da arborização urbana de Maringá"*. Esse processo ocorreu principalmente por questões econômicas e estéticas, tal como já abordado na literatura (MENEGUETTI; REGO; BELOTO, 2009; TAKAHASHI, 1997; FRESCA, 2004).

A arborização, conforme foi constatado depois de alguns anos, foi realizada com a intenção de promover um rápido crescimento e não respeitava o ecossistema da região. Relata o historiador: *"Para compensar o rápido desmatamento houve a plantação de árvores que crescessem rapidamente, como as Sibipirunas, para compensar os altos índices de temperatura".* Isso corrobora o que Rego (2001, p. 1576) diz: "[...] a construção da cidade implementou a arborização urbana como 'decoração natural'". Também a bióloga apresenta

essa constatação: *"eu acredito que a questão da arborização, ela teve início, primeiro, por uma, como eu disse, por uma questão, uma necessidade visual a princípio, paisagística, de se repor as árvores que estavam sendo tiradas. Mas à medida que a cidade foi crescendo e à medida que essa arborização foi sendo implantada na cidade de uma forma compromissada, a princípio, como você sabe, ela iniciou com a Companhia Melhoramentos".* Desse modo, a iniciativa de estruturar um programa de arborização na cidade levou a uma melhor qualidade de vida da população que nela vivia, com a utilização dos traçados urbanísticos que consideram os princípios ecológicos ligados à noção de cidade-jardim, produzindo modos de vida que vão transformando o território (SANTOS, 2005). Todavia, pelas falas dos participantes desta pesquisa e estudiosos sobre a história de Maringá, nota-se que o meio ambiente não era considerado como algo essencial e vital, mas como um recurso para o desenvolvimento econômico e estético.

Esses programas de arborização ocorreram de forma mais efetiva a partir da década de 1950, na elaboração de legislações que consideravam, mesmo que de forma superficial, algumas degradações ambientais, considerando o meio ambiente para além da arborização. Essas ações governamentais desdobraram-se em controle sobre as mudanças no espaço urbano e sobre a população (FOUCAULT, 2005). Mesmo assim, desde o planejamento inicial, já se percebe uma frágil sensibilidade ambiental, como mostra a fala do historiador: *"No planejamento da cidade, havia algumas políticas já introduzidas pela própria companhia colonizadora que são vistas como portadoras de uma sensibilidade ambiental. Mas isso precisa ser problematizado, porque Maringá, ela foi planejada como uma ideia de cidade-jardim, não literalmente, mas há uma inspiração das cidades-jardins do engenheiro que planejou a cidade".*

Assim como Harvey (1980) e Corrêa (1999), não compreendemos o espaço urbano apenas como um objeto em si, mas em relação com outros objetos, pelo uso que se faz dele, como também pelas ações que os homens desenvolvem sobre este espaço. O meio ambiente foi utilizado nesse primeiro momento como algo que serviu tanto para atrair novos moradores quanto para valorizar a cidade. E isso ocorreu ao apresentar publicamente uma cidade planejada, arborizada e com qualidade de vida para sua população. Esse primeiro planejamento é considerado como essencial até hoje, pois, segundo a urbanista "*acho que o plano inicial cumpre um papel importante. Vivemos da herança do plano apenas"*.

Nesse primeiro momento, a construção do espaço urbano ocorreu de forma planejada e articulada, tanto pela companhia quando pelo poder público. A estratégia de governo, por meio do planejamento urbano de Maringá, teve como objetivo o desenvolvimento do espaço

com qualidade de vida e segurança, a valorização da área, a modernidade, o embelezamento espacial, como é percebido na fala da bióloga: *"Para mim as áreas verdes são fundamentais. Não só os parques, praças, temos também alguns remanescentes de vegetação particular... Eu acho que isso é importante. Tanto pro microclima, pro clima da cidade como também pro conjunto paisagístico da cidade".* Mas ele também trouxe problemas ambientais sérios e falta de infraestrutura adequada à população, como mostra a fala do historiador: *"quando a cidade contava apenas 15 anos de emancipação e 19 de fundação. Já era um município importante, em via de se tornar o terceiro principal do estado, mas ainda era carente de quase toda infraestrutura. Na época, ainda estava sendo implantado o sistema de água encanada. Somente alguns anos depois começou a ser instalado o serviço de esgotamento sanitário. Portanto, quando era criança, era um município próspero e pujante, mas ainda precário".*

O planejamento urbano baseado nos princípios de cidade-jardim em Maringá construiu e consolidou uma representação, mesmo que simbólica, de "harmonia" entre o meio ambiente e a cidade, que pode ter gerado ao longo da sua história uma sensibilidade ao referido ideal verde. Mas esse ideal foi, até aquele momento, algo superficial e raso, que considerou a arborização e a conservação de apenas duas reservas ambientais como suficientes, como é demonstrado pela fala do historiador: *"não podemos pecar pelo anacronismo. A sensibilidade daquela época era diferente. De qualquer modo, havia esses dados (as reservas, a sedimentação de arborização) que permitiam a redefinição da identidade. Quando a questão ambiental entrou pra valer na pauta, foi possível olhar para trás e encontrar esses fatos para subsidiar a redefinição da identidade".*

Pode-se dizer, também, que a construção desse espaço urbano ocorreu de forma fragmentada (CORRÊA, 1999), pelo fato de os espaços possuírem variadas finalidades. Segundo Harvey (1992, p. 225), "Se as experiências espaciais e temporais são veículos primários da codificação e reprodução de relações sociais [...] uma mudança no modo de representação daquelas quase certamente gera algum tipo de modificação nestas". Como veremos na próxima categoria, a cidade analisada viveu no momento seguinte um crescimento populacional e do espaço que não foi planejado pelo poder público. Assim, questionamos: Como as questões ambientais se cruzaram com os rudimentos do ideal de cidade verde? Há uma mudança de representação do espaço?

6.2 Segunda Categoria: Crescimento Horizontal e Verticalização da cidade (1959-1978)

O cerne desta categoria é a ocorrência de um processo acelerado de crescimento urbano em menos de vinte anos, principalmente na década de 60, como também nas décadas de 80 e 90, que atingiu níveis para além do que foi planejado na década de 40. Diante dessa constatação, questionamos junto aos participantes da pesquisa o impacto do crescimento acelerado e não planejado na transformação do espaço bem como as práticas referentes às questões ambientais.

Assim, um aspecto considerado nesta categoria foi a conversão de terras do meio rural para o meio urbano (CORRÊA, 1999). Com a mudança na produção agrícola (agropecuária moderna), notou-se também uma mudança na concentração da população urbana e rural. Com isso, o "[...] cinturão verde, constante do projeto inicial, formado por centenas de pequenos lotes, periurbanos, destinados a abastecer a cidade de produtos hortifrutigranjeiros, é rompido em várias frentes, começa sua desterritorialização" (MORO, 2003, p. 62).

A transformação apontada por Moro (2003) é abordada no fragmento do historiador quando ele fala dos custos ambientais que emergiram na rápida urbanização dessa época: *"A principal delas é a incorporação da zona rural, a urbanização tem um custo ambiental, na verdade, na medida que se passa a ocupar as áreas que eram destinadas para a agricultura. Quando eu era criança, Maringá ainda tinha uma visão de uma cidade com forte influência no campo. É residual, a população rural de Maringá é residual, o peso econômico é pequeno, o que existe sim é o dinheiro do agronegócio. [...] hoje a população rural deve se dar em torno de 2% [...] isso desde os anos de 1980. Isso é mudança muito negativa".*

Corrêa (1989) assinala que esse processo congrega vários elementos que podem interferir no processo de construção do espaço urbano. Percebe-se nesse momento da história da cidade analisada uma transformação não planejada do espaço urbano, em que o planejamento inicial acaba se perdendo e entra em conflito com as questões ambientais. Diz o historiador: *"A ocupação urbana, ela colide principalmente com os fundos de vale, alguns riachos canalizados. A gente nem sabe, isso nem faz mais parte da memória da população, não há como expandir sem colidir com esse tipo de situação. Outra mudança é na sedimentação da estrutura urbana. Maringá era uma cidade que não tinha asfalto, não tinha água encanada, não tinha esgoto, hoje tem tudo isso. No asfalto temos um problema de impermeabilização, a água encanada foi planejada para uma cidade menor, e recentemente tivemos um estrangulamento, ficamos 10 dias sem abastecimento, aliás, um problema da transmissão da origem".* A estrutura urbana vai se modificando e há um rápido aumento da população e das construções e edificações. Pelo depoimento dos entrevistados, isso é algo prejudicial tanto para a construção do espaço urbano quanto para o meio ambiente, causando

graves problemas ambientais. Zamuner (2001) diz que "[...] com o processo de urbanização em uma cidade aumenta-se a demanda de água, o nível de resíduos líquidos e a contaminação nos corpos d'água que circundam a região urbanizada". Isso gera um aumento nas áreas de desequilíbrio ambiental, "[...] que surgem por meio das alterações ambientais que o homem faz no meio em que vive" (ZAMUNER, 2001, p. 18).

Outro aspecto é a reprodução do espaço urbano ligado à verticalização e à horizontalização da cidade colocadas em curso nesse momento histórico, como mostrou o fragmento a seguir do historiador: *"Tem pessoas que acham que a cidade sempre foi assim. Hoje tem incorporações de regiões centrais, aqui perto de onde estamos, havia o pátio de manobras da estação ferroviária, que hoje é um conglomerado de prédios, é uma micro selva de pedra. Uma região extremamente verticalizada, densamente povoada, e que tem um impacto ambiental que nem sempre é calculado. A impermeabilização, o concreto tem custo ambiental: a questão da água, a questão do esgotamento, do aglomerado e a própria paisagem muda rapidamente".* As mudanças que ocorreram no centro da cidade, sob o ponto de vista da urbanista, também são algo preocupante e expressivo: "*A mais significativa que observo, foi a galopante ocupação do novo centro. A densificação virou tema dos meus estudos. Venho analisando a importância histórica da área, que foi o pátio de manobras da ferrovia, os projetos de Niemeyer para ela e a privatização da área pública para o mercado imobiliário".*

Percebe-se que a produção da cidade envolve a atuação dos agentes (profissionais do urbanismo ou da própria população) que interagem e afetam o espaço urbano, os modos de existência e o território vivido (SANTOS, 2005). Como traz Corrêa, na página 48-49, na construção há: "[...] composição de agentes sociais responsáveis: proprietários dos meios de produção, proprietários fundiários, promotores imobiliários, o Estado e grupos sociais excluídos, e é bojo das ações empreendidas por esses atores sociais que se constrói o espaço urbano" (CORRÊA, 1989, p. 12). Nota-se nas falas dos entrevistados que, com a modernização da agricultura, ocorreu um deslocamento advindo do êxodo rural. Isso gerou uma especulação financeira do espaço urbano protagonizada principalmente pelos agentes imobiliários que atuavam por meio da organização e venda dos terrenos. Tal especulação contou também com os agentes do governo, por meio da elaboração de legislações. A elaboração de legislações implica uma forma de racionalidade estatal específica, em meio ao contexto de políticas públicas urbanas (FOUCAULT, 2005).

O poder público, para tentar conter essas mudanças e sua inevitável degradação do meio ambiente, elaborou duas principais legislações: a primeira legislação urbanística

municipal foi efetuada por meio do Código de Postura e Obras, Lei n.° 35 de 1959, que tinha suas orientações formuladas para "[...] o caráter especulativo do espaço urbano, ao propor a expansão sem limites do perímetro urbano e uma verticalização exagerada nas zonas comerciais, principalmente" (ANDRADE; CORDOVIL, 2008, s/p). Tal fato produziu efeitos na distribuição dos prédios comerciais que determinou o uso das avenidas principais. Essa lei pode ser considerada a primeira que enfatizou a configuração espacial da cidade no âmbito legislativo municipal e refletiu na conformação da paisagem urbana da cidade. Ela levou a um crescimento horizontal que impulsionou a criação do Plano Diretor de Desenvolvimento de Maringá, instituído pela Lei n.° 621 de 1968. Ambos serviram como diretrizes para a preservação ambiental e como um importante indicador de alguns instrumentos legais orientadores do crescimento da ocupação urbana que se verificou a partir dessa década. Isso pode ser constatado na fala da bióloga: *"A cidade, ela cresceu muito. Ela cresceu, às vezes, como ela teve o início de forma planejada, em alguns momentos da cidade, esse planejamento quase se perdeu. Para você ter uma ideia, [...] eu acredito que bem na administração do Doutor João Paulino, foi o segundo prefeito de Maringá, e o nosso primeiro Plano Diretor de Maringá já foi feito na administração dele e de lá pra cá, então, esse início deu continuidade. Mas houve alguns momentos em que isso quase que se perdeu".*

Como Bovo (2009) afirma, o modelo de desenho urbano não se manteve com o tempo e a evolução da cidade. O traçado original de Maringá, devido à expansão não planejada, principalmente nas décadas de 1960 e 1970, foi descaracterizado, pois não se consideraram questões importantes do planejamento urbano presentes nesse plano inicial. Assim, as legislações urbanistas tiveram grande importância na configuração das primeiras expansões do plano inicial e nos parâmetros urbanísticos, que colaboraram para reformulações propostas pelo urbanista Jorge de Macedo Vieira. *Mesmo que as questões ambientais não estivessem ainda presentes nas agendas políticas, o depoimento do historiador mostra que naquela "época havia um desbravador, por causa da colonização. Na época não havia o que nós conhecemos hoje como consciência ambiental. Na prática, essa discussão ambientalista, ela chegou ao Brasil com força no final dos anos 1970, no início dos anos 1980".*

Maringá, nas décadas de 1960 e 70, possuía um sistema viário com amplas avenidas, uma vasta arborização e uma preocupação com os fundos de vale, córregos e nascentes. Percebe-se que a elaboração das legislações, mesmo que não de forma integrada, toma em análise as questões ambientais e tenta conciliar o planejamento urbano e o meio ambiente. Essa conciliação é descrita por Meneguetti, Rego e Pellegrino (2005) como um projeto da paisagem que se situa no limiar dos conflitos entre cidade e campo, entre social e cultural,

podendo ser utilizado como instrumento fundamental para a definição de inter-relações entre organismos e seus ambientes e entre sociedade e seus territórios.

Isso também é abordado no fragmento da fala da bióloga quando ela relata sobre o Plano Diretor: "*Nisso tudo a cidade é bastante rigorosa e a parte administrativa da cidade, ela atua de uma forma bastante severa em relação a isso e eu acho que isso disciplinou e as próprias pessoas já entendem que ao vir para Maringá ela já tem que seguir determinadas normas que já estão gravadas na legislação".* Isso vai ao encontro do que Cordovil (2010) afirma sobre como o discurso inicial da CTNP/CMNP vem sendo consolidado nas diversas transformações realizadas no espaço urbano de Maringá.

São recorrentes as propagandas que alardeiam a ideia de uma cidade agradável e segura. Isso pode ser percebido novamente no fragmento da bióloga: *"Então ela cresceu também com essa concepção: Maringá não tem favelas. Mas, até algumas pessoas comentam, Maringá empurra essa coisa, esse tipo de moradia para as cidades do entorno, mas também não é bem assim. Esse é um aspecto muito interessante, se você circula pela cidade você vai ver que alguns bairros bem simples, de poder aquisitivo bem baixo, as pessoas já começam construindo um cômodo, dois cômodos, mas já começa. Uma coisa que eu até sou suspeita para falar, porque sou daqui, gosto muito daqui, falo que já começa uma construção bonita. Já começa uma coisa uma coisa arrumadinha, já planta uma árvore na frente, já planta a grama... Então isso tudo, eu acho que essa concepção os próprios moradores afastam".* Percebe-se na cidade analisada a construção de uma imagem que advém de diferentes discursos e práticas que lhe servem de sustentação, podendo envolver uma proliferação de sentidos que são advindos das interações entre os sujeitos e o dado território vivido (SANTOS, 2004). Essa imagem se fortalece no cotidiano, na "[...] gênese da percepção que o indivíduo tem de seu entorno, a partir dos símbolos eleitos pelo indivíduo e/ou coletividade" (SILVA; LOCH, 2006, p. 4). Tal imagem favorece a consolidação de uma subjetividade coletiva, um modo de viver e compreender coletivamente o espaço urbano (GUATTARI; ROLNIK, 1996).

Ao longo do tempo, na visão da biologia, foi se consolidando *"[...] uma visão ampliada da cidade, à medida que ela fosse crescendo, você também foi provendo esta cidade de infraestrutura para que ela pudesse chegar em um determinado tamanho, como hoje nós temos mais de 400 mil habitantes. Mas que esses habitantes possam ter uma qualidade dentro do espaço urbano da cidade".* Segundo Paula (1997, p. 53), temos:

> [...] de um lado a pedra e o cal, o ferro e a madeira, o espaço construído e suas funções. De outro lado a recepção destes elementos, destas imagens e o papel simbólico que realizam na estruturação de identidades coletivas. Cada prédio, cada praça, cada espaço, são apropriados, vivenciados como peças de um universo simbólico que têm papel decisivo na cimentação social.

Assim, a cidade é portadora de uma história social que é produzida e reproduzida nas suas ruas, praças e construções, envolvendo ao mesmo tempo uma intervenção no espaço físico e na construção subjetiva dos modos de vida compartilhados pela população (GUATTARI; ROLNIK, 1996).

Ambas as reproduções dos espaços urbanos, tanto a que se processa na transformação do meio rural em relação ao urbano (CORRÊA, 1999) quanto a que se processa no crescimento da cidade, que englobam a horizontalização e a verticalização, são táticas que têm a finalidade de extrair renda do espaço urbano, utilizando-se de planejamentos específicos. Sobre isso, relata a urbanista: *"Em 1979, o arquiteto Nildo Ribeiro da Rocha fez o plano de diretrizes viárias e a sua maior contribuição foram a sequência das vias largas e dos canteiros centrais, além das vias paisagísticas a 60 metros dos cursos d´água. Considero impressionante reservar tais áreas considerando a realidade das cidades brasileiras. Todavia, a cidade expandiu-se sem levar em conta todas as qualidades do traçado de Vieira".* Nota-se que o espaço urbano possui uma paisagem. Ele é um produto das relações sociais com o espaço, o tempo, a natureza e entre os demais homens, ou seja, ele é uma construção social que conta com diferentes dimensões.

Explorando essa construção múltipla da cidade analisada, o historiador relata: "*O desenho é muito sofisticado. De geração em geração há uma atualização disso, na década de 1970, houve uma grande expansão desse plano né, de cidade cresceu muito. Para além dele, há outras características, mas tem-se a ideia que se planeja"*. Nesse sentido, os componentes subjetivos disseminados em um tempo histórico,

> [...] ganham importância coletiva e são atualizados de diferentes maneiras no cotidiano de cada vivente. Por isso mesmo, eles podem ser abandonados, modificados e reinventados em um movimento de misturas e conexões que não cessa. Pode-se dizer, então, que os múltiplos componentes de subjetividade difundem-se como fluxos que percorrem o meio social, dando-lhe movimento (MANSANO, 2009, p. 111).

Os componentes subjetivos até aqui detectados e trabalhados tanto pela Companhia quanto pelo poder público vão mostrando vestígios daquilo que, nos anos seguintes, ganhará o nome de Cidade Verde. Nesse sentido, o espaço urbano não para de produzir e reproduzir

significados para o território vivido (SANTOS, 2004) e, no caso específico de Maringá, tais significados tiveram a marca recorrente de um ideal de cidade que harmoniza a urbanização com as questões ambientais e que pensa na qualidade de vida da sua população. Essa ideia de preservação ambiental, ecologia, qualidade de vida, beleza urbana foi marcada também pela construção de uma memória que afirmava as relações passadas e presentes de Maringá com a natureza, especificamente no que se refere à arborização (PAULA, 1997). Assim, questionamos: Como o poder público, por meio de campanhas publicitárias, avançou nessa caracterização e disseminação do ideal de uma cidade verde?

6.3 TERCEIRA CATEGORIA: A (RE)CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO URBANO: CIDADE VERDE (1979-2000)

O cerne desta categoria é a construção e disseminação, principalmente na década de 1980, do *slogan* cidade verde ou cidade ecológica. Diante da construção da ideia de cidade verde, questionamos junto aos participantes da pesquisa o como o poder público, por meio de campanhas publicitárias, avançou na disseminação do ideal de uma cidade verde. Segundo Foucault: “Metaforizar as transformações do discurso através de um vocabulário temporal conduz necessariamente à utilização do modelo da consciência individual, com sua temporalidade própria. (FOUCAULT, 2004, p. 90).

Assim, o poder público naquele momento, percebendo que durante a história da cidade de Maringá havia vestígios das questões ambientais, cidade-jardim e arborização, traçou estratégias para difundir o *slogan* “Cidade Verde” (BOVO, 2009).

A definição e a construção de uma imagem dependem da sua apreensão por parte da população, uma vez que ela estabelece ligações entre os lugares e evidencia as contradições existentes no espaço urbano (BOVO, 2009). Como afirma Ladrière (1979, p. 71), essa construção “[...] só pode aparecer-nos em um lugar não traçado no solo, em um lugar fora da visão de perspectiva, invisível; este lugar invisível que chamamos de imaginário”. A análise efetuada nesta categoria buscou relacionar a imagem de Maringá transmitida pelo poder público e pela mídia a partir da década de 1980.

No final da década de 1970, a população urbana mostrava um potencial de crescimento surpreendente e não planejado. Nesse contexto de ampliação demográfica foi instituído o Plano de Diretrizes Viárias como uma forma de tentar controlar a expansão populacional retomando o planejamento inicial da cidade, fato que demonstra o uso de uma racionalidade específica para governar as pessoas e as relações sociais (FOUCAULT, 2004).

O Plano de Diretrizes Viárias, de 1979, colocava o desafio de conciliar o plano de Jorge de Macedo Vieira com as ampliações urbanas, que estavam acontecendo de maneira descontínua, harmonizar a ocupação urbana com as restrições ambientais e conciliar os interesses dos loteadores com o poder público. Como diz a urbanista "*Em 1979, o arquiteto Nildo Ribeiro da Rocha fez o plano de diretrizes viárias e a sua maior contribuição foi a sequência das vias largas e dos canteiros centrais, além das vias paisagísticas a 60 metros dos cursos d´água. Considero impressionante reservar tais áreas considerando a realidade das cidades brasileiras. Todavia, a cidade expandiu-se sem levar em conta todas as qualidades do traçado de Vieira".* O plano acima citado foi considerado o mais importante de Maringá, "[...] em conformidade com a ideia das estruturas lineares do Plano Diretor de 1967, o Plano de Diretrizes Viárias de 1979 instituiu, de fato, os corredores verdes ao longo dos córregos, em uma distância mínima de 60m de cada lado do rio, limitados por vias que se chamaram paisagísticas" (MENEGUETTI; REGO; BELETO, 2009, p. 36). Sua elaboração foi ocasionada, especialmente, por questões viárias, considerando as distorções entre o projeto original e as restrições ambientais. Esse plano constitui um momento proeminente de intervenção urbana no município, já que: "O segundo Plano [...] coordenava e orientava o crescimento urbano, estabelecendo regras e normas para loteamentos e corrigindo as distorções que a cidade novamente vinha sofrendo. […]. Esse trabalho foi realizado garantindo o direito de propriedade e a preservação dos mananciais e meio ambiente" (ROCHA, 2004, p. 17).

A partir da década de 1970, e mais fortemente na década de 1980, surgiram algumas iniciativas de preocupação com o meio ambiente, sobretudo com a sua prevenção e preservação. Os princípios ambientais voltam-se também para a urbanização e a paisagem urbana (MENEGUETTI; REGO; PELLEGRINO, 2005). Nessa via, na cidade de Maringá, as questões ambientais começam a ser trabalhadas de forma mais efetiva nas legislações e no planejamento urbano numa tentativa de transformar o espaço urbano em conformidade com o meio ambiente. Desse modo: "O tratamento dado aos fundos de vale guarda bastante relação com as técnicas de planejamento ambiental da época e ainda vigentes, [...] conciliando a preservação dos recursos naturais atrelados à inserção urbana, valorização da paisagem e exploração do potencial recreativo destes espaços" (BARBOSA; CORDOVIL, 2014, s/p).

Assim, a cidade de Maringá foi percebida não somente como um território geográfico, com um conjunto de sistemas naturais, arquitetônicos e sociais superpostos, mas também como um território usado, que era (re)construído durante a história para atender as demandas da população. Para Santos (2004, p. 321), trata-se de um território "[...] de relações, conteúdos

e processos – que permitiria que a política fosse elaborada de baixo para cima – é um campo de forças, [...], entre uso econômico e usos sociais dos recursos, lugar do conflito entre localidades, velocidades e classes".

Esse campo urbano de forças tem um ator relevante, o poder público, que, além de desenvolver instrumentos para satisfazer as necessidades da vida da população por meio de legislações, também se utiliza de campanhas e outras estratégias para governar (FOUCAULT, 2004).

Nessa época Maringá era chamada de "Cidade Canção", título que já era considerado superado e nada trazia de benefício (BOVO, 2009). Assim, Maringá necessitava de criar um novo *slogan* que remetesse à ideia de preservação ambiental, de ecologia, de qualidade de vida e beleza urbana e, principalmente, de uma vitrine ou identidade (como dizem a bióloga e o historiador) memorial capaz de produzir uma carga representativa de relações passadas e presentes com a natureza. Tudo isso se valendo de uma linguagem reconhecida por todos, principalmente para sua população (PAULA, 1997). Sobre isso a bióloga afirma: "*Então o maringaense já cresceu com essa concepção de Cidade Verde em função da grande quantidade de árvores, somada aos demais parques e toda essa questão da cidade"*. Completa dizendo: *"Olha, da população eu percebo que, o que ficou e o que a gente escuta, você vai ver em todos os lugares é este, Maringá Cidade Verde. Não que isso venha daquela época com esse slogan, mas essa questão Maringá Cidade Verde, é esse link em que se fazem arborização, cidade e bem-estar para a população. Então isso, ao longo dos anos, ele continuou como sendo a arborização a nossa grande vitrine".*

Essa vitrine, como diz a bióloga, e essa identidade, como fala o historiador, evidenciam a necessidade de difundir um uma ideia, um ideal, que vem sendo arquitetado pelo poder público e que pretende satisfazer as necessidades da população. Isso porque, segundo Foucault, as ações realizadas pelo poder público ultrapassaram a simples aplicação coercitiva de um conjunto de leis sobre a população; o Estado passa a estar, paulatinamente, presente e constante na vida cotidiana dos homens para "[...] estruturar o eventual campo de ação dos outros" (1995, p. 234). Isso é demonstrado na fala da bióloga: *"A prefeitura sempre procurou dar ênfase a isso e investir também em alguma campanha, em alguma situação que pudesse somar, trazendo algum benefício para que esse verde se perpetuasse cada vez mais".*

Em larga medida, o poder público utiliza campanhas por meio das quais age diretamente sobre a vida da população, buscando construir e controlar alguns componentes subjetivos (GUATTARI; ROLNIK, 1996). Pode-se compreender que a "[...] busca permanente pela satisfação do conjunto de necessidades criadas pela própria vida nas cidades

é um elemento descritivo da subjetividade engendrada no meio urbano capitalista" (CARVALHO, 2004, p. 64).

A imagem de cidade verde enfrentou alguns contratempos. Exemplo disso foi a rápida expansão ocorrida na década de 1980, que "[...] testemunhou o auge da verticalização urbana, notadamente no período 1984-1989" (MENEGUETTI; REGO; BELOTO, 2009 p. 37). Para contornar esse rápido e não planejado crescimento, além da legislação de 1979, o poder público - por meio da Secretaria de Cultura e Turismo - entendendo a necessidade de melhorar o visual da cidade e exaltar as árvores, lançou a campanha para escolher o *slogan* da "Cidade Verde". Para Bovo (2009, p. 98): "[...] a proposta foi considerada inovadora, pois reuniu os meios de comunicação e as escolas na campanha para a criação do slogan que conseguisse expressar a 'consciência ecológica' da cidade de Maringá". O vencedor foi "Maringá: o coração verde do Brasil" e as árvores passam a ser o símbolo da cidade, transformando-se, assim, em uma representação social dela (SILVA, 2006**)**. Isso vai ao encontro da constatação da bióloga: "*Bem, na minha concepção, Maringá Cidade Verde, ela surgiu primeiramente em função da arborização, da grande quantidade de árvores que a cidade tinha e isso proporcionava uma paisagem completamente diferente. Se você, à medida que você for pesquisando, você vai ver que as árvores cresceram junto com a cidade".*

Tal símbolo estava presente na vida da população de Maringá e a ideia de meio ambiente marcava presença pela preservação das amplas avenidas, ruas, praças e parques verdes e floridos. Essa construção vai ao encontro do que Baudrillard (1995) descreve sobre as imagens. Para o autor, as imagens produzidas pelos diversos meios de comunicação extrapolam fronteiras e lugares, convertendo o mundo em imagem do mundo, ao mesmo tempo em que a imagem passou a representar um produto em si. Assim, na cidade de Maringá, a imagem das árvores converteu-se na imagem da cidade. Isso também é percebido em outro fragmento da fala da bióloga "*Olha, eu realmente fiz parte dessa campanha. Mas, eu poderia até te dizer o slogan que parece-me que, as pessoas diziam assim... Porque o nome Maringá surgiu de uma cabocla que era a Maria do Ingá e aí, eu me lembro ainda, que quando se iniciou toda essa questão de Maringá Cidade Verde, eles diziam que era uma linda cabocla, muito jovem e com os olhos verdes, em função da grande quantidade de árvores que tinha. Mas isso tudo, eu acho que partiu de um momento em que se percebeu que a maioria das cidades brasileiras, elas não tinham uma grande quantidade de arborização".*

A partir daí, estão lançadas as bases para o *marketing* de Maringá, que agrega as imagens de "Cidade Verde" e "Cidade Ecológica" (BOVO, 2009). Como afirma Baczko:

> A influência dos imaginários sociais sobre as mentalidades depende em larga medida da difusão destes e, por conseguinte, dos meios que asseguram tal difusão. Para garantir a dominação simbólica, é de importância do capital o controle dos meios, que correspondem a outros tantos instrumentos de persuasão, pressão e inculcação de valores e crenças. É assim, que qualquer poder procura desempenhar um papel privilegiado na emissão dos discursos que veiculam os imaginários sociais, do mesmo modo que tenta conservar certo controle sobre os circuitos de difusão (BACZKO, 1985, p. 313).

Essa imagem vem ao encontro da proposta difundida pelo poder público, pois a construção simbólica de "Cidade Ecológica" ocorreu em um espaço social e urbano que divulgava a ideia de preservação ambiental (MENEGUETTI; REGO; BELOTO, 2009). Não obstante, esse espaço serviu de estratégias aos interesses do poder político, contribuindo, segundo Paula (1997, p. 154), para "[...] escamotear a ideia de desmatamento desmedido promovido pela (re)ocupação do município de Maringá, o qual, mesmo tendo sido idealizado com um cinturão verde, não foi capaz de proteger a cidade da poluição das queimadas na época".

Nota-se assim que o poder público foi historicamente difundindo imagens e enunciados que, em larga medida, ajudaram e incentivaram a articulação entre componentes de uma subjetividade (GUATTARI; ROLNIK, 1996) sensível à presença do verde. Para Santos, "[...] o espaço não é apenas um receptáculo na história, mas a condição de sua realização qualificada [...]. O real está cada vez mais vinculado à produção da imagem, cuja referência não é apenas abstrata, mas possui relações concretas com o espaço socialmente construído" (SANTOS, 1996, p. 101-102).

Este espaço socialmente pensado que foi a construção da imagem de cidade verde também é comentado pelo historiador: *"Maringá Cidade Verde é uma construção de um determinado período que ganhou força e se incorporou à identidade das pessoas que habitam esse território. Ele é tardio, mas não é artificial, por causa dos precedentes, de certas intervenções que não foram pensadas pela política ambiental, mas que presidiram a formação desta identidade. Como eu já disse, os dois bosques não foram pensados como política ambiental, mas já existiam. Quando se fala que houve a arborização rápida da cidade para compensar o desmatamento, não se pensava nisso como uma política ambiental".*

Verifica-se nessa (re)construção do espaço que foi elaborado e divulgado um discurso de arborização, utilizando campanhas publicitárias na busca da disseminação da imagem de cidade verde e cidade-jardim, que prezava pela harmonia entre os espaços urbanos construídos e a natureza. Assim, a "[...] imagem publicitária utilizada pelo Poder Público foi

muito forte e dominadora, e transmitia aos cidadãos a ideia de uma cidade planejada e sem problemas. Nela se utilizam imagens belas, dando a noção de um paraíso que sobreviveu acompanhado do progresso" (BOVO, 2009, p. 99). Isso corrobora o depoimento do historiador, que diz: *"Mas quando você desenvolve essa consciência, você tem uma cidade que tem árvores dos dois lados da rua, que tem uma proporção árvore - população ótima para a média nacional, ou talvez, para qualquer cidade do mundo. Isso ajuda a compor essa identidade".*

As transformações no espaço urbano acontecem em meio ao desenvolvimento econômico da região, passando a ideia de um verdadeiro paraíso, em que o verde é o integrador do progresso e da preservação ambiental (BOVO, 2009). Porém, o historiador observa: *"A mobilização é uma mobilização mais afetiva e afirmativa. Eu não lembro de campanhas da população se mobilizando para defender uma área verde".* O discurso oficial do poder público sobre a sua arborização passa a ser reproduzido pela população. Isso por que, segundo Bovo (2009, p. 102): "O slogan de "cidade verde" traduz a representação social da harmonia socioambiental em seu espaço urbano, na medida em que esta é favorecida pela estrutura espacial da cidade".

Isso é confirmado pela bióloga que, nesse fragmento, fala sobre a cidade verde: *"Bom, no meu ponto de vista, Cidade Verde é realmente aquela questão, eu sou muito suspeita para falar porque meu pai foi o que plantou a primeira árvore na arborização urbana da cidade. Então, a gente vê que as pessoas, elas já têm isso incorporado, não só a valorização do imóvel, que isso eu acho que grande parte da valorização dos imóveis. Como você comentou que nós temos uma determinada região da cidade que possui o metro quadrado, um dos mais caros do Brasil, que está entre os mais caros, justamente por esta harmonia que a arborização proporciona. A vegetação natural com o desenho urbano da cidade".* Considerando que é o uso do território e não o território em si o que importa em uma análise social (SANTOS, 2005), é com o espaço socialmente construído que a produção da imagem verde articula relações. No caso de Maringá, a construção da imagem tornou-se um processo social em favor das finalidades do poder público, na valorização econômica do território.

Na concepção da urbanista sobre a Cidade Verde, ela diz: *"Penso que é marketing apenas. A única campanha efetiva que percebo diretamente na minha vida é a de combate à dengue".* Isso corrobora o que Silva e Macêdo (2009) assinalam sobre o quanto as cidades têm atraído um conjunto de aspectos positivos como também, contraditórios. No caso de Maringá, foi criado e difundido um ideal de cidade com muita arborização, consistindo em um processo que orienta a política urbana e as necessidades do consumidor enquanto

investidor, turista ou morador. A partir disso, buscam-se atribuir incentivos positivos ao que é desejável (RIBEIRO; GARCIA, 1996).

Tal qual estamos demonstrando nesta categoria, a ideia de cidade verde ou cidade ecológica refere-se majoritariamente à arborização. Diz a bióloga: *"Então isso, para um maringaense, é um selo que ele, como eu disse, é a vitrine da cidade, é um selo que a população faz questão de ostentar e de exibir pro Brasil que a nossa cidade, ela tem essa arborização e ela conserva essa arborização e as administrações então, elas incorporam esse trabalho e a arborização é um fator bastante, de um peso bastante grande aqui na cidade de Maringá".* Cabe dizer que as áreas verdes, praças, jardins, arborização e todo o paisagismo contribuíram para a valorização imobiliária das áreas urbanas. Para Bovo (2009, p. 44), "[...] em outros casos a presença de elementos da natureza pode também ser identificada como aspecto positivo do ambiente urbano". Nessa perspectiva, a bióloga acha que *"[...] a cidade cresceu e essa concepção então foi integrando na população então você vê que a cidade tem um aspecto visual legal".* Isso aconteceu, principalmente, porque a imagem publicitária nunca esteve dissociada das políticas adotadas pela cidade. No final da década de 1990, a campanha publicitária sobre Maringá intensificou-se, "[...] gerando um planejamento estratégico e fazendo com que os discursos publicitários se tornassem um modelo para o planejamento empresarial, no qual as cidades estão submetidas às condições e desafios de uma empresa" (BOVO, 2009, p.100).

Diferentes discursos podem sustentar a construção de um ideal durante a história e podem envolver diversos sentidos resultantes da relação entre os sujeitos e o território vivido (SANTOS, 2005). Por isso, como já foi mencionado na parte teórica "[...] o dizer ecológico envolve a investigação de várias significações, inclusive sociohistóricas, incluídas em espaços sociais, legais, ecológicos, políticos" (MEDEIROS, 2009, p. 41). Na perspectiva política, o historiador diz que *"A questão verde, de paisagismo, ela mobiliza efetivamente, mas não politicamente. O valor de cidade verde em Maringá é um valor alto, um valor identitário. [...] Agora se é uma identidade mobilizadora, se as pessoas se movimentam, isso é uma outra história, até a história demostra que não muito. Mas há sempre momentos de vamos abraçar o Parque do Ingá, vamos preservar o nosso parque, isso sim. O que talvez não aconteça é aceite político, agora campanhas afirmativas sim. Campanhas afirmativas mobilizam mais que conflitos políticos".* Assim, atualmente, a gestão e o governo dos espaços urbanos estão marcados por abordagens fragmentadas, tanto em relação às instâncias governamentais envolvidas quanto às diversas ações e políticas públicas prevalecentes (SILVA; TRAVASSOS, 2008).

Em Maringá, vê-se que o poder público disseminou uma verdade com a criação e legitimação de um discurso verde. Segundo Paula (1997, p. 53), os efeitos disso englobam "[...] resultados técnicos formais de 'apropriações da cidade', que se expressam num conjunto de estruturas e imagens". Com o passar do tempo, essa verdade sofreu modificações, se ampliou e se sofisticou podendo ser compreendida como uma produção coletiva. Essa produção coletiva de um imaginário verde foi aceita pela população, uma vez que ela "[...] usufrui desse imaginário em seu favor, porém em determinados momentos ele acaba seduzindo seus moradores e visitantes, que assim se alienam em relação à realidade ali existente" (BOVO, 2009, p. 97).

Atento a tais mudanças, o historiador diz que a população *"incorporou o ideal de cidade verde como identidade sim, como identidade, como isso mobiliza na prática é outra história. [...] Mas se falar outra coisa de Maringá, as pessoas vão reagir, é um motivo de orgulho".* Isso também é abordado pela bióloga que diz que *"Mas se você chegar em um bairro ou em uma determinada região da cidade e falar "ah, tá bom, então vamos cortar", a própria população não quer. Ela ama essa arborização e como isso se tornou como se fosse uma vitrine da cidade, ao longo dos anos, a população também vestiu essa camisa".* Assim, percebe-se que os sujeitos são produtores e produtos dos modos de sentir, de pensar, de se relacionar com o mundo a sua volta (CARVALHO, 2004).

Cabe considerar também que nesse território vivido, "[...] que se fundamenta na prática humana em contextos concretos como princípio de formação de território" (ARANTES, 2012, p. 26), que é a cidade de Maringá, há vários problemas ambientais que não são apresentados à população ou não são evidenciados pelos órgãos públicos (KIOURANIS; TEXEIRA, 2000). A partir da adoção do ideal de cidade verde, foi-se "[...] construindo para a população uma ilusória propaganda e imagem de perfeição quanto às questões ambientais" (PICOLI; BORGES, 2008, p. 121). Esse problema é evidenciado na fala da urbanista: *"meio ambiente é mais que a arborização. As vias são abertas e se mantém o canteiro. Isso está determinado em lei desde 1979. Mas, como falei, a cidade expande-se sem sustentabilidade".* Ou seja, "[...] os administradores trabalham um *marketing* em torno da arborização e das áreas verdes da cidade de Maringá, mas não colocam em prática políticas voltadas à sua preservação" (PICOLI; BORGES, 2008, p. 112). Já a bióloga diz que *"então isso ainda é uma falta de conhecimento, de educação ainda das pessoas para que possam ter um compromisso maior para que todos desfrutem de um ambiente ideal coletivo, essa coletividade que eu acredito que falta".*

Lemos (2002) evidencia o planejamento de um sistema "[...] de repartição das multiplicidades em espaços correlatos e vizinhos, judiciários e adjacentes a esses com vistas a problematizar as práticas divisórias e seus efeitos políticos, econômicos, sociais, subjetivos e históricos" (p. 144). Percebe-se, pelas falas dos entrevistados, uma ampla disseminação de valores subjetivos, por parte da administração pública, os quais simplesmente desconsideram ou omitem os problemas graves de ordem ecológica que atravessam a cidade. Nota-se também que, sob o ponto de vista dos entrevistados, a população aceita e incorpora a formulação da ideia de "Cidade Verde" como um traço identitário.

Ao longo desta categoria, levantamos uma discussão sobre a imagem da cidade verde elaborada e divulgada pelo poder público por meio da ação sistemática de *marketing* e da publicidade. Diante das ponderações dos entrevistados, percebemos uma cidade atraente por suas áreas verdes, suas praças e parques, amplas avenidas e ruas arborizadas. As duas décadas analisadas nesta categoria consolidaram a imagem de uma Maringá planejada, arborizada e com qualidade de vida, que busca alcançar a harmonia entre homem e natureza. É notável, entretanto, que os problemas ambientais se fazem presentes para além desse ideal verde disseminado, apesar de não chegarem a comprometer totalmente a imagem ideal que foi incorporada pela população. É precisamente isso que questionaremos na próxima categoria: a cidade busca, de fato, ser sustentável?

6.4 QUARTA CATEGORIA: O ESTATUTO DA CIDADE DE MARINGÁ: "A CIDADE QUE EU QUERO" (2001 ATÉ DIAS ATUAIS)

Esta categoria buscou indagar, junto aos participantes da pesquisa, se e como a cidade analisada é capaz de ser ambientalmente sustentável e como as questões ambientais são abordadas neste início do século XXI. Entre os problemas enfrentados neste novo século, um dos mais notórios é o crescimento exagerado das cidades. Decorrente dele emergem os problemas ligados ao meio ambiente, à medida que o crescimento ocorre de forma muito rápida, desorganizada e exige do poder público uma ação mais efetiva de controle e planejamento, que nem sempre é disponibilizada (SILVA; MACÊDO, 2009).

Em Maringá, no final da década de 1990, percebe-se um avanço na política ambiental municipal com a elaboração de leis, decretos e propostas (BOVO, 2009), tal como constatado na parte histórica desta pesquisa. Isso corrobora o conceito de governamentalidade de Foucault (2004), que envolve, entre outros aspectos, a elaboração de uma racionalidade que busca estabelecer e conduzir a condutas dos homens por meio de uma administração estatal e

legislações. A governamentalidade implica, portanto, a "[...] definição do que se entende por governo do Estado, aquilo que chamaremos governo em sua forma política" (2004, p. 278).

Mesmo que as legislações urbanas e ambientais tenham garantido a Maringá "[...] o título de preservadora do ambiente e da qualidade de vida, [...] na prática nem sempre isto se verifica" (BOVO, 2009, p. 105). O historiador afirma: *"Maringá tem um planejamento para onde ela vai para as próximas décadas. Que é atualizado de tempos em tempos. Isso foi retomado nos anos de 1990, foi chamado "repensando Maringá". Foi quando foi criado esse conselho, foi ali que foi pensando Maringá nos 50 anos, e de lá para cá, isso vem sendo refeito".* O Movimento Repensando Maringá, mencionado pelo historiador, serviu de base para a elaboração do Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maringá (CODEM), criado por lei municipal em 1997. Ele é responsável pela gestão do Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico, além de formular as políticas de desenvolvimento da cidade. Cabe ressaltar que, para Guattari (2006), as cidades podem ser compreendidas como máquina que produzem subjetividades, tanto individuais quanto coletivas.

Nessas primeiras décadas do século XXI, a cidade conta com uma imagem positiva e novas diretrizes ambientais são traçadas, entre as quais se destaca a realização do I Fórum Ambiental e Estatuto da Cidade, intitulada: "A cidade que eu quero" (BOVO, 2009). Porém, há uma diferença entre o ideal e a realidade. Apesar de a cidade possuir na estrutura urbana uma paisagem arborizada e fazer disso um discurso de "cidade verde", percebe-se que a degradação do meio ambiente foi acentuada, precisando-se, assim, elaborar novas políticas urbanas ambientais (BOVO, 2009). Isso porque, segundo Guattari (2006) o meio ambiente é o problema número um, problema-cruzamento das questões econômicas, sociais e culturais". Isso corrobora a fala do historiador quando ele descreve que a política ambiental é maior que arborização: *"Essa* [arborização] *não é toda a política ambiental, esse é um traço assim mais paisagístico da política ambiental. O forte da política ambiental ficou pendente e gera debates até hoje, por exemplo, a questão dos resíduos sólidos. Nenhuma cidade arborizada compensa um problema dessa natureza, com questão de saúde pública ...".*

Nesse espaço continuamente em construção que é a cidade, temos o desenvolvimento da economia, cultura, política e moradia, no qual diversos indivíduos constroem um elo social. A organização do espaço urbano diversificado pode proporcionar melhores condições de vida, ao mesmo tempo que pode acumular problemas ambientais como desmatamento, poluição, adensamento, erosão, falta de esgoto, contaminação do solo, água e ar (SILVA, 2006).

Pensando no espaço urbano, algumas diretrizes nacionais foram elaboradas no ano de 2001, quando um novo instrumento de participação cidadã entrou em vigor no Brasil com o intuito de legislar sobre a gestão urbana: o Estatuto da Cidade. Para este estatuto, todo município deveria ser regulamentado por meio de um Plano Diretor municipal que consiste em transformar positivamente o território e a cidade por meio de formulações de pactos e acordos entre sociedade e governo (CARDOSO; FAGOLIN, 2006). Também, de acordo com o Estatuto da Cidade, "[...] a política urbana deve ter como objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da sua propriedade mediante as diretrizes gerais, entre elas a de garantir às cidades o direito à sustentabilidade (Art. 2º, Inc I)" (BOVO, 2009, p. 108). Já no seu Art. 2º, Inc. IV, o seu planejamento deve acontecer "de modo a evitar as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente" (BOVO, 2009, p. 108).

O tema definido para caracterizar o Plano Diretor de Maringá foi: "A Cidade que eu quero". Ele foi aprovado em audiência pública no ano de 2004, sendo considerado satisfatório tanto pela sociedade civil quanto pelos políticos (CARDOSO; FAGOLIN, 2006). Na visão do historiador: *"hoje o planejamento é realizado de uma forma razoavelmente consorciada entre o poder público e a sociedade civil organizada, não necessariamente o setor empresarial. Maringá tem uma rede de organizações sociais que tem forte incidência na política pública. O núcleo condutor é um Conselho de Desenvolvimento Econômico. Embora seja um conselho, ele atua como se fosse uma ONG, ele aglutina o setor empresarial e isso tem forte indução. Como o setor de imóveis é forte em Maringá e em muitos outros municípios, então ele também tem um diálogo sobre a expansão urbana e sobre a vocação econômica do município. Maringá tem planejamento para onde ela vai nas próximas décadas, que é atualizado de tempos em tempos".*

Essa construção do ideal de cidade, realizada pelo governo municipal com participação da esfera privada (principalmente do ramo imobiliário) e, até mesmo, pela população, visou, nesse momento da sua história, garantir um retorno lucrativo de investimento (TEODORO; AMORIM, 2010). Isso ratifica a fala da urbanista sobre o CODEM e a participação do setor empresarial, principalmente o imobiliário. Ela afirma: *"Participei do Conselho de Planejamento durante 5 anos como representante da UEM. Quem manda nas ações políticas é o mercado imobiliário. A relação entre poder público e mercado imobiliário é promíscua. Nas decisões mais polêmicas, para as quais fizemos*

audiências e conferências, as pessoas que ali estavam, na sua maioria, se comprometiam com os interesses previamente estabelecidos. Eu chamo que "claque[1]". Estava tudo combinado".

Nota-se que o *marketing* cumpre papel essencial no setor imobiliário e a população, por meio do Estatuto das Cidades, tem a oportunidade de participar como consultora das propostas que são discutidas e aprovadas. Para Santos (2004, p. 321), trata-se de um território "[...] de relações, conteúdos e processos – que permitiria que a política fosse elaborada de baixo para cima – é um campo de forças". O CODEM implementa várias propostas nas quais o *marketing* ocupa um papel preponderante (ANDRADE; CORDOVIL, 2008, s/p). Assim, "[...] o meio urbano deve ser compreendido e estudado como uma inter-relação de tecido espacial e do tecido social" (TSIOMIS, 1999, p. 131). Essa inter-relação de tecido espacial e social faz com que a apresentação social se consolide nas ações dos cidadãos e no discurso estabelecido pelo poder público, que é incorporado pela população (TSIOMIS, 1999). Isso porque o estado está presente e constantemente interfere na vida da população para "estruturar o eventual campo de ação dos outros" (FOUCAULT, 1995, p. 234).

Maringá foi a primeira cidade do estado do Paraná a implementar um sistema de discussão com participação popular com preocupações ambientais. Os problemas ambientais aos poucos também se tornam uma preocupação do poder público, sendo incorporada em sua racionalidade para governar a população (FOUCAULT, 2004).

Dentro do Plano Diretor, o Art. 5 trata da promoção da qualidade de vida e do meio ambiente; do controle, preservação e recuperação dos bens socioambientais; da integração das políticas públicas de desenvolvimento sustentável municipal e regional. Para o historiador, entretanto, *"algumas políticas ambientais, que exigem a incorporação da população são tardias. Você tem a questão do lixo reciclado: a taxa de coleta seletiva em Maringá é muito baixa. E isso mobiliza as pessoas. Você tem que educar as pessoas para separar o lixo... Eu diria até que a população está mais preparada para fazer isso do que o poder público, para criar as condições para que a população atue na questão do lixo. Há uma defasagem nesse aspecto prático".*

Já o Art. 13 trata da sustentabilidade e compreende a distribuição equitativa de ônus e benefícios da utilização dos recursos naturais, sociais e culturais, a ampliação da preservação e recuperação ambiental e maior racionalidade das atividades econômicas para o bem-estar da população atual, das gerações futuras e para a justa distribuição das condições ambientais entre os moradores do Município e da região. Uma cidade sustentável é compreendida pela

[1] Conjunto de indivíduos contratados para aplaudir ou vaiar determinado espetáculo ou intérprete.

urbanista como algo que vai *"desde a parte de implantação de socialização, de você mesclar classes sociais, não ser tão segregativa. A questão de você pensar de uma forma de inserção de bairros verdes... A gente vê alguns modelos em Maringá que se fala em hortas comunitárias, que se fala em... Eu acho errado falar assim de conceito de sustentabilidade é igual a alguns bairros que a pessoa coloca uma pá eólica e acha que aquilo é sustentabilidade".*

Percebe-se que Maringá adere a um discurso sustentável, porém, na prática, isso não é tão simples. Como afirma o historiador, o planejamento urbano está muito relacionado com a dimensão econômica: *"Planejamento urbano com a questão econômica. A questão ambiental se coloca nesse meio termo, só que não é um tema neutro, todo mundo concorda que tem que preservar o meio ambiente. Porque, se todo mundo concorda com isso, a forma de se preservar é diferente, a compreensão é diferente. A disputa econômica interfere, ela interfere no poder político e na política pública".*

Os gestores públicos encontram-se diante do desafio de rearticular as políticas envolvidas na produção de espaço urbano, "[...] evidenciando a compatibilidade delas com os propósitos de dar durabilidade ao desenvolvimento, de acordo com os princípios da Agenda 21" (ACSELRAD, 1999, p. 81). Essa agenda engloba uma pauta de ações diversificadas a serem realizadas a longo prazo, estabelecendo os temas, projetos, objetivos, metas, planos e mecanismos de execução para quatro grandes temas: Dimensões Sociais e Econômicas; Conservação e Gerenciamento dos Recursos para o Desenvolvimento; Fortalecimento dos Principais Grupos Sociais; e Meios de Implementação. (BURSZTYN; PERSEGONA, 2008). Sobre o poder público municipal, o historiador diz: *"O prefeito que é acusado de não preservar, ele sofre um certo desgaste, não digo que a população se mobilize, vai para rua faz cartazes, fazem protesto [...]. Mas, numa campanha eleitoral, isso importa. Todo mundo tem que falar desse assunto. Se você provar que o outro candidato não preserva estas questões, ele terá que se explicar bastante porque vai se chocar com a identidade que a população tem. [...] Mas isso não é decisivo para ganhar eleição".* Nessa perspectiva, a bióloga comenta que *"Nenhum político faz aquilo que a população não quer. Então, à medida que ele percebe que a população cobra, a população quer, a população enxerga aquilo como algo positivo, é ali que ele vai se apegar".*

A Agenda 21 brasileira determinou a temática de "cidades sustentáveis" como um dos seis pilares para favorecer a construção da sustentabilidade ambiental, social e econômica do país (NOVAES, 2000). Nessa perspectiva, a noção de sustentabilidade urbana (cidade

sustentável) alude a uma necessária inter-relação entre justiça social, qualidade de vida, equilíbrio ambiental e a necessidade de desenvolvimento. Para Jacobi,

> [...] isto representa a possibilidade de garantir mudanças sociopolíticas que não comprometam os sistemas ecológicos e sociais nos quais se sustentam as comunidades. É cada vez mais notória a complexidade desse processo de transformação de um cenário urbano crescentemente não só ameaçado, mas diretamente afetado por riscos e agravos socioambientais (JACOBI, 2006, p. 116).

Isso corrobora o que a bióloga fala sobre sustentabilidade: *"E eu acho que sustentabilidade é isso. A sustentabilidade, ela acontece de uma forma, ela tem que acontecer de uma forma sistêmica, quando a pessoa assimila aquilo, e vive aquilo, e dá continuidade a tudo isso. Então, eu vejo que essa sustentabilidade, ela aconteceu, embora ainda não de uma forma que seria, você talvez diria que é a ideal, a que realmente tem que ser... Naquele tempo a gente nem sabia o que era sustentabilidade".* E complementa: *"E aí, à medida que a sustentabilidade nasce, que as pessoas percebem, que as pessoas sentem que elas são parte integrante de tudo isso e que tudo isso não existe uma divisa física, que não existe um bem-estar, que o ar que eu respiro em Maringá é o mesmo que você respira em Londrina. Então, não adianta eu cuidar de Maringá se você não cuida de Londrina. Então, isso tudo, toda essa união de coisas, essas percepções e essa vivência é que eu acho que a sustentabilidade acaba acontecendo dessa maneira".*

Tomar em consideração a natureza em sua dimensão complexa, englobando a análise das ações humanas como das dimensões a serem consideradas, dá contornos mais concretos à noção de sustentabilidade nas cidades. Santos (1999, p. 7) afirma que o território é "[...] o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência". Conceber outras maneiras de pensar as questões referentes ao espaço urbano a partir da sustentabilidade envolve dimensões variadas que englobam a vida socioeconômica, mas também o homem e suas experiências com o espaço, o tempo e as relações com os outros homens. Tal relação guarda uma dimensão complexa também para o historiador, que diz: *"... as pessoas exigem que haja arborização, isso faz parte da identidade do município, da população do município, isso está incorporado. Agora, eventualmente, o cidadão pode relaxar com essa exigência quando toca no interesse dele, diretamente. Não é só o empresário, às vezes o próprio cidadão, que acha que a árvore que está na frente da casa dele está atrapalhando porque derruba folha demais etc. Mas, é difícil mexer nisso*

porque haverá uma reação de outras pessoas de que aquela árvore é intocável". Nessa coexistência de interesses divergentes, segundo Silva (2006, p. 19), "[...] o homem cria seus espaços de convergências e de conflitos, retrata nestes seus anseios, e dessa forma expande sua malha urbana".

Esses anseios presentes na construção da imagem da cidade de Maringá ganharam forma a partir do planejamento do poder público em favor das finalidades expansivas para a região. Assim, as ações realizadas pelo Estado ultrapassaram a simples aplicação coercitiva ou publicitária de um conjunto de leis e imagens a serem acolhidas pela população (FOUCAULT, 2004). Percebe-se que, na cidade estudada, o discurso produzido pelo poder público é incorporado pela população, que o assume e que cobra por mais ações, tal como relata a bióloga: "*O maringaense sempre quer mais, ele acha que nunca está o ideal. Mas é exatamente isso que faz com que a roda ande, que a roda gire".* Isso por que "[...] é o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto de análise social" (SANTOS, 2005, p. 235).

A bióloga complementa: *"Então, a questão do natural com o construído, que é essa interface, essa ligação, que acaba resultando na melhor qualidade de vida, no fato de ser uma cidade planejada, que tem ruas largas, calçadas largas, um trânsito, embora bastante adensado, mas ainda é flexível, ainda as pessoas podem circular de uma forma mais agradável, mais confortável, mais dinâmica. Diria com mais espaço público disponível. Isso tudo hoje a gente já percebe o quanto as pessoas já valorizam isso para sua qualidade de vida".* Isso ocorre, segundo Meneguetti, Rego e Pellegrino (2005, p. 169), uma vez que é "[...] através do uso que o cidadão se relaciona com o lugar e com o outro, os lugares ganham sentido à medida que são vividos e percebidos e vão ganhando significados". Nessa direção do sentido, o historiador resgata a importância da memória: *"E a produção da memória da cidade, a identidade vem com esse passado e com vestígios de uma política que não tinha essa finalidade, mas que é vista como uma política precoce de sensibilidade ambiental, que são as reservas florestais, a questão da arborização. Mas, eu insisto que é preciso olhar para a pauta completa da questão ambiental, para além do paisagismo e do patrimônio mnemônico, da memória. A pauta ambiental que é questão da água tratada, do lixo, do esgotamento sanitário, tudo que envolve o bem-estar e, nesse aspecto, Maringá teve um desenvolvimento razoavelmente tardio".* Neste modo de produção dinâmico do espaço urbano:

> [...] faz necessário compreender as novas relações e novas dinâmicas que ocorrem nestes espaços. A análise agora necessita ser mais complexa, mais abrangente e considerar não apenas os aspectos concretos e materiais de produção do espaço urbano, mas também deverá considerar as novas dinâmicas territoriais decorrentes das novas formas de organização urbana incluindo olhar para a produção simbólica do espaço (SOUZA; BAHL, 2012, p. 11).

Esta produção simbólica construída no espaço urbano de Maringá por meio de legislações e campanhas publicitárias incorporadas pela população, em alguma medida, tira o foco das degradações ambientais. É possível constatar que "[...] o mau gerenciamento da drenagem urbana e do saneamento básico confere às áreas verdes da cidade de Maringá um grau de degradação muito grande, pois as águas pluviais estão conjugadas com ligações de esgoto cloacal clandestino" (ZAMUNER, 2001, p. 175). Uma vez que a política ambiental seja algo maior que apenas a arborização, ela precisa ser tratada com a relevância que requer. Esse é o caso do lixo, tal como comenta a bióloga: *"Nós tínhamos até recentemente um lixão que já estava em atividade recebendo resíduos lá há mais de 30 anos. Ele foi fechado recentemente e agora o lixo, os resíduos da cidade, estão sendo depositados em uma pedreira antiga. Mas eu ainda sinto que a questão do lixo ainda é uma questão extremamente difícil de se lidar, porque é difícil. A gente sabe que a reciclagem é o ideal, mas a gente sabe também que a reciclagem ela é mais cara".* Sapata (2006) assinala que a coleta seletiva de lixo da cidade foi implantada apenas em 1994 e realizada sem planejamento adequado. A bióloga complementa: *"Você veja, hoje nós estamos entre as 5 cidades do Brasil melhores em saneamento. Então nós temos praticamente 100% de ligações de água tratada e isso tudo, toda essa somatória, eu diria que esse ponto do resíduo sólido, que nós temos, diríamos assim, que resolver a questão do destino final dos resíduos sólidos. Talvez esse questionamento ainda possa se contrabalancear com tudo isso e eu vejo que ainda assim, a população exige e a população cobra".* Percebe-se, desse modo, que a vinculação da cidade com as questões ecológicas ainda se mostra frágil, mesmo com as cobranças e exigências advindas da população.

Exemplo disso é o lixão da cidade, onde os resíduos "[...] se encontram depositados a céu aberto sem qualquer tratamento ou preocupação ambiental" (ANGELIS NETO, ANGELIS, 1999, p. 931). Na visão da urbanista, essa dificuldade é mais grave e ainda precisa ser resolvida: "*Às vezes o que você precisa é ter solução efetiva na questão ecológica, na questão funcional, na questão ambiental da coisa. Muitas vezes isso não é visível aos olhos".* Segundo Consoni *et al.* (1995), o lixão é considerado inadequado, pois envolve simplesmente

uma descarga sobre o solo, sem medidas de proteção ao meio ambiente ou à saúde da população local. Assim, os autores acrescentam que "[...] os impactos ambientais que ocorrem devido à etapa de destino final dos resíduos sólidos urbanos de Maringá estão relacionados a determinados problemas de gestão" (CONSONI *et al*., 1995, p. 933). Tal dificuldade envolve não apenas a gestão dos resíduos, mas também a coleta de materiais recicláveis.

Desde o início, abordamos a cidade de Maringá como um território vivido, que pode ser compreendido como "[...] um todo complexo onde se tece uma trama de relações complementares e conflitantes [...] convidando a pensar processualmente as relações estabelecidas entre o lugar, a formação sócio-espacial e o mundo" (SANTOS, 2004, p. 104 - 105). É nesse espaço habitado, criado e transformado por meio de campanhas publicitárias, mas também pelo coletivo populacional, que o ideário verde se colocou lado a lado dos problemas ambientais. Diante das iniciativas (tanto advindas da elaboração de legislações quanto das publicidades) do poder público municipal, era notável que "[...] absorvia-se a cada dia a ideia de que a arborização urbana era sinônimo de preservação e o fato de Maringá ser uma cidade arborizada, levava a crer que era ambientalmente correta" (KERKHOFF, 2010, p. 100).

Percebe-se que o cuidado ambiental ligado a questões de ordem básica ainda é frágil na cidade. Isso foi constatado pelo historiador, que diz *"o esgotamento sanitário é da década de 90, Maringá tinha quase 50 anos e com renda per capita alta. A questão do lixo não está resolvida até hoje"*. Algumas questões ambientais não foram resolvidas e não são tratadas com o rigor necessário.

Com base nos estudos histórico-conceituais e nos depoimentos dos entrevistados, fica evidente que, paralelamente às campanhas publicitárias, problemas ambientais mais graves (como o lixo) são praticamente negligenciados pelo poder público. A população está mais informada sobre a imagem de cidade verde do que sobre os reais desafios a serem enfrentados tanto pelo cidadão no cotidiano (como a reciclagem de lixo, por exemplo) como pelo governo municipal (na gestão dos resíduos sólidos). Assim, pode-se dizer que o uso e a ocupação do espaço urbano do município são mais sistematicamente atravessados pelos discursos publicitários do ideal verde do que por práticas ambientais planejadas, difundidas e efetivadas. Diz a urbanista: *"Não há uma preocupação ambiental verde, sustentável"*.

O setor empresarial, principalmente o imobiliário, tem grande influência nas decisões da cidade que, em parceria com o poder público, elabora e planeja o espaço urbano. A atuação dos cidadãos em acolher esse discurso é peça fundamental para o funcionamento de tal

mecanismo. A imagem publicitária reitera um discurso uníssono para que a cidade esteja unificada em torno do sucesso do plano estratégico de cidade verde.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer desta pesquisa, buscou-se compreender a cidade de Maringá como um território vivido em sua interface com as legislações e campanhas publicitárias que são sistematicamente empregadas pelo governo municipal para criar e difundir o ideal de uma cidade verde. Considerada jovem, atualmente com 80 anos de existência, percebeu-se que houve, até o momento, um esforço do governo municipal para fortalecer e disseminar o ideal verde tanto no espaço local quanto no âmbito do estado e do país. Esse esforço se deu utilizando o planejamento urbanístico como algo que pretendia diferenciar o espaço urbano de Maringá.

Nessa trajetória, foi possível constatar que a história construída pela gestão pública urbana é de suma importância, visto que ela colabora para explicar os acontecimentos e estruturas existentes num dado contexto social, com os condicionantes geográficos, econômicos, políticos e estruturais. A construção de um território vivido, assim como as políticas públicas e a gestão urbana, tem fortes bases históricas que podem ser compreendidas e analisadas por meio do diálogo entre a Administração e a História. Esse diálogo fornece um campo multifacetado para os estudos organizacionais e para a gestão pública ao contemplar as falas do passado ou "dos esquecidos" (GOMES; SANTANA, 2010). Isso colabora para compreender uma realidade sócio-histórica e, assim, auxiliar no entendimento da realidade política, administrativa e institucional das cidades.

Pode-se constatar, no decorrer da investigação, que se torna cada vez mais importante um olhar social voltado às ações ambientais. O meio ambiente vem sendo discutido de muitas maneiras nas mais diversas áreas de conhecimento, movimentos sociais e instâncias governamentais. No âmbito municipal, esse olhar adquiriu particularidades, pois as políticas implantadas pelo poder público local podem ser avaliadas de perto por seus habitantes e reformuladas conforme a necessidade existente em cada município. Para isso, é importante analisar se e como o poder público municipal tem cumprido o papel que lhe foi destinado.

Durante toda a investigação da história de Maringá, notou-se que as áreas verdes e arborizadas, os parques e o desenho urbano tiveram destaque, uma vez que compõem um espaço urbano com indicativos ecológicos que se aproximam ou tentam se aproximar de um meio ambiente sustentável. Percebe-se, entretanto, que o *slogan* de cidade verde que a caracteriza não está relacionado de forma sistêmica e efetivamente integradora com as

questões ambientais, mas ganha uma configuração muito mais publicitária de valorização das áreas verdes e da arborização.

No decorrer do estudo, as análises documentais permitiram verificar que alguns cuidados com o meio ambiente são tomados. Detectou-se, porém, vários problemas ligados a degradações ambientais que não foram e não são apresentados à população de forma direta como desafios a serem enfrentado. Em seu lugar, a partir da década 1980, quando os problemas ambientais começam a ser notados em sua gravidade, ficou evidente que o poder público municipal desenvolveu e divulgou sistematicamente campanhas publicitárias que reforçaram a imagem de cidade verde, sem adotar uma política concreta que prezasse pela sustentabilidade em seus múltiplos aspectos. Tais campanhas ressaltavam a arborização e a qualidade de vida da população como uma forma de atrair investidores e novos moradores. Isso aconteceu, principalmente, em função do sistema político escolhido pelo governo municipal para gerenciar a ocupação e transformação do território. As questões ambientais propriamente ditas ganharam uma posição marginal em relação ao aspecto econômico de expansão imobiliária e econômica.

Entre as transformações do território vivido identificadas e analisadas, pode-se perceber que a população incorporou, conforme demonstrou a entrevista do historiador, uma identidade de pertença a um município verde. Nesse aspecto, há segmentos sociais que se mostram comprometidos com a dimensão ecológica, como, por exemplo, aquelas voltadas para a preservação das áreas verdes, reciclagem do lixo, poda adequada das árvores e cuidado com as matas ciliares; há outros segmentos que acolheram essa identidade apenas à medida que ela trouxe vantagens econômicas diversas, especialmente no aspecto imobiliário.

Outro ponto a ser considerado é a fragilidade de uma educação ambiental que, uma vez realizada, poderia promover uma compreensão complexa e politizada das problemáticas ambientais com a participação direta dos sujeitos, levando a práticas sociais mais implicadas e preocupadas com o meio ambiente. As entrevistas colaboraram para evidenciar que, apesar dos diversos problemas e degradações ambientais, a imagem idealizada de cidade verde ainda sobrevive em Maringá, estando presente nas ruas, edificações, parques, jardins, como também na memória, no discurso e no cotidiano da população.

Cabe considerar que, mesmo adotando o *slogan* de cidade verde, a arborização não é suficiente para garantir ações concretas de preservação ou cuidado com o meio ambiente. As árvores, para a população, têm o caráter utilitarista de oferecer sombra, beleza natural e sensação térmica mais amena. Nota-se, entretanto, que, quando estas mesmas árvores geram algum tipo de incômodo, acabam sendo prontamente cortadas, tal qual apresentado na figura

12. Nesse sentido, mesmo que as árvores sejam uma representação significativa do espaço urbano de Maringá, tal reconhecimento revela-se uma prática mais afirmativa do que mobilizadora de ações políticas sustentáveis. Por esse motivo, Maringá tornou-se uma espécie de “negócio territorial” que foi viabilizado por meio de campanhas publicitárias locais e nacionais que hipervalorizavam os espaços urbanos e ecológicos planejados.

No decorrer das entrevistas, ficou claro que nem a população nem o poder público têm uma percepção clara dos graves problemas ambientais na cidade. A produção de um espaço vivido vai muito além de intervenções midiáticas, implicando o enfrentamento coletivo dos desafios trazidos pelo crescimento populacional e pelas mudanças ambientais, os quais colocam em cena problemas efetivos para a cidade. As ações do poder público são tardias em muitas pautas, como na administração dos resíduos sólidos e na conservação das áreas de preservação e de mananciais. A cidade ainda conta, de acordo com os entrevistados, com políticas públicas deficientes. Isso acontece, principalmente, porque o planejamento urbano e ambiental tem interferência direta de disputas econômicas, interferindo na elaboração e implementação de políticas públicas.

Nos quatro momentos históricos analisados no decorrer do capítulo histórico, verificou-se que as ações do poder público municipal, referentes às questões de urbanização, crescimento controlado do espaço urbano, arborização e preservação de áreas verdes, passaram a ser uma estratégia para aumentar do valor do espaço urbano, transformando-o em um negócio bastante rentável.

Com isso, foi possível verificar que o planejamento inicial de cidade-jardim é complexo e comportou diferentes problemas. No primeiro momento, o espaço urbano de Maringá foi concebido tendo como referência a noção de cidade-jardim. Tal concepção, baseada no cuidado com a natureza, guardava grandes diferenças em relação ao desmatamento acelerado e agressivo da Mata Atlântica original, que teve como principal efeito sua quase extinção na região. Essa transformação impactou negativamente o meio ambiente.

Houve, assim, grande dificuldade para preservar as áreas verdes durante o crescimento horizontal e a verticalização. Entre as décadas de 1960 e 1980, a cidade verticalizou-se em um mosaico de edifícios e construções com projetos arrojados. Ao mesmo tempo, os gestores públicos municipais criaram legislações regularizando o uso e ocupação do solo urbano sem valer-se, para isso, de critérios técnicos. Um dos principais efeitos dessa ocupação urbana foi a impermeabilização do solo.

No terceiro momento da análise, constatou-se que, em contrapartida ao *slogan* de cidade verde disseminado entre a população, ocorreu a deterioração de áreas verdes, destruição de fundos de vales, podas de árvores efetuadas de maneira ilegal ou incorreta, não implementação de plano de manejo, assim como o lançamento de resíduos sólidos e líquidos no meio ambiente sem os cuidados previstos em lei. Pode-se considerar que tais práticas estão vinculadas, principalmente, aos interesses privados na cidade (SILVA, 1996).

No último momento analisado, constatou-se que o poder público apresentou uma preocupação mais direta com a sustentabilidade, pressionado, entre outros, pelos eventos mundiais de cuidado com o meio ambiente. Com isso, dimensões mais complexas ganharam evidência. Os aspectos políticos referentes ao planejamento e a construção do espaço urbano da cidade apresentaram uma descaracterização do seu projeto inicial de cidade-jardim, evidenciando graves problemas ambientais decorrentes da urbanização acelerada e descontrolada, tal como ocorre em outras cidades de porte médio brasileiras.

Após essa trajetória de investigação, pode-se concluir que a história da idealização de Maringá como uma cidade verde aconteceu na interface entre a população, o poder público, os interesses econômicos e o meio ambiente. Quando as questões referentes ao meio ambiente são utilizadas a favor dos interesses econômicos e imobiliários, a própria cidade corre o risco de ser transformada em mercadoria. Se insistimos, neste trabalho, em mostrar a construção de um ideal de cidade verde foi pelo fato de que, em alguma medida, ele serviu para escamotear os desafios cotidianamente colocados para edificar uma cidade comprometida com o meio ambiente e a sustentabilidade.

Consideramos, a partir deste estudo, que a problemática ambiental no espaço urbano demanda uma série de práticas e determinações que são de ordem político-administrativa. O estudo do meio ambiente, nessa perspectiva, não pode desconsiderar que o espaço urbano é atravessado por dinâmicas múltiplas, que englobam o social, o territorial, o simbólico, o econômico e o político, tal como foi ressaltado nesta pesquisa. Assim, repensar o planejamento urbano com o propósito de construir uma sustentabilidade alude à elaboração e implementação de políticas públicas e de gestão urbana como estratégias de inclusão social, equidade social e ambiental, assim como o meio ambiente ecologicamente sustentado.

Também a sustentabilidade urbana pode ser vista sob a ótica da gestão democrática das cidades. Desse modo, ela coloca aos gestores e à população a necessidade de efetivar uma prática difícil e desafiadora. É nesse sentido que um programa de sustentabilidade urbana não pode ser concebido como uma situação ideal. Para ser efetivo, ele demanda a participação direta da população e intervenções precisas do poder público no espaço e no tempo.

Por fim, consideramos que, ao buscar um diálogo entre as áreas de Administração, História, Sociologia e Política, este trabalho pode ir além de uma análise fragmentada das cidades, já que o caráter interdisciplinar permite ampliar o entendimento de questões urbanas, que estão em constante interação. Destacamos, portanto, a importância de um diálogo interdisciplinar que possibilita à área da Administração transitar em outros campos analíticos, com bases menos técnicas e mais problematizadoras. Tal perspectiva considera a complexidade dos problemas urbanos como desafios políticos que envolvem diversos interesses e agentes sociais.

REFERÊNCIAS

ACIOLY, C.; DAVIDSON F. **Densidade Urbana e Gestão Urbana.** Rio de Janeiro: Mauad Editora, 1998.

ACSELRAD, H. Discursos da sustentabilidade urbana. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, São Paulo, n. 1, 1999.

ACSERALD, H. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSELRAD, H. (org). ***Conflitos Ambientais no Brasil.*** Rio de Janeiro: Relume/Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004.

ALCADIPANI DA SILVEIRA, R. **Michel Foucault**: poder e análise das organizações. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

AMADO, J.; FERREIRA, M. (orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

ANGELIS NETO, G.; ANGELIS, B. L. D. Impactos ambientais causados pelo destino final dos resíduos sólidos urbanos de Maringá. **Acta Scientiarum**, n. 21, v. 4, p. 929-940, 1999.

ANDRADE, C. R. M.; CORDOVIL, F. C. S. A cidade de Maringá, PR. O plano inicial e as "requalificações urbanas". **Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, vol. 12, n. 270, 2008.

ARANTES, A. **Afirmações e contradições do agronegócio nos municípios de Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso**: região norte do estado de Mato Grosso. 2012. 328 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2012.

ASSIS, P. A.; GODOY, A. M. G. A trajetória do conselho de defesa do meio ambiente de Maringá, seu papel nas políticas de recursos hídricos. In: Encontro de Economia Paranaense, 6., **Anais…** ISBN: 978-85-7798. 040-6.

BACZKO, B. A imaginação social. In: LEACH, E. et al. **Anthropos-Homem**. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

BARBOSA, L.C.; CORDOVIL, F.C. Plano de Diretrizes Viárias de 1979 para Maringá-PR: problemáticas, soluções e influências de sua preocupação ambiental. In: PEIXOTO, E.R.; DERNTL, M.F.; PALAZZO, P.P.; TREVISAN, R. (Orgs.) ***Tempos e escalas da cidade e do urbanismo:*** Anais do XIII Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. Brasília, DF: Universidade Brasília- Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2014.

BASSUL, J. R. Reforma urbana e Estatuto da Cidade. **EURE (Santiago)**, Santiago, v. 28, n. 84, p. 133-144, 2002. Disponível em <http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S025071612002008400008&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: out. 2015.

BAUDRILLARD, J.. **O crime perfeito.** Lisboa: Relógio d'Água, 1995.

BERNARDES, A. *et al*. O papel ativo da geografia: um manifesto. In: BRANDÃO, M. A. (org.) **Milton Santos e o Brasil**. Coleção Pensamento Radical. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. p. 254-261, 2004.

BEZERRA, M. C. L.; FERNANDES, M. A. (Coord.). **Cidades Sustentáveis:** subsídios à elaboração da Agenda 21 brasileira. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis; Consórcio Parceria 21 IBAM-ISER-REDEH, 2000.

BORDALO, C. A. L. **Gestão ambiental em bacias hidrográficas: um estudo de caso dos mananciais do Utinga – PA:** Bacias dos Igarapés Murucutum e Água Preta. 1998. 197 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade do Estado de São Paulo, Presidente Prudente, 1998.

BOVO, M. C. **Áreas verdes urbanas, imagem e uso**: um estudo geográfico sobre a cidade de Maringá – PR. 2009. 324 fls. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2009.

BOVO, M. C.; AMORIM, M. C. C. T. A cidade verde, imagens e discursos: o caso de Maringá (PR) Brasil. **Ra'e Ga**, n. 26, 2012.

BOVO, M. C.; AMORIM, M. C. C. T. Áreas verdes urbanas, a imagem, o mito, e a realidade: um estudo de caso sobre a cidade de Maringá/PR/BR. **Revista Formação**, v. 1, n. 16, p. 60-69, 2011.

BRAGA, T. M. Sustentabilidade e condições de vida em áreas urbanas: medidas e determinantes em duas regiões metropolitanas brasileiras, **Revista Eure**, Santiago, v. XXXII, n. 96, p. 47-71, ago. 2006.

BRASIL. **Lei n. 6938/1981**. 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm>. Acesso em: Set. 2015.

BRASIL. **Lei n.12651**. 25 maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm>. Acesso em: dez. 2015.

BRASIL. **Lei nº 10.257**. 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm>. Acesso em: out. 2015.

BURSZTYN, M.; PERSEGONA, M. **A grande transformação ambiental**: uma cronologia da dialética homem-natureza. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

CARDOSO, C. S.; FAGOLIN, S. E. A cidade que todos nós queremos. **Revista Cesumar**, v. 11, n. 1., 2006.

CARVALHO, P. R. O espaço urbano: implicações para a subjetividade contemporânea. **Psicologia Argumento**, v. 32, n. 79, p. 61-67, out./dez. 2014.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**: artes do fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHIES, C. **Ciclo econômico e espaço transformado**: os trabalhadores do café no Bairro Concórdia em Tuneiras do Oeste – Pr. 2007. 196 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2007.

CHIES, C.; YOKOO, S; C. Colonização do norte paranaense: avanço da cafeicultura e problemas decorrentes deste processo. **Rev. GEOMAE**, Campo Mourão, PR, v.3, n.1, p. 27 – 44, 2012.

CLEMENTE, I. Do velho oeste ao paraíso. In: **Revista Época.** São Paulo, n. 259, p. 75-77, 4 abr. 1996.

CMNP. **Colonização e desenvolvimento do norte do Paraná**. 3a. ed., 2013. Disponível em: <*www.cmnp.com.br/melhoramentos/50anos-cmnp/files/CMNP.pdf* a>. Acesso em: dez. 2015.

CONSONI, A. J.; BENVENUTO, C.; PARZANESE, G. A. C.; SILVA, I. C.; ALBUQUERQUE, J. L.; CUNHA, M. A. Disposição final do lixo. In: JARDIM, N. S. (coord) et al. **Lixo municipal**: manual de gerenciamento integrado. São Paulo: IPT/CEMPRE, 1995.

CODEM – Comissão de Desenvolvimento Municipal. **Plano Diretor de Desenvolvimento Maringá**. Curitiba: Prefeitura, 1967.

CORDOVIL, F. C. **A aventura planejada**: engenharia e urbanismo na construção de Maringá, PR 1947 — 1982. 2010. 636f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2010.

CORDOVIL, F. C. C.; RODRIGUES, A. L. Da tecnocracia à participação popular: a institucionalização e os novos rumos do planejamento urbano em Maringá, Paraná, Brasil. **Scripta Nova**, v. 14, n. 331, 2010.

CORDOVIL, F. C. S. Projeto urbano como propaganda: a construção da imagem da cidade de Maringá. In: MACEDO, O.L C; CORDOVIL, F.C.S; REGO, R.L. (Org.). **Pensar Maringá**: 60 anos de Plano. Maringá: Massoni, 2007, v. 01, p. 83-99.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. 4.·ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Editora Ática, 1999.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano.** 4. ed. São Paulo: Editora Ática, 2005.

COSGROVE, D. E. Em direção a uma geografia cultural radical: problemas da teoria. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (org.) **Introdução à geografia cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

CUNHA, S. B.; GUERRA, A. J. T. (org.). **Impactos ambientais urbanos no Brasil.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

DIAS, J. L.; BECKER, G. V. Desvendando a "Black Box": utilização da perspectiva histórico-longitudinal em pesquisas na administração. In: Encontro da ANPAD, 34., 2010, Rio de Janeiro. **Anais…** Rio de Janeiro: ANPAD, 2010.

DUBIELA, V. T. **Qual o nosso "destino" tropical?** Políticas públicas para os fundos de vales de Maringá-PR. 2003. 173p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2003.

FAUSTO, C. **Feliz aniversário Maringá.** Disponível em: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=1008954695862914&set=a.123663917725334.26250.100002451806956&type=3&theater>. Acesso em: jul. 2016.

FEBVRE, L. **Combates pela história**. Lisboa: Presença, 1989.

FERNANDES, M. et al. **Discurso do desenvolvimento sustentável**. Associação de Universidades Amazônicas, 2003.

FERNANDO, M. **Os 30 anos de história do Viaduto do Café**. Gazeta do Povo, Curitiba, 16 dez. 2011. Gazeta Maringá. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/maringa/os-30-anos-de-historia-do-viaduto-do-cafe-aqe8rp8zv9f0kix606o5vpmxa>. Acesso em: set. 2015.

FONSECA, M. **Foucault e o direito**. 2001. Tese (Doutorado em Direito) - Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: a história da violência nas prisões. Traduzido por Raquel Ramalhete. 2. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1999.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder.** 19. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

FOUCAULT, M. O uso dos prazeres e as técnicas de si. In: MOTTA, M. B. (org.). **Ética, sexualidade, política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004b. p.192-217

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso** – aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 12ªed. São Paulo: Loyola, 2005.

FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, M. **Segurança, território, população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: RABINOW, P.; RABINOW, H. **Michel Foucault:** uma trajetória filosófica (para além do estruturalismo e da hermenêutica). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FREITAS, S. M. **História oral**: possibilidades e procedimentos. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

FRESCA, T. M. **A rede urbana do norte do Paraná**. Londrina: EdUEL, 2004. 403 p. Disponível em: <http://selonk.com.br/gphr/?p=195>. Acesso em: nov. 2015.

FREY, K. Governança eletrônica: experiências de cidades européias e algumas lições para países em desenvolvimento. In: EISENBERG, J. e CEPIK, M. (orgs.). **Internet e política**: teoria e prática da democracia eletrônica. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. p. 141-163.

FREY, K. Governança urbana e redes sociais: o potencial das novas tecnologias da informação e comunicação. In: Encontro Anual da Anpad, 27., 2003, Atibaia. **Anais…** Atibaia: ANPAD, 2003.

GARCIA, J. C. **Maringá Verde? –** O desafio ambiental da gestão das cidades. Maringá: Eduem, 2006.

GARNICA, A. V. M. História oral e educação matemática. In: BORBA, M. de C. e ARAÚJO, J. de L. **Pesquisa qualitativa em educação matemática**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 77-98.

GATTI JÚNIOR, D. História e historiografia das instituições escolares: percursos de pesquisa e questões teórico-metodológicas. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 28, n. 14, p. 172-191, jan./jun. 2007.

GIMÉNEZ, H. M. M. **Interpretação do espaço urbano de Maringá: a lógica da verticalização** – período de 1990 à 2005. 2007. 183 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2007.

GODOI, C. K.; COELHO, A. L. A. L.; SERRANO, A. Elementos epistemológicos e metodológicos da análise sociológica do discurso: abrindo possibilidades para os estudos organizacionais, **O&S**, Salvador, v. 21, n. 70, p. 509-536, jul./set., 2014.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas,** São Paulo, SP, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

GODOY, A. S. Estudo de caso qualitativo. In: GODOI, C. K.; BANDEIRA-DEMELO, R.; SILVA, A. B. (orgs). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais**: paradigmas, estratégias e métodos. 2. ed. São Paulo, 2010,

GOMES, A. F.; SANTANA, W. G. P. A história oral na análise organizacional: a possível e promissora conversa entre a história e a administração. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 8, n. 1, artigo 1, Rio de Janeiro, mar. 2010.

GONÇALVES, J. H. Quando a imagem publicitária vira evidência factual: versões e reversões do norte do Paraná – 1930-1970. In: DIAS, R.; GONÇALVES, J.H.R. (coord.). **Maringá e o norte do Paraná**. Maringá: EDUEM, 1999.

GUATTARI, F. **Caosmose** – um novo paradigma estético. São Paulo: 34, 2006.

GUATTARI, F; ROLNIK, S. **Micropolítica**: Cartografias do Desejo. 4º Ed, Petrópolis: Vozes, 1996.

HARVEY, D. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Editora Hucitec, 1980.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna:** uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 2002.

HISTÓRIA DE MARINGÁ. **Fotos antigas de Maringá de 1940 a 1980**. Disponível em: <http://historiademaringa.blogspot.com.br/2013/09/fotos-antigas-de-maringa-de-1940-1980_20.html>. Acesso em: jan. 2016.

HISTÓRIA de Maringá. **O DIÁRIO**. Maringá. Disponível em: <http://www.odiario.com/historiademaringa/>. Acesso em: jJan. 2016.
KIOURANIS, N. M.; TEXEIRA, R. de O.. Maringá "Cidade Ecológica". **Revista Teia**, 2000.

HOPWOOD, B.; MELLOR, M.; O'BRIEN, G. Sustainable development: mapping different approaches. **Sustainable Development**. v. 13, p 38-52, 2005.

HOWARD, E. **Cidade-jardins de amanhã**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

ICHIKAWA, E. Y.; SANTOS, L. W. Contribuições da história oral à pesquisa organizacional. In: SILVA, A. B.; GODOI, C. K.; MELLO, R. B. (org.). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais**: paradigmas, estratégias e métodos. São Paulo: Saraiva, 2006.

JACOBI, P. Dilemas socioambientais na gestão metropolitana: do risco à busca da sustentabilidade urbana. **Política & Trabalho**, n. 25, p. 115-134, out., 2006.

JACOBS, J. **Morte e vida nas grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

JENKINS, K. **A história repensada**. São Paulo: Contexto, 2005.

KERKHOFF, J. A. **A política ambiental de Maringá como instrumento de desenvolvimento sustentável**: uma análise a partir da legislação ambiental municipal. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2010.

KIOURANIS, N. M.; TEIXEIRA, R. de O. Maringá – "Cidade Ecológica". **Revista Teia**, dez. 2000.

LANNA, A. E. L. **Gerenciamento de bacia hidrográfica**: aspectos conceituais e metodológicos. Brasília: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, 1995.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Ed. Documentos, 1969.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Tradução de Sérgio Martins. 2ª reimpressão. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.

LEFF, E. **Ecologia, capital e cultura:** a territorialização da racionalidade ambiental. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

LEMES, M. A. **Arborização viária**: elementos de auxílio ao planejamento e gestão desses espaços públicos. 2013. 154 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) – Centro Universitário de Araraquara, Araraquara, 2013.

LEMOS, F. C. S. História do espaço e governamentalidade em Michel Foucault. **Barbarói**, Santa Cruz do Sul, n. 36, p. 138-148, jan./jun. 2012.

LEONELLI, G. C. V. Sustentabilidade ambiental urbana: uma construção conceitual. In: Colóquio de Transformações Territoriais, 7., 2008, Curitiba, **Anais…**, 2008.

LIMA, D.; POZZOBON, J. Amazônia socioambiental, sustentabilidade ecológica e diversidade social. **Estudos Avançados**, v. 19, n. 54, p. 45-76, 2005.

LIMA, M. Dallas no Paraná. **Revista Veja**, n. 20, São Paulo, 1999.

LUZ, F. **O Fenômeno urbano numa zona pioneira**: Maringá. Maringá: Prefeitura, 1997.

LYNCH, K. **A imagem da cidade**. Tradução Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MAACK, R. **Geografia física do estado do Paraná**. Curitiba: BADEP, 1968.

MAGALHÃES, R. A. M. A construção da sustentabilidade urbana: obstáculos e perspectivas. In: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade – ANPPAS, III. **Anais**... PROURB/UFRJ. Brasília, DF, maio. 2006.

MANSANO, S. R. V. Sujeito, subjetividade e modos de subjetivação na contemporaneidade. **Revista de Psicologia da UNESP**, v. 8, n. 2, p. 110- 117, 2009.

MANSANO, C. N. **O bairro do Jardim Alvorada em Maringá/PR**: da colonização à expansão urbana. 2013. 251 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2013.

MARINGÁ. **Galeria de fotos**. Maringá. Áreas. Disponível em: <http://www2.maringa.pr.gov.br/site/gallery.php?album=15&foto=17>. Acesso em: Ago. 2015.

MARINGÁ. **Lei complementar n. 213**. 9 de janeiro de 1998. Altera a redação da lei complementar nº 9/93. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/m/maringa/lei complementar/1998/21/213/lei-complementar-n-213-1998-altera-a-redacao-da-lei-complementar-n-9-93>. Acesso em: out. 2015.

MARINGÁ. **Lei Complementar n. 632**. 6 out. 2006. Disponível em: <http://www2.maringa.pr.gov.br/sistema/arquivos/geo/leis/lc_632_2006_plano_diretor_lei_consolidada.pdf.>. Acesso em: dez. 2015.

MARINGÁ. **Lei complementar n. 758**. Dispõe sobre a política de proteção, controle, conservação e recuperação do meio ambiente no Município de Maringá. 28 jun. 2009.

Disponível em: <*www.maringa.pr.gov.br/arquivos/orgao_oficial/arquivos/oom%202111.pdf* >. Acesso em: dez. 2015.

MARINGÁ. **Lei n. 4.424/97**. 17 de junho de 1997. Cria o Programa de Desenvolvimento Econômico de Maringá. Disponível em:<http://www.maringa.pr.gov.br/arquivos/Lei%20PRODEM%204424.pdf>. Acesso em: nov. 2015.

MARINGÁ. **Plano local de habitação de interesse social – PLHIS – Maringá**. nov. 2010. Disponível em: <*www2.maringa.pr.gov.br/sistema/arquivos/9d672a333a21.pdf* >. Acesso em: nov. 2015.

MARINGÁ. **Programa Cidades Sustentáveis**. Apresentação. Disponível em: <http://www2.maringa.pr.gov.br/conferencia/?cod=cidadesustentaveis>. Acesso em: jan. 2016.

MAY, T. **Pesquisa social**: questões, métodos e processos. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MEDEIROS, C. **Efeitos de relações de poder no discurso ecológico sobre a preservação de árvores da arborização urbana de Recife/PE**. 2009. Dissertação (Mestrado em Linguística e Ensino) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

MELLO, L. F.; HOGAN, D. J. População, consumo e meio ambiente. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 15, 2006, Caxambu/MG, **Anais…** Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_312.pdf>. Acesso em: dez. 2015.

MENDES, C. M. **O edifício no jardim**: um plano destruído – a verticalização de Maringá. 1992. 364 f. Tese (Doutorado em Geografia), FFLHC – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

MENEGUETTI, K. S.; REGO, R. L.; BELOTO, G. E. Maringá: a paisagem urbana e o sistema de espaços livres. **Paisagem Ambiente: ensaios**, n. 26, São Paulo, p. 29-50, 2009.

MENEGUETTI, K. S.; REGO, R. L.; PELLEGRINO, P. R. M. A natureza no cotidiano urbano – o projeto da paisagem na cidade de Maringá. **Acta Scientiarum. Technology**, Maringá, v. 27, n. 2, p 167-173, jul./dez., 2005.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Agenda 21 brasileira**. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-brasileira>. Acesso em: ago. 2015.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Áreas de preservação permanente urbanas**. Disponível em: http://www.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/areas-verdes-urbanas/%C3%A1reas-de-prote%C3%A7%C3%A3o-permanente?tmpl=component&print=1>. Acesso em: dez. 2015.

MONTE-MÓR, R. L. M. Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. de; SILVEIRA, M. L. **Território**: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994.

MORAES, R. Análise de conteúdo. **Revista Educação.** Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MORO, D. A. Maringá espaço e tempo. In: MORO, D. A. (org.). **Maringá, espaço e tempo**: ensaio de geografia urbana. Maringá: EdUEM, 2003.

MOTA, S. **Urbanização e meio ambiente**. Rio de Janeiro: ABES, 1999.

NOVAES, W. (Coord.). **Agenda 21 brasileira**: bases para discussão. Brasília: MMA/PNUD, 2000.

OLIVEIRA, J. S. **O plano diretor nos municípios de Maringá, Paiçandu e Sarandi**: planejamento público estratégico. 2011. 37 f. Monografia (Especialização em Gestão Pública Municipal) – Universidade Estadual de Maringá, Sarandi, 2011.

OTTONI, D. A. B. Cidade-jardim: formação e percurso de uma ideia. In: HOWARD, E. **Cidade-jardins de amanhã**. 2. Ed., São Paulo: Hucitec, 2002.

PALUDO, A. V. **Administração pública**: teoria e mais de 500 questões. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

PARK, R. **On social control and collective behavior**. Chicago: Chicago Press, 1967.

PAULA, J. A. de. Memória e esquecimento, Belo Horizonte e Canudos: encontros e estranhamento. **Varia História**, Belo Horizonte, n. 18. p. 43-60, nov./1997.

PICOLI, S. S. G.; BORGES, L. Maringá: a cidade rotulada como “Cidade Verde”. **Revista em Agronegócios e Meio Ambiente**, v. 1, n. 1, p. 111-126, jan./abr. 2008.

PIERANTI, O. P. A metodologia historiográfica na pesquisa em administração: uma discussão acerca de princípios e de sua aplicabilidade no Brasil contemporâneo. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 6, n. 5, mar. 2008.

REBOUÇAS, A. C.; BRAGA, B.; TUNDISI, J. G. (orgs.) **Águas doces no Brasil**: capital ecológico, uso e conservação. 3. ed. São Paulo: Escrituras, 2006.

REGO, R. L. O desenho urbano de Maringá e a ideia de cidade-jardim. **Revista Acta Scientiarum,** Maringá: Eduem, v. 23, n. 6, p. 1569-1577, 2001.

RIBEIRO, Ana C. T.; GARCIA, Fernanda S. City Marketing: a nova fase da gestão da cidade no final do século. In: REIS, E.; ALMEIDA, M. H. T.; FRY, P (org). **Política e cultura:** visões do passado e perspectivas contemporâneas. São Paulo: Hucitec/ANPOCS, 1996.

ROCHA, N. R. Entrevista. Entrevistador: Edson Massari no programa Ponto de Equilíbrio, **Jornal do Povo**, 13 ago. 2004.

ROLNIK, R.; NAKANO, K. Cidades e políticas urbanas no Brasil: velhas questões, novos desafios. In: RATTNER, H. **Brasil no limiar do século XXI**: alternativas para a construção de uma sociedade sustentável. São Paulo: Ed. USP, 2000.

ROMA, C. C. et al. Maringá ecológica? In: CICLO DE DEBATES EM ECOLOGIA DE ÁGUA DOCE, 20, Maringá, 2006. **Anais eletrônicos...** Maringá: Universidade Estadual de Maringá – UEM, 2006.

RYKWERT, J. **A sedução do lugar:** a história e o futuro da cidade. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SANTOS M.; SOUZA M. A; SILVEIRA M. L.(orgs.), **Território, globalização e fragmentação**. Ed. Hucitec, Anpur, 1994.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão.** 2. ed. São Paulo: Nobel, 1993.

SANTOS, M. O retorno do território. In: SANTOS M.; SOUZA M. A.; SILVEIRA M. L. (orgs),.**Território, globalização e fragmentação**. Ed. Hucitec, Anpur, 1994.

SANTOS, M. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. 4a. ed. 1a . reimpr. São Paulo: EDUSP, 2004.

SANTOS, M. O retorno do território. **Observatório Social de América Latina, Buenos Aires: CLACSO**, v. 6, n. 16, jun. 2005. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/d16 Santos.pdf. Acesso em: set. 2016.

SAPATA. S. M. M. **Projeto ReiclAção do município de Maringá.** SEMAA, Maringá: (Relatório técnico Situacional) 2006.

SELLTIZ**,** C. et al. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. 3ª. ed. São Paulo: E.P.U., 1974.

SENNETT, R. **Carne e pedra**. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SILVA, C. A. M. **Considerações sobre o espaço urbano de Maringá-PR**: do espaço de floresta à cidade-jardim, representação da "cidade ecológica", "cidade verde". 2006. 229 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) –Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

SILVA, C. A. M.; LOCH, C. Considerações acerca da paisagem urbana da cidade de Maringá - Paraná. In: Congresso Brasileiro De Cadastro Técnico Multifinalitário, 7., 2006, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: Ed. UFSC, 2006.

SILVA, L. S. **Proteção ambiental e expansão urbana**: a ocupação ao sul do Parque Estadual da Cantareira. 2004. 187 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

SILVA, L. S.; TRAVASSOS, L. Problemas ambientais urbanos: desafios para a elaboração de políticas públicas integradas. **Cadernos Metrópole**, p. 27-47, 2008.

SILVA, R. C. N. MACÊDO, C. S. **Cidade e meio ambiente**: aula 06. Natal: UFRN, 2009. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwj1lKn6qKPOAhUJS5AKHd0HA3MQFggcMAA&url=http%3A%2F%2Fwww.ead.uepb.edu.br%2Farquivos%2Fcursos%2FGeografia%2520-%2520Reing%2FGeografia%2520Urbana%2FGeo_Urb_A06_WEB_MZM_SF_SI_SE_181209.pdf&usg=AFQjCNHoFsVIpBOBofeFGtQVrZFkBiIXBQ&sig2=aBd1HXMik6NS_6Merdovqw>. Acesso em: dez. 2015.

SILVA, T. O. A sustentabilidade no setor imobiliário de Goiânia. **Estudos**, Goiânia, v. 37, n.5/6, p. 519-533, mai./jun. 2010.

SOUZA, S. R.; BAHL, M. O urbano e a produção simbólica do espaço. **Espacios**, v. 34, n. 1, 2013.

SPIRN, A.W. **O jardim de granito**: a natureza no desenho da cidade. São Paulo: Edusp, 1995.

SPOSITO, M. E. B. O centro e as formas de expressão da centralidade urbana. **Revista de Geografia**, v. 10, p 1-18, 1991.

TAKAHASHI, L. T. **A arborização urbana e a distribuição de energia elétrica em dois bairros da cidade**: Jardim Alvorada e Zona 5. 1997. Monografia (Especialização em Geografia do Estado do Paraná), Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 1997.

TEODORO, P. H. M.; AMORIM, M. C. C. T. As múltiplas leituras sobre a produção do espaço urbano em Maringá/PR. **Geografia**, Londrina, v. 19, n. 1, 2010.

TOZI, S. C. **Municipalização da gestão ambiental**: situação atual dos municípios do estado do Pará. 2007. 94 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

TRIVINOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1992.

TSIOMIS, Y.. O meio ambiente e a questão do urbano. **Caderno de desenvolvimento e meio ambiente**. Curitiba: UFPR, 1999.

UEL. **Projeto de pesquisa:** evolução e determinantes dos gastos públicos em gestão ambiental nos municípios paranaenses no período de 2002 a 2010. Universidade Estadual de Londrina, 2015.

VERCEZI, J. T. **Gênese e evolução da região metropolitana de Maringá**. 2001. 196 f. Dissertação (Mestrado em geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2010.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2000.

VIEIRA, J. M. **Ante-projeto da cidade de Maringá no estado do Paraná**. [194-]. 1 planta. Acervo do Museu da Bacia do Paraná.

ZAMUNER, L. D. **Erosão urbana em Maringá/PR:** o caso do Parque Florestal dos Pioneiros – Bosque II. 2001. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2001.

APÊNDICES

APÊNDICE A

Roteiro de Entrevista

Dados de Identificação

Nome:

Idade:

Naturalidade:

Formação escolar:

Área de atuação:

1) Gostaria que você me contasse sua história vinculada a cidade de Maringá. Quais mudanças na cidade afetaram a sua vida?

2) Quais mudanças, em relação ao meio ambiente, você observou no decorrer da história da cidade?

3) Como as questões ambientais são trabalhadas na cidade?

4) Quais delas foram mais relevantes para você? Por quê?

5) Qual a importância atribuída à arborização? E as áreas verdes?

6) Quais mudanças históricas você observou em relação ao espaço urbano da cidade?

7) Como você compreende a preocupação dos governantes em relação ao meio ambiente durante a sua história? E em relação a urbanização?

8) Como estas questões são trabalhadas hoje?

9) Qual a relação entre meio ambiente e arborização? Têm alguma relação com a urbanização da cidade?

10) A população é ativa e comprometida? Ela "cobra" dos governantes?

11) Como você vê o compromisso da população com as questões do meio ambiente?

12) O que você pensa do slogan "Maringá: Cidade verde"?

13) Lembra-se dessa campanha, saberia descrevê-la?

14) As campanhas divulgadas pelos governantes, de modo geral, tiveram impacto no cotidiano da população? E na sua vida?

15) Quais mudanças essas campanhas trouxeram para o espaço urbano?

16) Qual valor você atribui a imagem de cidade verde de Maringá?

17) Você acha que a população incorporou a ideia de cidade verde?

18) De que modo foi construída, durante a história, a imagem de cidade verde?

Outras informações

19) Tem alguma informação a acrescentar?

APÊNDICE B

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Prezado(a) Senhor(a):

Gostaríamos de convidá-lo (a) para participar da pesquisa **"A construção do ideal de cidade verde: um estudo histórico sobre Maringá"**, a ser realizada na cidade de "**Maringá, especificamente, no Parque do Ingá"**, sob a responsabilidade da pesquisadora: Nicole Cerci Mostagi, cujo objetivo consiste em "compreender a construção do ideal de cidade verde de Maringá**".**

Sua participação é muito importante e se dará por meio de **entrevistas semiestruturadas com gravação de áudio** para posterior transcrição e análise do material. Além disso, contaremos com a possibilidade de uma **análise documental e observações** do cotidiano do Parque do Ingá, como também, de fotos de paisagem tiradas pelos participantes.

Esclarecemos que sua participação é totalmente **voluntária**, podendo recusar-se a participar ou mesmo desistir a qualquer momento, sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa. Portanto, o senhor não pagará e nem será remunerado por sua participação. Esclarecemos, também, que suas informações serão utilizadas somente para os fins desta pesquisa e serão tratadas com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar a sua identidade. Informamos que os resultados da pesquisa serão publicados, resguardados os seus dados pessoais. Pedimos permissão apenas para a divulgação da função exercida no Parque do Ingá e das fotos tiradas no mesmo durante a disseminação dos resultados.

Os benefícios da pesquisa estão na aproximação da academia com a comunidade, fomentando a produção de conhecimento na área de Administração. Quanto aos riscos, informamos que eles não existem, uma vez que faremos uso apenas de entrevistas, observações e documentos.

Caso o senhor tenha alguma dúvida ou necessite de maiores esclarecimentos, poderá entrar em contato com o pesquisador pelo telefone (43) 91611864/ 30281864, e-mail: nicole_cerci@hotmail.com ou entrar em contato com a coordenação do PPGA/UEL - CESA - Campus Universitário: Rod. Celso Garcia Cid, Km 380, (43) 3371-4693 - Londrina-PR.

Este termo deverá ser preenchido em duas vias de igual teor sendo uma delas devidamente assinada e devolvida ao senhor.

Londrina, ___ de _____ de 2016.

Nicole Cerci Mostagi
Pesquisadora Responsável
RG:

Eu, (**nome do participante da pesquisa**), tendo sido devidamente esclarecido sobre os procedimentos da pesquisa, concordo em participar **voluntariamente** da pesquisa descrita acima.

Assinatura (ou impressão dactiloscópica):_____

Data:_____